

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

TRILHAS

VEREDAS PARA DISCUSSÃO DA GESTÃO DO

TURISMO NAS APA's: O CASO APA-GUADALUPE/PE

Mestranda: Roberta Nunes Silva



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO DE GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS**

**TRILHAS
VEREDAS PARA DISCUSSÃO DA GESTÃO DO TURISMO NAS
APA's: O CASO APA-GUADALUPE/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Gestão e Políticas Ambientais como
Requisito para obtenção do Grau de Mestre em
Gestão e Políticas Ambientais.

Mestranda: Roberta Nunes Silva
Orientadora: Prof^a Dr^a Edvania Torres
Co-orientador: Prof^a Dr^o Mário Filho

RECIFE / 2003

Silva, Roberta Nunes

Trilhas, veredas para discussão da gestão do turismo nas APA's : o caso APA-Guadalupe/PE/ Roberta Nunes Silva. – Recife : O Autor, 2003.

184 folhas : il. fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Gestão e Políticas Ambientais, 2003.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Gestão e políticas ambientais – Áreas protegidas. 2. Espaço turístico – APA-Guadalupe (Área de Proteção Ambiental) – Ordem legal – Potencial interpretativo das trilhas. 3. Ecoturismo – Programa de Interpretação Ambiental. I. Título.

**913 : 502.4
910.2**

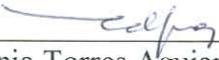
**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-579**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS**

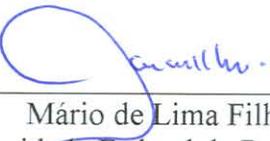
**TRILHAS VEREDAS PARA DISCUSSÃO DA GESTÃO DO TURISMO NAS
APA'S: O CASO APA DE GUADALUPE-PE**

BANCA EXAMINADORA:

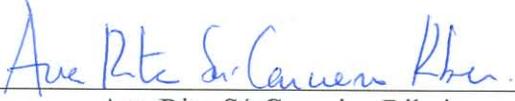


Edvânia Torres Aguiar Gomes
Universidade Federal de Pernambuco

Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto
Universidade Federal de Pernambuco



Mário de Lima Filho
Universidade Federal de Pernambuco



Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro
Universidade Federal de Pernambuco

Ata da sessão de arguição da Dissertação da Mestranda **ROBERTA NUNES SILVA**, do Curso de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Ao 15 (quinze) dias do mês de abril 2003 (dois mil e três) às 09:00 (nove horas), no auditório do Departamento de Ciências Geográficas, para a defesa de Dissertação da Mestranda **ROBERTA NUNES SILVA**, reuniu-se a Comissão Examinadora, composta dos professores: **EDVÂNIA TORRES AGUIAR GOMES**, UFPE, Orientador e Presidente da Banca Examinadora, **JOAQUIM CORREIA XAVIER DE ANDRADE NETO**, UFPE; **MARIO DE LIMA FILHO**, UFPE; e **ANA RITA SÁ CARNEIRO RIBEIRO**, UFPE, examinadores internos e externos, respectivamente, e como suplentes os professores: **MARIA DO CARMO MARTINS SOBRAL**, UFPE e **ALCINDO JOSÉ DE SÁ** UFPE, cujos nomes foram indicados em Reunião do Colegiado. Título da Dissertação: **"TRILHAS VEREDAS PARA DISCUSSÃO DA GESTÃO DO TURISMO NAS APA'S: O CASO APA-GUADALUPE/PE."** Iniciados os trabalhos a presidência informa os objetivos da reunião, salientando a regulamentação em vigor. Em seguida concede a palavra ao autor da Dissertação, para que de maneira sucinta apresentasse o trabalho mencionado. Após exposição houve arguição de cada membro da banca examinadora. Ao término, os componentes reuniram-se em caráter reservado para deliberação do conceito a ser atribuído, considerando a referida Dissertação **Aprovada com Distinção**. Sendo o assunto específico da reunião, a presidência encerra a sessão, sendo lavrada a presente ata assinada pela secretária e por quem de direito. Recife, 15 de abril de 2003. *Sob a direção do Prof. Edvânia Torres Aguiar Gomes*

Roberta Nunes Silva
Roberta Nunes Silva

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar os agradecimentos, falando sobre Guimarães Rosa um dos escritores mais representativos da moderna literatura brasileira. Como escreveu Tristão de Athayde, "João Guimarães Rosa tomou da matéria plástica Brasil em suas mãos de bruxo, tanto paisagem como gente e linguagem, e com ela modelou uma imagem de nossa cultura absolutamente inédita".

Foi esse grande escritor meio homem, meio bruxo que um dia escreveu, "o correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem". E foi exatamente assim que eu me senti durante a trajetória de construção dessa dissertação, intitulada: **Trilhas, Veredas para Discussão da Gestão do Turismo nas APA'S: O Caso APA-Gudalupe**, construção essa, feita por muitas mãos.

E no percurso de construção... esquentei, esfriei, fui apertada pela falta de tempo e de recursos, pela necessidade de conciliar as atividades de trabalho com as atividades de estudo e aí afrouxei, busquei prorrogação de prazo, abusei do prazer de comer, busquei ajuda e na maioria das vezes fui ajudada, principalmente pela minha família e pelos meus antigos e novos amigos. Aí sosseguei, finalmente consegui, ou melhor, conseguimos concluir os capítulos da tal dissertação, mais não os sonhos e aí desinquietei. Assim é a vida! "E o que ela quer da gente é coragem".

E as veredas, veredas não por acaso. Acredito que alguns acontecimentos na vida não são meras coincidências. Edvania Torres, minha orientadora, chegou a sugerir "por que não veredas? Veredas como clarões para discussão do turismo". E ela não sabia da minha paixão por Guimarães Rosa. O destino também me apontou a APA-Gudalupe. Fui à região como professora substituta da disciplina de Planejamento e Organização do Turismo da UFPE, conduzindo um grupo de alunos de graduação de Bacharel em Turismo.

No Centro de Visitação da APA, localizado no município de Tamandaré, fomos recebidos pelo coordenador do Centro na época, Alexandre Fabello, hoje um grande e

estimado amigo, que ao terminar as explicações e a visitação de campo, logo levantou a necessidade de se fazer um planejamento para implementação de trilhas no local, sugerindo assim, a importância do desenvolvimento de estudos voltados para esse fim. Entusiasta e idealista como sou, "comprei" a idéia e de imediato comecei a visitar a região construindo e reconstruindo ideais e sonhos sobre o assunto.

Quanto a logística necessária para a realização das atividades em campo (hospedagem e deslocamento), contei com o precioso apoio da Companhia Pernambucana de Meio Ambiente - CPRH. Contribuição essa, concedida pela Gerente de Áreas Protegidas Gianina Cisneiro. Além de agradecer a Gianina gostaria de agradecer a Paulo Gomes, coordenador da APA e a Nahum, pelas várias conversas e informações importantes prestadas sobre a dinâmica, geografia e aspectos legais da área.

Ao longo da fundamentação teórica do tema estudado, alimentei o sonho de organizar proposições e implementá-las na prática. Fazendo com que o trabalho não fosse apenas mais uma das dissertações que são defendidas e depois compõem, apenas, as prateleiras de uma biblioteca. Como avaliação e resultado parcial dessa trajetória é possível afirmar que consegui sentir a gestão na prática, a partir da elaboração da Proposta de um Programa de Interpretação Ambiental.

Grande parte dos méritos pelos melhores resultados da construção da dissertação, que inclui a elaboração preliminar do Programa de Interpretação Ambiental, situa-se a meu ver, no encontro e envolvimento com as comunidades locais, devendo também, ser creditado, especialmente, a Chico Presidente da Colônia de Pescadores de Rio Formoso pelo seu profundo conhecimento das necessidades da área, sua cooperação e parceria nas inserções náuticas, nas longas conversas e discussões sobre a área, nos trabalhos que travamos com a comunidade que contou, também, com a participação de Alexandre Fabello (Alex), Emanuel Botelho - CEPENE, Maria Helena - Projeto Recifes Costeiros, Prof. Alfredo Olivera - UFRPE e alunos foram essenciais para o desenvolvimento do tema em questão.

Grande foi minha sorte, também, por contar com orientadores, que apesar de bastante ocupados, foram prodigiosos colaboradores. Agradeço a Professora Edvania

Torres pelos seus ensinamentos e orientação que pontuaram a organização dos temas e desenvolvimento do trabalho e ao Professor Mário de Lima Filho pelo companheirismo e ensinamentos, pelas idas a campo, pelas caminhadas náuticas e terrestres, pela força e incentivo na inscrição e finalização do mestrado. Sua força, contribuição e incentivo foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

Gostaria de agradecer a coordenação do mestrado ao professor Joaquim Correia e Secretaria Solange pelo apoio e serviços educacionais e estruturais prestados. Agradeço, também, aos meus professores, de forma geral, e aos do mestrado em especial. A dedicada e atenciosa Professora Marlene, educadora, amiga, incentivadora que me emprestou vários documentos e mapas e seus ensinamentos que para mim, serviram como bússola, um guia que orientaram toda a trajetória de construção desse trabalho.

Ao Professor Jan Bitoun pelas suas aulas contagiantes com fundamentos na prática da gestão ambiental. Agradeço, também, por ele ter me apresentado, de forma literária, Amartya Sen, acredito ter aproveitado a leitura de seu livro e compreendido o seu conceito de "desenvolvimento com liberdade". Agradeço a Zaidan, professor com atitudes instigadoras, sorriso franco e explicativo, com aulas e imagem pessoal bastante prazerosa. Onde o seu desafio, cumprido com mérito, foi nos levar a compreender as implicações internacionais no contexto das relações ambientais. Já com o Professor Zanon, tive a oportunidade de aprender termos científicos e compreender um pouco da complexidade e importância do ambiente estuarino e ecossistema manguezal, a esse grande educador os meus agradecimentos.

Fui beneficiada, ainda, no aprofundamento do conhecimento sobre a área, com a oportunidade de atuar, no período das atividades de campo, como consultora do SEBRAE/PE desenvolvendo, nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré, um trabalho de mobilização social com base no Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS. Agradeço, portanto, ao SEBRAE e aos respectivos fóruns DLIS constituídos, pela experiência adquirida e pelo aprendizado resultante desse trabalho.

De forma melódica fui agraciada pela música. Tenho o hábito de estudar e escrever ouvindo música, para mim tanto a música como a arte tem o poder de, através

da intensificação da percepção e da emoção, aumentar o nosso contato com nós mesmos e com os outros. Agradeço a música por tudo isso, nela encontrei inspiração, calma e boas idéias.

Quanto à contribuição local, no processo de entrevistas, gostaria de agradecer a todos que doaram o seu tempo, conhecimento e gentileza. Recebendo-me em suas residências e propriedades. Em especial a José da Prainha, meu grande companheiro de caminhadas, conhecedor das trilhas locais e dotado de muita simpatia e boa vontade e a Zaldo Rocha Filho, sempre acolhedor, abriu as portas de sua propriedade na praia dos Carneiros, para investigações e possibilidades de trilhas e amizade. Verbalizando sempre com muita clareza e inteligência suas impressões sobre o turismo e o lugar.

Agradeço, também, a Luís Henrique que faz parte do quadro dos meus antigos e queridos amigos e a Antônio um novo amigo. Acredito ter os amigos certos das horas certas. A colaboração de Luís e Antônio no trato com os mapas e fotos foi essencial. Não deixando de agradecer, também, a Felipe autor dos desenhos do mapa figurativo.

Agradeço a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, em nome da Diretora de Ensino Sônia Chaves, por ter cedido tempo quase integral para que eu pudesse concluir a redação final da dissertação. Tempo esse no qual abusei, acabei esticando bastante o prazo previsto para o término do trabalho. Além do agradecimento o meu pedido de desculpas.

Agradeço mais uma vez e de forma bastante especial aos meus pais: ao meu papinho e a minha dedicada mãe e a Rafaela minha filha, pelo apoio, amor e respeito as minhas escolhas.

E por fim, não pela ordem de prioridades mais por ser componente básico e estruturador de todo processo do trabalho e da vida, gostaria de agradecer a natureza. Agradecer a oportunidade de conviver com a beleza do ambiente estuarino, recifal e terrestre da 'APA-Guadalupe'. Ambiente bastante complexo que precisa ser mais bem estudado, compreendido e respeitado. Aos poucos comecei a sentir e registrar as formas, os percursos e o cheiro do lugar, a aprender com os princípios que a natureza ensina e, enquanto os meses foram passando, vagorosamente eu me vi mudando. Aprendi em

contato com o ambiente natural a ouvir os meus próprios pensamentos, a sentir a emoção de poder captar a grande tranquilidade e mensagens transmitidas pela natureza. A compreender melhor a vida e que tudo está realmente interligado.

Em fevereiro de 2003

Roberta Nunes Silva

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo reunir informações para o estudo das trilhas interpretativas em áreas protegidas, destacando a sua importância no desenvolvimento das atividades relacionadas com o ecoturismo. A área objeto de estudo é a APA-Guadalupe Litoral Sul de Pernambuco - que insere parte dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros. Tem como pressupostos a necessidade de respeito aos atrativos naturais e culturais, sustentabilidade, educação do visitante, vivência, receptividade, participação local, democratização do conhecimento, planejamento e gestão. Como resultado, a pesquisa disponibiliza a construção de um marco teórico-conceitual que possibilita o entendimento da importância do uso das trilhas interpretativas como técnica educativa fundamental para o ecoturismo, a elaboração de mapas, croquis destacando alguns caminhos terrestres e náuticos com potencial interpretativo. E por fim, apresenta a definição de procedimentos básicos para orientar a elaboração de um Programa de Interpretação Ambiental para região.

ABSTRAT

The aim of work is the study of the interpretative tracks as instruments for environmental protection, emphasizing its educative, cultural and disciplinative potencial of visitation of environmental Protection Áreas (APA – Áreas de Proteção Ambiental). The object of study is the APA-Guadalupe Litoral Sul de Pernambuco (which inserts part of Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaé e Barreiros municipal districts). It takes for granted the necessity of to respect the natural and cultural attractives, support, citizenship, to carry out the social function of ecotourism, democratization of knowledge, integrate planning and the interpretative analysis of the environment. The research involved the participation of the community in the diagnosis of the touristic potential of the area. It makes available the survey of the tracks and nautical routes traditionally used by the local population and the interpretative potentiality of it, aiming the development of the self-support tourism, showing possibilities of generation of rent, from the structure, variation of attractives and touristic services of the region. In the end, shows an Environmental Interpretation Program which aims to develop actions among the various organisms and sectors of the society, by the set of integrated projects of socioenvironmental interventions.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRAT	iii
LISTA DE FIGURAS	ii
CAPÍTULO 1	14
CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	27
2.1. Localização, Fatores Ambientais, Principais Ecossistemas, Sócio-Economia e Infra-estrutura.....	27
2.2. Breve Histórico da Ocupação da Área de Estudo.....	42
2.3. Discussão do Espaço Turístico da APA-Guadalupe.....	46
2.3.1. Implicações de Ordem Legal.....	59
2.3.2. Plano Urbanístico do CT-Guadalupe.....	66
2.3.3. O Turismo na APA-Guadalupe.....	69
2.4. Análise do Potencial Interpretativo das Trilhas na APA-Guadalupe.....	71
CAPITULO 3. SIGNIFICADO DAS TRILHAS E DO TURISMO	83
3.1. Um Breve Passeio e Reflexão pela História das Trilhas.....	84
3.2. Turismo: Conceitos Básicos.....	87
3.3. A Evolução do Turismo.....	90
3.4. Tendências atuais – a procura por novas formas de turismo.....	97

CAPITULO 4. AS TRILHAS INTERPRETATIVAS E O ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS.....	115
CAPITULO 5. PROPOSTA DE PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
ANEXO.....	173
BIBLIOGRAFIA.....	181

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de Localização da APA-Guadalupe. Sudene, 1994.....	16
Figura 2. Mapa de Localização dos Municípios da Mata Meridional Pernambucana...	29
Figura 3. Impactos negativos das obras do CT-Guadalupe.....	53
Figura 4. Mapa de Divisão das Zonas Estuarinas – Rio Formoso.....	65
Figura 5. Caminhos e Trilhas – Praia dos Carneiros (Tamandaré).....	74
Figura 6. Cenas do Cotidiano - Praia dos Carneiros (Tamandaré).....	76
Figura 7. Cenas do Cotidiano do Distrito de Barra de Sirinhaém (Sirinhaém).....	77
Figura 8. Cenas do Cotidiano (Rio Formoso).....	78
Figura 9. Reuniões, Dinâmicas de Grupo e Entrevistas (Rio Formoso/Tamandaré)...	141
Figura 10. Artefatos de Pesca.....	143
Figura 11. Embarcações Tradicionais (Estuário do Rio Formoso).....	144
Figura 12. Mapa Figurativo - Socioeconômicas e Ambientais do CT-Guadalupe.....	146
Figura 13. Agricultura – Cultivo de Cana-de-Açúcar (Rio Formoso).....	147
Figura 14. Atividade de Pesca e Veraneio – Praia dos Carneiros (Tamandaré).....	148
Figura 15. Agricultura – Cultivo do Coco (Tamandaré).....	149
Figura 16. Comércio Fixo e Ambulante.....	150
Figura 17. 1º Ciclo de Atividades educativas para Limpeza do manguezal (Rio Formoso)	152
Figura 19. Infra-Estrutura (Tamandaré).....	156
Figura 20. Croqui da Rota dos Pescadores.....	163
Figura 22. Rota dos Pescadores (Estuário do Rio Formoso).....	164
Figura 23. Rota dos Pescadores (Estuário do Rio Formoso).....	165
Figura 24. Rota dos Pescadores (Estuário do Rio Formoso).....	166
Figura 25. Croqui das Trilhas Mané Bê e Pedra do Mero.....	169
Figura 26. Trilha Mané Bê (Tamandaré).....	170
Figura 27. Trilhas Mané Bê e Pedra do Mero (Estuário de Rio Formoso).....	171

CAPITULO 1

Introdução

Há muitos anos, mas particularmente na década de 1970, o fluxo de equipamentos turísticos e conseqüentemente de visitantes vem crescendo em toda área litorânea do nordeste do país. Esse crescimento vem causando transformações representativas no espaço natural, físico e cultural dos municípios que compõem essas áreas.

Cientes do potencial turístico regional e da necessidade de fortes investimentos no setor, os governos dos estados nordestinos tomam a frente da iniciativa privada e assumem o papel de empreendedores, dando origem a Política de Megaprojetos.

Apesar das vantagens de se obter uma maior concentração territorial de equipamentos turísticos e com isso uma maior oferta de serviços, a política de megaprojetos trouxe para região nordeste¹, especificamente para a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe/PE (APA-Guadalupe), área objeto desse estudo, a implantação e desenvolvimento de infra-estruturas sem a devida preocupação, avaliação e adequação às condições ambientais.

A instalação de infra-estrutura juntamente com o dinamismo da economia e da sociedade define o uso do território, determinando também a utilidade, formato e função da trilha (questão central desse trabalho). Adotando-se essa perspectiva, atesta-se que a análise do território funciona como pano de fundo para interpretação dos caminhos e trilhas.

Não obstante, uma investigação histórica é necessária, pois os usos ambientais, sociais e econômicos do espaço foram variados ao longo do tempo. Os caminhos naturalmente percorridos pelas populações locais, estabelecidos para diversas finalidades desde a procura de alimentos até peregrinações religiosas, viagens

¹ Nos estados do RN, PB, SE, CE, BA e no litoral sul de Pernambuco e Alagoas.

comerciais e militares vêm dando lugar a outros interesses, tais como, expansão de empreendimentos imobiliários, hoteleiros, náuticos e vias de acesso.

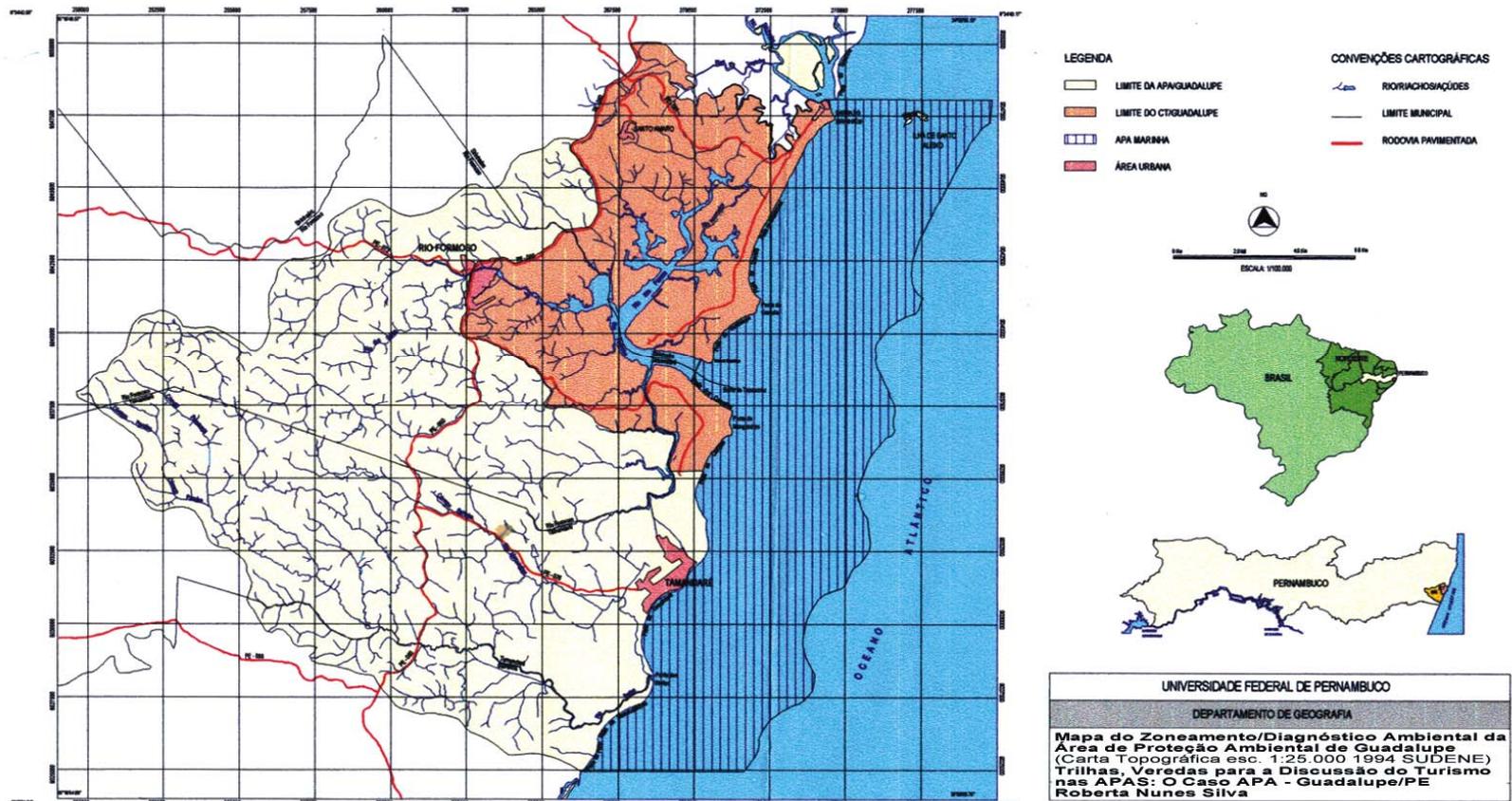
Nesse contexto, as trilhas são compreendidas como caminhos dinâmicos, tendo seu trajeto muitas vezes modificado, pelo tempo, pelos fenômenos climáticos e pela ação do homem. Seguir pela "trilha" muitas vezes significa que ela logo se tornará uma estrada, ou até mesmo, uma plantação de coqueiros como é o caso de alguns antigos caminhos da praia dos Carneiros (município de Tamandaré/PE). Assim, entende-se que além de passar por uma constituição de usos o território passa por uma reorganização produtiva.

Casas de médio e alto padrão, condomínios, hotéis, pousadas, rodovias, marinas passaram a compor a paisagem dos territórios com potencial turístico. Na APA-Guadalupe que se localiza na porção meridional do Litoral Sul do estado de Pernambuco (Fig. 01), essa realidade tem se feito presente, sobretudo, em Tamandaré, município que possui parte de sua área (59,5%) dentro das 44.255 ha dos quais 71,4 % (31591 hectares) são de área continental e 28,6% (12 664 hectares) são de área marítima pertencentes a APA de Guadalupe.

Além de Tamandaré outros três municípios compõem a APA: Rio Formoso, Sirinhaém e Barreiros, os quais participam, respectivamente, de sua área total com: 50,7%, 16,4% e 09,7%. Do ponto de vista turístico, esses municípios apresentam um fluxo de visitantes menos expressivo devido, principalmente, a falta de infra-estrutura básica e turística em suas áreas.

As pesquisas voltadas para disciplinar à ocupação de visitantes em áreas naturais são, ainda hoje, escassas e relativamente pouco projetadas, sobretudo, no Brasil. Os estudiosos e interessados pelo tema há muito argumentam que a falta de controle no processo de visitação em áreas protegidas tem sido amplamente debatida, mas pouco defendidas.

Figura 01 – Mapa de Localização da APA de Guadalupe



Além disso, acredita-se que as exigências para a melhoria da qualidade de experiências que levem os visitantes a contemplar, interpretar e cooperar na conservação de um recurso natural ou cultural vem crescendo nos últimos tempos, juntamente com o aumento do número de visitantes, motivo pelo qual, as áreas protegidas devem assegurar a sustentabilidade do uso dos seus recursos devendo possuir, nas áreas de visitação, facilidades, infra-estruturas adequadas, sendo as trilhas interpretativas um importante apoio para a diversificação da oferta de atrativos e serviços, funcionando também, como um valioso instrumento para a gestão e educação do visitante.

Dependendo da forma como for planejado e gerido, o ecoturismo tem o potencial de criar apoio para os objetivos da conservação, tanto na comunidade hospedeira quanto entre os visitantes e as áreas de proteção. Como os benefícios sociais e ambientais são essencialmente interdependentes, os benefícios sociais advindos para as comunidades hospedeiras como resultado do ecoturismo, podem acarretar o crescimento global dos padrões de vida, devido ao estímulo econômico gerado pela maior visitação ao local. "Igualmente os benefícios ambientais surgem quando as comunidades hospedeiras são induzidas a proteger os ambientes naturais para sustentar o turismo economicamente viável".²

A população residente no entorno e nas áreas protegidas devem ser inseridas nas estratégias de conservação e no planejamento e gestão do turismo na região. O maior acesso à informação possibilita a população local maior espaço e participação no processo de tomada de decisão. Portanto, de acordo com Johnson "a população local ao se envolver no estudo, na discussão e no planejamento das estratégias de controle do processo de tomada de decisão relativo ao desenvolvimento está adotando um passo crucial no aumento e na valorização de seu papel no ecoturismo e no desenvolvimento".³

Dessa forma, criar alternativas para a educação e diminuição da pressão dos destinos com potencial ecoturístico, conciliando a demanda e a satisfação do usuário

² Ceballos-Lascurain, H. 1990.

³ Johnson, 1993.

com a conservação da área visitada é o grande desafio do momento e o desejo de contribuição desse estudo.

Os programas de interpretação ambiental, quando devidamente compreendidos e estruturados, têm o potencial de possibilitar uma compreensão e apreciação mais profunda dos recursos naturais e culturais dos destinos com visitação turística, podendo servir também como veículo para mudanças de comportamento reorientação de hábitos, atitudes e valores conectando as pessoas com o lugar.

Sendo assim, em síntese, como principais resultados alcançados por esse estudo, aponta-se a elaboração de um marco teórico-conceitual que pretende viabilizar o entendimento da importância do uso das trilhas interpretativas como técnica educativa fundamental para o ecoturismo, a produção / adequação de mapas e croquis (exemplificadores) destacando alguns caminhos terrestres e náuticos com potencial interpretativo no âmbito da área de estudo e, por fim, a definição de procedimentos para elaboração de Programas de Interpretação Ambiental.

Justificativa

O turismo é, hoje, foco de atenção de um grande número de pessoas. Governantes de vários estados e municípios de todo o país estão recebendo e procurando atrair um número cada vez maior de visitantes. Estão utilizando o potencial turístico dos territórios que "gerenciam" como fonte de entrada de divisa. As comunidades locais, no entanto, estão excluídas das supostas oportunidades de emprego advindas do turismo.

Paralelo a isso, cresce a preocupação de líderes de empresas turísticas, consumidores, organizações não governamentais e conservacionistas com o desenvolvimento de modelos de turismo de baixo impacto capaz de evitar ou minimizar impactos desastrosos do turismo de massa baseado em megaprojetos.

É bem verdade que, no que concerne a programas voltados para conservação de área protegida, passível de utilização turística, pouca coisa vem se mostrando de maneira mais trabalhada e consistente e que privilegie o envolvimento da comunidade local. Sendo escassa, também, a existência de estudos que analisem a viabilidade da trilha, ou seja, que definam previamente os locais que apresentem boas condições para atender a um programa de interpretação ambiental. A maioria das trilhas existentes e aproveitadas turisticamente forma-se pelo uso e não como resultado de pesquisa e planejamento.

A APA-Guadalupe foi escolhida por constituir uma região ainda pouco investigada e planejada turisticamente. Dos exemplos de planejamento de trilha conhecidos e utilizados, como referência para esse estudo, pode-se citar a experiência que está sendo desenvolvida e praticada no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, em Pernambuco⁴.

⁴ Em 1995, o WWF - Fundo Mundial para a Natureza (organização conservacionista mundial que tem como objetivo promover a conservação da natureza e dos processos ecológicos), foi convidado pelo Estado de Pernambuco para, juntamente com a Administração Estadual do Arquipélago, o IBAMA, o Projeto TAMAR / IBAMA e outros representantes da sociedade civil, delinear as diretrizes para a organização, regulamentação e promoção do ecoturismo em Fernando de Noronha. O projeto de trilhas interpretativas do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha integra o programa estratégico do WWF de desenvolvimento do ecoturismo como atividade promotora da conservação de ecossistemas no Brasil. Através deste projeto, o WWF está desenvolvendo uma experiência modelo da adequada

Do ponto de vista institucional, o que existe, mas que não é o suficiente, são documentos norteadores como as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo definida pelo IBAMA e EMBRATUR, em 1994, que apontam para a necessidade de "... as áreas protegidas estaduais e municipais e às propriedades particulares adaptadas para fins turísticos, oferecerem juntamente com a rica diversidade cultural, condições excepcionais para o desenvolvimento do ecoturismo..." (EMBRATUR/IBAMA-DF, 1994).

Diante da limitação de exemplos práticos elucidativos, pelo menos teoricamente, o ecoturismo é o tipo de turismo que mais responde às expectativas deste trabalho, sendo definido inicialmente como "o encontro do homem com a natureza em seu estado selvagem" vem sendo apontado pelos estudiosos do assunto como uma viagem especializada em plena evolução, baseada em princípios básicos de conservação⁵ e preservação⁶.

Entre os conceitos mais recentes do ecoturismo, pode-se citar o admitido pela EMBRATUR no documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, 1994. Segundo o documento "ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas".⁷

Para potencializar o uso sustentável das trilhas, além de recorrer a experiências bem sucedidas como a que está sendo praticada no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e às diretrizes do ecoturismo compreendendo os seus conceitos, foi feita a análise *in loco* de rotas náuticas (complexo estuarino do rio Formoso),

utilização de uma unidade de conservação pelo público, cuja operacionalização inclui atividades recreativas e interpretação ambiental. A idéia é que o parque cumpra sua função educativa e de lazer através da integração do visitante com o local e que a atividade de ecoturismo seja feita de forma economicamente viável, sem causar prejuízos financeiros ou de recursos humanos aos outros componentes de manejo da unidade gerenciada pelo Ibama

⁵Conservação, é a ação de reunir atividades de preservação, manutenção, utilização racional, sustentada, restauração e melhoria do meio ambiente, de forma a produzir o maior benefício sustentado para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, manter suas potencialidades para satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras.

⁶Preservação, manutenção de áreas naturais, livres de qualquer uso humano, salvo o das populações indígenas.

⁷EMBRATUR, 1994.

analisou-se também o meio físico e cultural da área objeto de estudo, com ecossistemas diversos e representativos para compor um programa de interpretação ambiental. A seleção e projeto de rota de uma trilha são medidas preventivas importantíssimas. Se feitas adequadamente, pode evitar a maior parte dos problemas que levam à degradação.

O que se pretende com as trilhas, portanto, é potencializar o seu uso, caracterizando e analisando os locais passíveis de visitação, a luz dos princípios interpretativos⁸ e dos conceitos gerais do desenvolvimento sustent vel⁹. A partir de uma série de pressupostos teóricos e práticos, disponibilizar orienta es básicas para elabora o de um Programa de Interpreta o Ambiental, a fim de estimular o desenvolvimento de atividades educativas e indicar alternativas para o controle dos impactos¹⁰ causados pela visita o.

Ampliando, portanto, a dimensão interpretativa dos atrativos naturais e culturais e, por conseguinte, minimizar a pressão sobre os destinos já bastante degradados como áreas litorâneas, rios e as matas e, assim, contribuir para a conserva o, diversifica o e a gestão dos destinos turísticos da região.

⁸ Princípios interpretativos, definidos por Tilden em 1957.

⁹ Conceitos do desenvolvimento sustentável mencionado pela primeira vez no documento "Estratégias de conserva o Mundial" da UICN - União Internacional para a Conserva o da natureza, em 1980. Os princípios e o conceito de desenvolvimento sustentável, aqui referenciado, serão detalhados, posteriormente, nos pressupostos teóricos do estudo.

¹⁰ Qualquer altera o nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, decorrentes das atividades antrópicas (humanas), que direta ou indiretamente prejudiquem: a saúde, a segurança e o bem estar da popula o; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condi es est ticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais.

Objetivos do Estudo

Objetivo Geral

Este trabalho tem por objetivo reunir informações para o estudo das trilhas interpretativas em áreas protegidas, destacando a sua importância no desenvolvimento das atividades relacionadas com o ecoturismo.

Objetivos Específicos

- a) Caracterizar de forma integrada os recursos físico-naturais e culturais da APA-Guadalupe, a fim de analisar as suas potencialidades e limitações para definição de trilhas interpretativas.
- b) Analisar o uso do território na APA-Guadalupe, a partir dos modelos de desenvolvimento adotados pelas políticas de incentivo ao turismo na região no contexto de expansão da atividade agroaçucareira¹¹.
- c) Elaborar um Mapa "Figurativo" - Complexo Estuarino Rio Formoso, a fim de localizar e dar visibilidade aos variados usos e ocupação - ambiental, social, histórico e econômico¹².
- d) Elaborar um marco teórico-conceitual que oriente a análise sobre as trilhas interpretativas como técnica educativa fundamental para o ecoturismo.
- e) Identificar caminhos e rotas náuticas tradicionalmente utilizadas pela população local, com vistas ao estudo e definição de trilhas interpretativas.

¹¹ Projeto Costa Dourada, criado - 1990 e implementado - 1992 / CT-Guadalupe, criado - 1993 e PRODETUR/NE, criado - 1991 e implementado - 1993. Incentivo a atividade agroaçucareira (criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, 1934-1990 / PROALCOOL, 1995).

¹² Tendo como base cartográfica as Folhas Rio Formoso e Praia dos Carneiros, Escala 1/25.000 (SUDENE, 1970), o Mapa de Uso e Ocupação do Solo - CPRH, 1998 e pesquisa de campo.

- f) Elaborar croquis dos caminhos terrestres e náuticos com potencial interpretativo definidos na pesquisa de campo.
- g) Definir procedimentos básicos para orientar a elaboração de um Programa de Interpretação para área de estudo, a partir do aprofundamento da compreensão das trilhas e das características ambientais e culturais que o local oferece.

Procedimentos Metodológicos

Inicialmente foram definidos critérios gerais para a seleção da área para a realização do estudo. Os critérios levados em conta foram:

- 1- Material já existente (documentos, trabalhos publicados, zoneamento e mapeamento).
- 2- Região protegida legalmente (a área de estudo constitui-se numa "Área de Proteção Ambiental - APA").
- 3- Interesse de órgãos públicos e / ou outras entidades pela área.
- 4- Variação de ecossistemas e recursos de singular beleza cênica, o que motiva a visitação turística.
- 5- Região economicamente ativa com conflitos de uso e ocupação variada do solo.
- 6- Inexistência de estudos sistematizados sobre o turismo e programas de trilhas interpretativas.

É válido, ainda, ressaltar que o critério determinante para a escolha da APA-Guadalupe, como área de estudo, deve-se ao fato da região ter sido a primeira área de preservação local a ser transformada em pólo turístico, hoje contando com a Implementação do CT-Guadalupe resultante do Projeto Costa Dourada.¹³

Para facilitar a organização e compreensão dos dados, dividiu-se o estudo em três fases:

¹³ O detalhamento (significado, causas e conseqüências) desses projetos serão posteriormente detalhados no Capítulo I "Caracterização da Área de Estudo" no subitem "Programas e Projetos" e no Capítulo 2.

Primeira fase

Na fase inicial, foi feito um estudo / levantamento de dados através de: livros, artigos científicos (material bibliográfico), indicadores sócio-econômico atualizado (demografia, indústrias, comércio, etc), base cartográficas em escala adequada e informações junto a Companhia Pernambucana do Meio Ambiente - CPRH, sobre textos legais passíveis de estudos e avaliação, dispostos na biblioteca da companhia e sobre orientação de técnicos do setor da Gerencia de Áreas Protegidas (GAP). Contando, ainda, com o acompanhamento dos mesmos nas incursões e investigações nos municípios integrantes a APA (Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros), a fim de realizar a pesquisa exploratória.

Como base cartográfica, utilizou-se: o Mapa Geológico das Folhas Rio Formoso e Praia dos Carneiros - Escala 1/25.000 (SUDENE, 1970), a fim de caracterizar os Recursos Naturais e Culturais da APA-Guadalupe, considerando os seguintes elementos: clima, recursos hidrológicos, declividade, uso do solo, cobertura vegetal, recursos minerais, desenvolvimento sócio-econômico, áreas protegidas e recursos paisagísticos (naturais e culturais).

Essa fase teve como objetivo principal inter-relacionar todas as informações, a fim de caracterizar de forma integrada os recursos físico-naturais e culturais da região, tendo em vista analisar as suas potencialidades e condições para definição de trilhas interpretativas.

Segunda fase

A partir do trabalho de campo, realizado no período de março/2001 a setembro/2002, mensalmente, privilegiando os principais feriados, como ainda, os períodos de baixa estação, quando foi feita a análise das oportunidades interpretativas para definição e traçado de trilhas na área. Devido ao tempo determinado para o estudo em campo constatou-se, que a região apresentava duas grandes limitações: a dimensão, e o fato de se tratar de um verdadeiro mosaico paisagístico e geográfico de alta complexidade. A fim de superar estas dificuldades, foi necessário delimitar a área em duas categorias: hidrográfica e terrestre. **A delimitação hidrográfica da área** teve

como base, os estudos de Lira, Zapata & Fonseca (1979)¹⁴, onde estes estudiosos pontuaram o complexo estuarino do rio Formoso a partir de três zonas morfológicas distintas (Mapa, Capítulo 5 – pág.), descritas a seguir:

- a) **Zona estuarina superior:** *vai desde as proximidades da cidade do Rio Formoso até sua desembocadura no leito do rio dos Passos.*
- b) **Zona estuarina média:** *compreende ao trecho entre os canais dos rios dos Passos ao Ariquindá. Neste estudo, adentraremos no canal do rio dos Passos até o Ponto de Pesca na Ilha do Vilela e no canal do rio Ariquindá passando pelo Mané Bê até a Pedra do Mero (integração hidrográfica / terrestre).*
- c) **Zona estuarina inferior:** *compreende ao trecho entre a Ponta de Guadalupe e a desembocadura do rio Ariquindá.*

A delimitação terrestre da área, segue como referencial a delimitação hidrográfica (adjacências), com ênfase em parte da área Sede do Município de Rio Formoso, nas áreas terrestres das praias de Guadalupe (localizada entre a Foz do rio Formoso e a praia da Gamela - Distrito de Barra de Sirinhaém, e dos Carneiros - Município de Tamandaré (Fig. 18 – pág 154).

Terceira fase

Como instrumentos de pesquisa, foram utilizados:

- A pesquisa-ação, que não obedece a um plano rígido (o plano será redefinido continuamente em função dos resultados e do andamento da pesquisa), sendo utilizado critérios qualitativos;
- Planejamento Estratégico: realização de Diagnóstico Participativo (pesquisa de campo, entrevistas com vários seguimentos da sociedade, onde se utilizou o enfoque participativo conjugado à técnica de visualização móvel; ao instrumento de diagnóstico "FOFA" - FORTALEZAS / OPORTUNIDADES / FRAQUEZAS / AMEAÇAS), foi realizado no período de quatro meses, contou com a frequência (média) de 20 participantes (Rio Formoso) e 20 (Tamandaré). Teve como resultado, indicativos da realidade local, principais características, oportunidades e ameaças do setor turístico local.

¹⁴ Cad. Omega Univ. Fed. Rural PE., Recife jan. /dez. 1979.

- Observações livres das atividades realizadas pelos visitantes e população local;
- Entrevista semi-estruturada apresentada diretamente aos proprietários dos sítios, moradores e conversas com representantes do poder público ligados aos programas e projetos do CT-Guadalupe;
- Documentação fotográfica da visita.

Produtos Gerados:

- Mapa "Figurativo" - Complexo Estuarino Rio Formoso (tendo como base cartográfica as Folhas Rio Formoso e Praia dos Carneiros - Escala 1/25.000 (SUDENE, 1970), o Mapa de Uso e Ocupação do Solo – CPRH, 1998 e pesquisa de campo).
- Mapa dos limites da área de estudo (tendo como base cartográfica o Mapa de Uso e Ocupação do Solo – CPRH, 1998 e pesquisa de campo) e a utilização de GPS para marcação dos pontos onde estão localizados os portos, ponto de pesca, entrada de gamboas (registrando os seus respectivos nomes), infra-estrutura de alimentação e hospedagem, fazendo assim a relação entre a atividade pesqueira, característica na região com o turismo;
- Sistematização das potencialidades interpretativas dos caminhos e rotas náuticas tradicionalmente utilizadas pela população local.
- Croquis dos caminhos terrestres e náuticos com potencial interpretativo, identificados através de pesquisas de campo / entrevista com moradores).
- Definição de procedimentos básicos para orientar a elaboração de um Programa de Interpretação para região, a partir do aprofundamento da compreensão das trilhas e das características ambientais e culturais que o local oferece.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1. Localização, Fatores Ambientais, Principais Ecossistemas, Sócio-Economia e Infra-estrutura

Localização

A Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (APA-Guadalupe) criada pelo Decreto nº 19.635 de 13 de março de 1997, foi à área selecionada para o estudo por tratar-se da primeira região de preservação local, no estado de Pernambuco, transformada em pólo turístico e por reunir recursos naturais com uma grande variedade de ecossistemas que incluem remanescentes de Mata Atlântica, Mata de Restinga, estuários, manguezais, recifes de corais, uma ilha de origem vulcânica, e um segmento de planícies recobertas por coqueirais, o que motiva a visitação turística¹.

A Unidade de Conservação (estadual), APA-Guadalupe, é constituída de uma área total de 44.255/ha, sendo 31.591 ha (71,4 %) de área continental e 12.664 ha (três milhas náuticas/ 28,6%) de área marítima. Localiza-se na mesorregião da mata pernambucana na porção meridional do Litoral Sul do Estado de Pernambuco (figura 01), abrange parte dos municípios (área continental): Rio Formoso (38,2%), Tamandaré (35,1%), Sirinhaém (19,5%) e Barreiros (7,2%). Considerando-se a parte continental e marítima (área total dos municípios) da APA, tais valores percentuais somam-se: (50,7%), (59,5%), (16,4%), (9,7%).

¹ A descrição da caracterização da área de estudo baseou-se em levantamento de material bibliográfico e observações feitas em campo. As principais fontes consultadas foram: Caracterização da Área de Estudo: Diagnóstico Sócio-Ambiental da APA-Guadalupe - CPRH, 1998; Monografia Mesorregional: "Mesorregião da Mata Pernambucana" - CONDEPE, 2001; A Cana-de-Açúcar na Região da Mata Pernambucana. Manoel Correia de Oliveira Andrade e Sandra Maria Correia de Andrade, 2001; Documentos da Série Reflexões Sobre a Zona da Mata: "Zona da Mata de Pernambuco: Estudo de Alternativas de Geração de Emprego e Renda no Meio Urbano", Reengenharia da Cana-de-Açúcar em Pernambuco", "Desenvolvimento Sustentável para a Zona da Mata de Pernambuco A Dimensão Tecnológica" - SEBRAE, 1995. A integração e interpretação dos dados extraídos dos documentos, acima referenciados, possibilitaram a reflexão teórica do tema em questão, que se pauta, inicialmente, em experiências vivenciadas e que, para efeito de uma relação mais aprofundada do estudo, optou-se pela seleção de uma área específica para um diálogo entre o empírico e o teórico.

Situada entre as bacias do rio Sirinhaém (ao norte), Una (ao sul) e o Oceano Atlântico (a leste), os limites da APA-Guadalupe envolvem seis bacias hidrográficas, onde os rios: Formoso, União, Ariquindá e dos Passos dirigem-se para o estuário do rio Formoso e os rios Ilhetas e Mamucabas dirigem-se para o estuário do rio Carro Quebrado.

A Mesorregião da Mata Pernambucana situa-se na porção leste do Estado, estendendo-se até os contrafortes do Planalto da Borborema. Esse território corresponde a cerca de 9% da área do Estado de Pernambuco, o qual, de acordo com a Contagem de População da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1996, abrigava uma população de 1.150.450 habitantes, correspondendo a 15% do total de Pernambuco. Sua densidade demográfica era então de 135,9 hab/km² e o grau de urbanização de 66%, inferior ao indicador estadual de 74%.²

Localização Geográfica dos Municípios que Compõem a APA-Guadalupe

Sirinhaém

Sirinhaém situa-se na margem direita do rio de mesmo nome. Fundada em 1627, possui uma Área Total de 355,2 km² e uma altitude média de 49 m, correspondendo aos distritos de Sirinhaém, Barra de Sirinhaém, Ibiratinga. A sua população gira em torno de 32.920 habitantes. Distância da capital 79 km. Sendo o acesso rodoviário mais utilizado as rodovias BR-101, PE-060. Municípios limítrofes: Norte - Ipojuca e Escada; Sul - Rio Formoso e Tamandaré; Leste - Oceano Atlântico; Oeste - Ribeirão.

Rio Formoso

O município de Rio Formoso, foi fundado em 1833, se estendendo por uma área total de 339,6 km² com uma altitude média de 5 m, correspondendo aos distritos de Rio Formoso e Cucaú. Conta atualmente com aproximadamente 20.763 habitantes. Distância da capital 90 km. Sendo o acesso rodoviário mais utilizado as rodovias: BR-101-sul, PE-060. Tem como limites os municípios: Norte - Sirinhaém, Sul - Tamandaré, Leste - Tamandaré, Oeste - Gameleira.

² A caracterização regional apresentada neste diagnóstico foi extraída de CONDEPE (1998).

Tamandaré

Tamandaré foi emancipada de Rio Formoso em 1995, ficando com uma área total de 98,5 km², situados ao sul deste município, com uma altitude média de 8 m, correspondendo aos distritos Tamandaré e Saué. Possui, uma população de 17.064 habitantes. Distância da capital 178,9 km. Sendo o acesso rodoviário mais utilizado as rodovias Br-101, PE-060 e PE-076. Municípios limítrofes: Norte - Rio Formoso e Sirinhaém; Sul - Barreiros; Leste - Oceano atlântico; Oeste - Água Preta.

Barreiros

Barreiros foi criado em 1853, com território desmembrado de Rio Formoso, ficando com uma área total de 228.8 km², situados ao sul deste município, com uma altitude média de 22 m, correspondendo aos distritos, correspondendo aos distritos de Barreiros e Carimã. Possui, uma população de 39.151 habitantes. Distância à capital 108,8 km. Sendo o acesso rodoviários pelas rodovias Br-101 e PE-060. municípios limítrofes: Norte - Tamandaré; Sul - Est. de Alagoas e São José da C. Grande; Leste - Oceano Atlântico; Oeste - Água Preta.

No mapa abaixo é possível identificar todos os municípios da Mata Meridional e localizar os que compõem a APA-Guadalupe pelos n^os 03, 16, 19 e 20.

Fig. 02: Municípios da Mata Meridional Pernambucana



Fonte: <http://www.citybrazil.com.br/pe/index.htm>

Fatores Ambientais

O Clima da região é classificado como tropical úmido, mantendo temperaturas elevadas durante todo o ano com chuvas abundantes concentrando-se no período de outono / inverno. Os meses mais chuvosos são maio, junho, e julho, sendo mais secos outubro, novembro e dezembro. A umidade relativa do ar é bastante elevada, chegando em alguns meses a superar 80%.

Oriundas, sobretudo, das descargas da Frente Polar Atlântica, as chuvas encontram-se distribuídas durante aproximadamente 200 dias no ano, com precipitação média anual de 2.050 mm. Os índices de maior precipitação média ocorrem nos meses de março a agosto, sendo os meses de abril e julho os mais representativos, com médias de 408 mm e 573 mm, respectivamente.

A temperatura média anual é de 24⁰ C, variando entre a mínima de 18⁰ C e a máxima de 32⁰ C, o que nos leva a classificá-la segundo Koeppen, como uma área de domínio do clima Ams' (tropical quente com verão seco e chuvas abundantes). Sendo bastante influenciada pela ação moderadora dos ventos alísios³.

É válido assinalar que a condição do clima tem sensível influencia sobre a topografia, a vegetação natural, a hidrografia, a ocupação do solo e a evolução econômica e social da região da mata, clima esse que se diferencia entre o norte⁴ e o sul do Estado⁵.

Além da condição e diferenças climáticas, observar as suas limitações é de fundamental importância para identificar os períodos propícios para se fazer uma trilha. Em determinadas áreas da APA-Guadalupe, a exemplo da região conhecida como "campinas", fazer turismo no inverno é praticamente impossível e incomodo.

³ Diz-se dos ventos regulares que sopram constantemente sobre quase uma terça parte da superfície do globo, das baixas pressões subtropicais para as baixas pressões equatoriais, o alísio do hemisfério Sul, sopra do sudeste para o noroeste.

⁴ Na porção norte, as chuvas são menos abundantes. O clima é do tipo As' (tropical quente com chuvas de outono e inverno), segundo a classificação de Koppen.

⁵ Andrade, M. C., 1964.

Segundo os documentos consultados, a topografia da Mata Sul (área total 5.609 Km², representando 208,9 mil hectares), onde está inserida a APA-Guadalupe, é constituída, em sua maior parte, por colinas e morros de formas arredondadas que correspondem aos níveis cristalinos que antecedem aos contrafortes do Planalto da Borborema estando compreendidos em altitudes que variam de 10 a 350 metros (altitudes menores foram observadas na área de estudo), revelando a seguinte estrutura de declividades:

Declividades	% da Área	Área - ha
até 15%	25%	52.200 ha
> 15%	60%	125.400 ha
> 30%	15%	31.300 ha

Deste modo, percebe-se que o maior percentual das terras na Mata Sul mostra terrenos com declives acentuados, apresentando-se inadequados a prática agrícola e a mecanização com resultados de baixas produtividades e elevados custos de produção⁶. Já para o uso turístico, os índices apresentados podem ser propícios. Por exemplo, declividade superior a 45% será ideal para turismo de aventura por exemplo o Rapel.

Uma parte menor dos percentuais das terras demonstra declividades capazes de permitir a mecanização das operações agrícolas e outros usos. Esta condição topográfica influencia tanto na forma de ocupação do território, na organização do espaço para produção agrícola como no planejamento de trilhas (atividade turística).

Sendo assim, ter como referência a estrutura de declividade de uma área, contribui consideravelmente para a escolha e/ou adequação de operações com finalidades agrícolas, como, ainda, pode ajudar na análise do grau de dificuldade de uma trilha.

No que tange a geologia e a geomorfologia da região, duas províncias distintas devem ser ressaltadas:

⁶ Ao contrário do que as condições climáticas e topográficas permitiam, a ampliação da área de cultivo da cana-de-açúcar se deu, em grande parte, na Mata Sul, às custas do desmatamento de áreas com declives acentuados.

a) Província Cristalina - originada no pré-cambiano (superior e indiviso). No pré-cambiano indiviso (são encontrados granitos / granodioritos na porção central-ocidental da área, ocupando, aproximadamente, 2/3 da APA nos municípios de Sirinhaém, Rio Formosos e Barreiros).

Do ponto de vista geomorfológico, é predominante nesta unidade (Domínio Cristalino), morros, com morfologia irregular (cotas com pouco mais de 100 m), enquanto as encostas são convexas ou retilíneas, com fortes declividades, onde afloram os matacões, ocasionados, muitas vezes, em função das práticas tradicionais inadequadas da agricultura canavieira.

Os vales fluviais são de fundo chato, quando coberto por material arenoso, ou em forma de "V". Esses afloramentos são expressivos nas proximidades da planície costeira (a exemplo da PE-60, no trecho entre a cidade de Sirinhaém e a Reserva Biológica de Saltinho).

O relevo do cristalino exhibe uma extensa e espessa capa de alteração, apresentando-se, muitas vezes plano, suavizando as encostas, produzindo feições denominadas "chãs" (que são mais expressivas na porção oeste da APA), onde são encontrados remanescentes de Mata Atlântica (geralmente em vales bem encaixados e profundos o que dificulta o cultivo da cana-de-açúcar). Além disso, são encontradas nessa área importantes nascentes a exemplo dos rios Ilhetas e União.

b) Província Sedimentar - constituída lito-estratigraficamente pelo grupo Pernambuco, datado do Cretáceo Inferior, com **Formações Ipojuca**: constituída por rochas vulcânicas, representadas na área pela Ilha de Santo Aleixo, **Cabo**: ocorre em alguns morros situados entre Gamela e Guadalupe, sendo que nesta última aflora na praia, formando uma pequena falésia. As duas formações são compostas por traquitos, basaltos, andesitos e riolitos e conglomerados, arcósios e siltitos. **Formação Barreiras** (Terciário): constituída por sedimentos inconsolidados plio-pleistocênicos, ocorre geralmente próximo do litoral, principalmente em Tamandaré e entre as praias de Gamela e Barra de Sirinhaém. Surgem, ainda, os sedimentos recentes caracterizado pelo Quaternário constituído de aluviões, areias, sedimentos de praia que ocorrem na faixa litorânea e nos rios, próximos às suas desembocaduras.

O compartimento geomorfológico denominado Modelado Colinoso (Formação Cabo), apresenta cotas entre 10 e 40 m, caracterizando-se pela presença de colinas suaves e mais ou menos arredondadas, de pequena extensão, dispondo-se de forma individualizada e saliente no terreno (com encostas geralmente convexas).

Os Tabuleiros Costeiros (Formação Barreiras), na área de estudo, possuem altitudes entre 40 e 100 m, apresentando feições geomorfológicas com fissuras cavadas pela drenagem e interflúvios⁷ de topos aplainados, sendo essas características marcantes na unidade, sobressaindo-se, ainda, os vales de fundo chato.

As Planícies Costeiras conceituem-se como uma unidade geológico-geomorfológica bastante complexa, tendo em vista representarem um ambiente de transição entre os fenômenos continentais e marinhos. A planície costeira, da APA-Guadalupe, tem como principais elementos estruturadores de sua organização o coco, a pesca e o turismo de veraneio, apresentando os seguintes subcompartimentos geomorfológicos:

- Planície Flúvio-Lagunar, constituída pelos terraços fluviais e flúvio-lagunares.
- Baixos de Maré (são ambientes favoráveis aos processos de sedimentação flúvio-marinha permitindo o surgimento de vegetação típica).
- Terraços Marinhos Pleistocênicos (porção do terreno mais ou menos paralelas à linha de costa. Alcançam em toda a área altitudes de até 9 m - os mais altos do litoral pernambucano).
- Terraços Marinhos Holocênicos (encontrados na porção mais externa da planície costeira, paralela á linha de costa, com altitude variando de 1 a 3 m. Apresenta uma geometria mais regular se comparado ao Pleistocênico).
- Depósito de Praia (ocorrem na linha de praia, sendo constituído de areias quartzosas, sofrendo contínuo retrabalhamento do mar (a praia de Guadalupe apresenta alguns trechos importantes de acumulação eólica).

A última compartimentação geomorfológica da área, a ser descrita, são os Recifes que funcionam como um anteparo natural às investidas das ondas, protegendo as praias de processos erosivos marinhos, desempenhando, na morfologia atual da costa, importante papel.

⁷ Áreas terrestres entre dois rios que correm na mesma direção.

Os recifes são constituídos principalmente por arenitos, apresentando 3 a 4 metros de espessura e normalmente formando até três faixas paralelas ao litoral. Morfológicamente, os recifes são mais retilíneos e alinhados ao longo da costa, enquanto os biogênicos apresentam-se de forma mais irregular.

Diante do exposto, compreende-se que a APA-Guadalupe apresenta características geológicas interligadas a dois grandes e complexos contextos geomorfológicos:

- A área de morros / colinas - constituída por rochas graníticas e gnáissicas do embasamento Cristalino e pelos sedimentos das formações Cabo e Barreiras e;
- A planície costeira - representada pelos sedimentos quaternários: praias, mangues, terraços pleistocênicos, terraços holocênicos e sedimentos aluviais e colúvio-aluviais.

Os principais rios dessa região nascem na encosta da Borborema e se dirigem para o Atlântico, formando bacias, ora mais ora menos importantes, conforme a extensão, o volume d'água e as atividades econômicas desenvolvidas. Na área de estudo, as principais bacias são as do Sirinhaém que mesmo não estando inserido, na APA-Guadalupe, exerce forte influência sobre a sua área e a do rio Formoso que nasce na própria mesorregião e logo alcança o mar.

A zona estuarina de Barra de Sirinhaém é formada pelos rios Arrumador, Trapiche, Aquirá e Sirinhaém. À exceção do Sirinhaém (que possui cerca de 3.100 ha), os demais rios são estreitos, se avolumando nos trechos sob influência da maré.

O sistema estuarino do rio Formoso, uma das áreas específicas deste estudo, é abastecido, principalmente, pelo mesmo rio, que conta com uma vazão relativamente pequena, e respectivos afluentes. O rio Formoso tem uma extensão de 25 Km, nasce no açude do engenho Vermelho e corre na direção ENE até alcançar a cidade homônima, onde recebe pela margem direita, o riacho Minguito e toma a direção ESE até alcançar o mar⁸.

⁸ Andrade, M.C, 1996.

A ria⁹ do rio Formoso, situada a jusante da cidade de mesmo nome, tem extensão de 12 Km, dos quais 10 Km encontram-se sobre terrenos cristalinos, e 2 Km em áreas constituídas por depósitos terciários e quaternários nos arredores da embocadura. Na calha terminal aparecem pequenos afluentes, também afogados¹⁰. A sua bacia hidrográfica abrange 2.724 ha sendo, em seu maior trecho, influenciado pela salinidade do mar.

Os rios e pequenos afluentes lançam-se à praia formando extensas áreas de manguezais, com ecossistemas essenciais à subsistência da vida das populações locais, onde a fauna é composta por moluscos, crustáceos e diversas espécies de peixe.

Em vista do apanhado realizado entende-se que o levantamento das condições hidrológicas da região ajuda a identificar, entre outros aspectos, as áreas de proteção de mananciais de águas superficiais e/ou subterrâneas, a disponibilidade dos recursos hídricos sua qualidade e áreas sujeitas à inundação.

Com relação ao solo da APA-Guadalupe, o conhecimento dos seus diferentes tipos, bem como suas características gerais, é de fundamental importância para compreensão e identificação da aptidão das atividades agrícolas, contribuindo também, para análise e planejamento de trilhas¹¹.

Os solos encontrados são em geral, de baixa fertilidade natural com pH frequentemente ácido, onde a maioria dos nutrientes do ecossistema está incorporada à biomassa. Com as várzeas dos rios onde, em função da própria situação topográfica, existe um acúmulo de matéria orgânica, com formação de solos mais férteis, porém, mal drenados.

As classes de solos dominantes fazem parte das associações de Latosol Vermelho Amarelo Distrófico (LVd), Podzólico Vermelho Amarelo (PV) e Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico (PE).

⁹ Vale afogado pelas águas oceânicas.

¹⁰ Andrade, M. C, 1996.

¹¹ Sendo neste caso, essencial selecionar locais com solos estáveis, menos vulneráveis à erosão e ao alargamento dos caminhos, tendo em vista minimizar os possíveis impactos causados no processo de implementação e uso (pisoteio) de trilhas.

Predominam, na área, os Latossolos, ocorrendo algumas interposições com os solos Podzólicos. Tanto os Lotossolos quanto os Podzólicos, em sua maioria, são solos bem desenvolvidos, com profundidades acima de 2 metros e relevo indo do plano ao ondulado. Para efeito de utilização em grandes áreas, podem ser explorados com culturas temporárias e/ou permanentes.

As associações de solos Latosol Vermelho Amarelo Distrófico, os mais presentes, profundos e com fases variadas de relevo (ondulado, forte ondulado e montanhoso) são muito susceptíveis à erosão, devendo, por isso, ser priorizado o cultivo de espécies vegetais permanentes, que ajudem a preservar esses solos contra a degradação.

Na faixa litorânea da APA estão presentes áreas com Solos Indiscriminados de Mangue (SM), os Solos Gley Indiscriminados (HG), as Areias Quartzosas Marinhas Distróicas (AMd), e os Solos Aluviais Distróficos e Eutróficos (A), todos apresentam relevo plano. Os três primeiros (SM, HG e AMd) são solos não agricultáveis, porém passíveis de utilização com pastagens e os Solos Aluviais (A) podem ser utilizados com cultivos temporários e/ou permanentes.

As atividades de mineração existentes na APA de Guadalupe estão intimamente relacionadas com a indústria de construção civil, tendo em vista a crescente demanda gerada pela expansão dos núcleos urbanos locais, notadamente no município de Tamandaré e no distrito de Barra do Sirinhaém.

Entretanto, a maior parte dessas atividades é realizada informalmente, de modo artesanal, contribuindo para a degradação da paisagem, além de agravar os processos de erosão.

A extração de rochas cristalinas (granito/ gnaiss/ migmatito), juntamente com as areias e argilas, constituem os principais tipos de atividade mineral observados na área.

As rochas cristalinas mencionadas são bastante utilizadas no setor da construção civil, devido à ampla diversidade de produtos delas originados, como, por exemplo:

britas de granulometria variada, blocos para alicerce, paralelepípedos para calçamento e meio-fio de vias, entre outros.

As areias e argilas também são muito utilizadas na construção civil. Contudo, é importante ressaltar que as argilas possuem um campo de aplicação ainda mais vasto, podendo ser aplicadas na fabricação de cerâmicas refratárias, indústria de papel, borracha, entre outros.

Apesar de constituir importante recurso mineral, o calcário existente na área, pertencente à Formação Estiva, não apresenta significado econômico, tendo em vista sua pequena expressão local.

Por outro lado, pesquisas geológicas (Lima Filho,1998) revelaram que, em um cenário de médio prazo, são promissoras as perspectivas de descoberta de ocorrências de hidrocarbonetos na porção marinha da APA Guadalupe.

Ecosystemas Predominantes

Do ponto de vista de vegetação, o Litoral Sul de Pernambuco, onde se encontra inserida a APA-Guadalupe, possui uma paisagem fitogeográfica diversificada, sendo os tipos vegetacionais nela existentes, agrupados por Andrade Lima (1960) em duas zonas: **Mata** - onde são observados os remanescentes de Mata Atlântica e **Litoral** - onde estão compreendidas, a vegetação de praia, as restingas, e o ecossistema manguezal, onde estão inseridas as zonas estuarinas dos rios Sirinhaém, Formoso, Mamucabas/Ilhetas.

Estas zonas Estuarinas são formadas pelos estuários dos rios litorâneos da APA e seus manguezais. O estuário, sendo o último segmento de um rio, apresenta como característica principal a forte influência marinha que é evidenciada pelo ciclo das marés, sendo sua fertilidade criada e mantida pelos manguezais.

Nestas zonas, a vegetação de mangue coloniza os solos baixos halomórficos, onde se verifica que o mangue vermelho ou gaitero, *Rhizophora mangle*, predomina em áreas onde o solo é mais lamoso, suas raízes-escora formam um emaranhado, elevando-se a 3 m acima do solo.

O mangue branco, *Laguncularia racemosa*, ocorre desde a faixa lamosa do médio-litoral até áreas só atingidas pelas marés de sizígia. Nas áreas menos úmidas, encontra-se frequentemente associado ao mangue canoé, *Avicennia sp.* São de porte semelhante ao mangue branco, mas apresentam-se em menor abundância.

Na periferia do manguezal ocorrem ainda espécies como o avencão, araticum e o mangue-de-botão, *Conocarpus erectus*, que normalmente se encontra em terras elevadas e secas.

Além do manguezal típico, estão localizados no interior e na periferia deste ecossistema, os salgados.

No litoral pode-se observar ainda a vegetação de praia, que recebe influência direta da maré, e a vegetação próxima a costa, do tipo restinga, compostas por duas formações: os Campos de Restinga e as Matas de Restingas, e pode ainda ser observado, os Campos de Várzeas, restritos aos terraços flúvio-lagunares.

A Zona da Mata originalmente coberta pelas florestas costeiras ou atlânticas, apresenta atualmente poucos remanescentes que intercalam-se com um extenso canavial. Nestes remanescentes da Mata Atlântica, a diversidade de espécies animais é mais acentuada, especialmente naquelas de maior área, como, por exemplo, a Reserva Biológica de Saltinho, com 538 ha, no município de Rio Formoso.

Sócio-Economia (infra-estrutura)

Em função de sua histórica importância econômica, a Mesorregião da Mata Sul Pernambucana vem contando, apesar das oscilações de interesses governamentais, com atenções em termos de investimentos em sua infra-estrutura sócio-econômica. Num primeiro momento, com a necessidade de escoamento da produção de cana para as usinas de açúcar, e mais recentemente com a crescente importância do turismo (criação do Projeto Costa Dourada que resultou na Implementação do CT-Guadalupe), a malha viária foi reforçada com o asfaltamento de rodovias e de acessos às principais cidades e distritos, localizados no litoral (sul).

Vias de Acesso

A rede viária principal é formada por duas vias de penetração (norte e sul), em pistas simples, com 7 metros de faixa de rolamento, 3 metros de acostamento e duas vias litorâneas (Guadalupe e Carneiros). A Região possui também pistas simples, além de vias locais de comércio e serviços e rede viária secundária, em pistas simples.

Situação das Vias de Acesso:

- Via de Penetração Norte (PE-61): concluída;
- Via de Penetração Sul (que vai desde a PE-60 até o Rio Ariquindá): em execução
- Via de Penetração de Guadalupe: concluída.
- Via de Penetração dos Carneiros: em execução.
- Ponte sobre o Rio Ariquindá: obra paralisada.

O acesso ao Centro turístico de Guadalupe é feito através da rodovia BR-101 Sul, uma auto-estrada, que liga o aeroporto à cidade do Cabo. Neste ponto tem início a PE-60 que dá acesso à cidade de Sirinhaém, de onde, através de uma via de penetração local (PE-61), chega-se ao Centro de Turismo de Guadalupe.

Sistema de Energia Elétrica

O suprimento de energia elétrica da área sob influência direta do Centro Turístico de Guadalupe, apresentava características técnicas consideradas deficientes, com baixos níveis de tensão nos horários de pico e freqüentes interrupções.

Diante da natureza de ocupação, anteriormente, prevista para o CTG foi estabelecida a criação de 91 Km de linhas de transmissão, 59 Km de linhas de distribuição (aéreas e subterrâneas), 02 subestações e 77 Km de iluminação pública. Até o momento foram construídas duas subestações de 69 Kv, uma em Tamandaré (1998) e outra em Rio Formoso (em 1999).

Abastecimento de Água

Todos os aglomerados urbanos sob influência direta do Centro Turístico Guadalupe são atendidos em diferentes graus por sistemas de abastecimentos d'água - S.A.A. administrados pela COMPESA. Os novos sistemas de abastecimentos da água foram projetados de modo que a população estável / sazonal de todas as localidades e

Zonas Turísticas do CTG dispusessem de água potável no horizonte do projeto. A posição atual dos novos sistemas é que já foi concluída a ampliação de abastecimento de água de Rio Formoso, bem como os projetos executivos de abastecimentos de água dos municípios de Sirinhaém (núcleos urbanos de Barra de Sirinhaém e Santo Amaro) e Tamandaré. Faltando ainda, devido a falta de continuidade do CTG, ampliar novos sistemas de abastecimentos de água previstos para as Zonas turísticas de Rio Formoso e Carneiros e Zona Turística de Guadalupe (praia de Guadalupe).

Esgotamento Sanitário

Ao contrário da avaliação positiva obtida pelos serviços de água, segundo depoimentos da comunidade local, os serviços de esgoto apresentaram uma avaliação bastante negativa. O processo de implantação dos novos sistemas de coleta de esgoto, financiados pelo PRODETUR/NE/PE, e o fato de algumas áreas da APA-Guadalupe terem sido inicialmente excluídas do projeto, somados aos problemas causados pela empreiteira responsável pela implantação da rede, contribuíram para que a população fizesse uma avaliação negativa desses serviços, os quais já estão sendo reavaliados. No município de Rio Formoso a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Compesa está operando sem a licença de funcionamento. A comunidade local relatou que a COMPESA está despejando esgoto in natura em um canal que deságua no rio que dá nome à cidade, provocando mortalidade de caranguejos, ostras e siris nos manguezais. O problema foi verificado pela primeira vez em dezembro/2001, estando sem solução até o fechamento deste trabalho, apesar das notificações terem sido feitas junto a órgãos responsáveis.

Lixo

Em relação ao lixo doméstico, observou-se que ele é recolhido em parte dos domicílios urbanos da APA-Guadalupe, havendo coleta em poucas residências da área rural. A prática de se jogar o lixo no rio ou nas áreas de mangue foi observada, em especial, em domicílios da região da rua da Lama e em domicílios localizados na região de acesso ao engenho Siqueira no município de Rio Formoso (causando impacto ambiental sobre as águas de rios e mangue) onde a ocupação urbana desordenada e indevida gera conflitos de uso do solo com impactos significativos sobre essas águas. Nesse sentido, ampliar os serviços de infra-estrutura urbana na cidade e região e campanhas de cunho educacional é, ao mesmo tempo, um imperativo para melhorar a

qualidade de vida da população, ao mesmo tempo em que é uma necessidade para garantir a qualidade das águas municipais, especialmente do estuário do rio Formoso, uma vez que esses recursos naturais constituem também um dos principais patrimônios da região, tendo o inegável potencial de serem geradores de renda e emprego através das atividades do turismo sustentável.

Transporte Público

O serviço de transporte coletivo dos municípios da APA-Guadalupe não possui linhas intramunicipais ou urbanas, compreendendo somente as linhas intermunicipais, concedidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER-PE, que têm importância significativa para a população local. Há, portanto, uma deficiência no transporte interno dos municípios, notadamente entre as sedes municipais e os Distritos e as demais áreas rurais. No que tange às linhas intermunicipais, somente para Recife, há uma média de 18 viagens diárias. Esse elevado número justifica-se pelo fato dessas linhas também servirem a maioria das cidades ao longo da PE-60. Ressalte-se, todavia, que essas linhas representam apenas uma fração do atendimento das demandas local e regional de transporte. A exemplo do que ocorre em quase todo o Estado, opera-se na APA-Guadalupe um serviço informal de transporte coletivo, composto, na sua maior parte, por uma considerável frota de kombis, sem qualquer tipo de regulamentação ou controle. É comum, além das kombis e outras vans, veículos de passeio de qualquer tipo, eventual ou rotineiramente, oferecerem também esse serviço. O transporte informal não só vem inibindo o serviço regular, como tende a degradá-lo e, eventualmente, inviabilizá-lo no médio ou longo prazos. Devido ao fato de a maior parte da demanda por transporte coletivo ser por viagens intermunicipais, serviço esse concedido pela instância estadual, com estrutura administrativa distante dos municípios, não se vislumbra, no curto prazo, qualquer perspectiva de repressão ou regulamentação do serviço informal existente.

Segurança Pública

Nos municípios que compõem a APA-Guadalupe, a questão da segurança pública, a exemplo do que se observa na maioria dos municípios brasileiros, aparece como uma das principais preocupações da população. Os problemas locais de segurança relacionam-se à dinâmica econômica dos municípios, marcada pela sazonalidade e pela retração da atividade canavieira, com seus efeitos perversos sobre os níveis de

desemprego. As condições de vida precárias têm levado ao adensamento de população de baixa renda em áreas que vem sendo ocupadas, tanto junto ao mangue, quanto em áreas mais acidentadas das cidades. Nessas áreas, os problemas de segurança pública são maiores. Para atender a essas áreas críticas e todo o restante os municípios dispõem de uma infra-estrutura de recursos humanos e de equipamentos insuficiente.

2.2. Breve Histórico da Ocupação da Área de Estudo

A ocupação do solo nos municípios que compõem a APA-Guadalupe remonta aos meados do século XVI, ainda no contexto do crescimento da agroindústria açucareira de Pernambuco, sobretudo por sua localização estratégica na Mesorregião da Mata Pernambucana,¹² que, por suas características favoráveis, logo se tornou a mais tradicional área produtora do Estado.

Além das terras extremamente férteis, a região possuía índices pluviométricos adequados à cultura da cana, reserva abundante de mata para abastecer as fornalhas dos engenhos e um sistema fluvial que facilitava o transporte das cargas de açúcar. Por sua importância, o transporte fluvial estimulou não apenas a ocupação do território, como possibilitou a diversificação de atividades, especialmente no município de Rio Formoso e (na Vila) de Tamandaré.¹³

"Por ter profundidade adequada à navegação em todo o seu percurso, o rio Formoso propiciou o transporte de açúcar para o Recife e também diretamente para o porto de Tamandaré de onde era exportado, além de facilitar o transporte de pessoas e a comercialização de gêneros alimentícios diversos. A intensificação do transporte fluvial possibilitou o surgimento de estaleiros, ampliou a atividade pesqueira e a agricultura na área litorânea, destacando-se nesse item a cultura do coco que além de propiciar o fruto

¹² Segundo a delimitação do IBGE, citada pelo CONDEPE (1998), a Mesorregião da Mata Pernambucana pertence à Zona da Mata Pernambucana. Nesse contexto espacial situam-se 43 municípios distribuídos em 3 microrregiões geográficas: a Mata Setentrional (17 municípios), a de Vitória de Santo Antão (05 municípios) e da Mata Meridional (21 municípios, onde estão situados Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros).

¹³ Entre os engenhos que se notabilizaram na história pernambucana, destaca-se o Mamocabas, dos Paes Barreto. Inclusive, ainda podem ser encontradas no Município de Tamandaré as ruínas da capela do engenho, construída, em 1777, pelo mestre de campo José Luiz Paes de Mello, conforme informa BARRETO, 1960.

já bastante consumido na época, fornecia matéria prima para a fabricação de móveis e outros utensílios”.¹⁴

Na verdade, ocorreram mudanças significativas na ocupação do território da Mesorregião da Mata Pernambucana. Transformações essas que foram iniciadas com a colonização, passando por períodos de apogeu e de inúmeras crises no decorrer dos séculos. A agroindústria canavieira continua sendo, nos dias atuais, a principal atividade econômica da região, condicionando toda a dinâmica social desse espaço.

Evolução Histórico-Administrativas Municipais

- ***Rio Formoso***

Adotando o mesmo nome do rio, antigamente conhecido como *Iobuguassu* (grande rio verde, na língua tupi), o engenho Rio Formoso¹⁵ tinha a sua sede exatamente no local onde se encontra hoje a Matriz de São José, cuja origem advém da antiga capela sob invocação do mesmo santo pertencente ao engenho. "A povoação do Rio Formoso vem de um engenho do mesmo nome que houve na localidade, sob a invocação de S. José, orago da sua capela, e de antiga construção, acaso em começos do século XVII, porquanto já estava levantado em 1630, à entrada dos holandeses em Pernambuco, e pertencia então a D. Catarina Fontes; mas ausentando-se ela depois, deixando mesmo a propriedade em abandono, foi confiscada pelo invasor [holandês] e vendida em 1637 a Rodrigo de Barros Pimentel (...)." ¹⁶.

Atestando o seu próspero desenvolvimento, em 17 de maio de 1833, por ato da presidência da província,¹⁷ Rio Formoso foi elevada à categoria de vila, sendo instalada solenemente em um prédio oferecido pelo coronel Francisco Casado Lima, para as funções da Câmara Municipal. Um outro prédio foi também doado, nesse caso por Dona

¹⁴ CONDEPE, 1992.

¹⁵ Sendo depois transferido para outro local, tomando o nome de engenho Serra D'Água, ainda durante muitos anos existiu ali a casa-grande e a senzala do antigo engenho, cuja última proprietária foi Francisca da Rocha Lins. Segundo Barbalho (1988), O rico é o anedotário de Dona Francisca: "autêntica representante da nobreza territorial pernambucana, senhora arbitrária e de energia que, por vezes, tocava à violência. Pela sua propriedade não passava o meirinho, sem pedir licença e, mesmo obtida esta, se o preso gritava: valha-me D. Francisca, era, imediatamente, posto em liberdade. E aí do oficial de justiça que tentasse reagir...".

¹⁶ COSTA P., 1966.

¹⁷ Idem.

Francisca Lins, então proprietária do engenho Serra D'Água, para servir de cadeia. Naquele mesmo ano, no dia 20 de maio, teve também o predicamento de comarca criada por ato do Conselho Geral da Província, sendo instalada no dia 10 de março de 1834 pelo seu primeiro juiz de direito: Manuel Teixeira Peixoto.¹⁸

A freguesia foi criada pela Lei Provincial nº 85, de 4 de maio de 1840, que a desmembrou das freguesias de Sirinhaém e Una, e deu-lhe o seguinte limite: ao norte a Freguesia de Sirinhaém, principiando da barra do rio deste nome, até encontrar o riacho Goiacana, e por este acima até sua nascente, por entre os engenhos Carrapato, Jassiru, Angelim e Cachoeira até encontrar o rio Sirinhaém; e a leste com o oceano; ao sul com a Freguesia de Una, pelo riacho Ilhetas, e com a de Água Preta, pelo rio Sirinhaém.

Em 1850, ascendeu à categoria de cidade, pela Lei Provincial nº 258, de 11 de junho, data em que se comemora a emancipação política da cidade.¹⁹ Nesse período, ainda quanto à evolução administrativa e judiciária de Rio Formoso, podem ser citadas as leis n.º 314, de 13 de maio de 1853, desligando do Termo de Rio Formoso a Freguesia de Barreiros, e n.º 520, de 13 de maio de 1862, desmembrando da comarca os termos de Barreiros e Água Preta, para formarem uma nova comarca, sob a denominação de Palmares. Nessa época, Rio Formoso era Comarca de 2ª entrância e compreendia os termos de Rio Formoso e Sirinhaém, freguesias de Rio Formoso, Una e Sirinhaém.

Durante a primeira metade do século XX, Rio Formoso passou por diferentes mudanças, deixando de ser comarca e passando a ser termo de Sirinhaém, conforme os atos estabelecidos em dezembro de 1937 e 31 de maio de 1938. Ainda no final de 1938, passou a pertencer a Barreiros, após a divisão territorial estabelecida pelo Decreto n.º 295, de 9 de dezembro. Em 1943, voltou a ter autonomia judiciária, pelo Decreto n.º 952, de 31 de dezembro. Por esse decreto, abrangia o Termo de Sirinhaém que logo depois se libertou, em fevereiro de 1945.

¹⁸ Primitivamente abrangido pelo Distrito do Cabo de Santo Agostinho, Comarca de Santo Antônio do Recife, Rio Formoso aparece em fins do século XVIII como termo da Vila de Sirinhaém.

¹⁹ Direitos que foram reconhecidos mais tarde, pela Lei nº 1.318, de 4 de fevereiro de 1879.

Durante muito tempo foram três os distritos judiciários de Rio Formoso: Sede Una e Tamandaré. Depois o Distrito de Una passou para Barreiros e o município desmembrou-se em quatro distritos: Sede, Tamandaré, Cucaú e Santo André (que posteriormente, em 1943, teve a sua denominação mudada para Saué).²⁰

Em 1995, emancipou-se o Distrito de Tamandaré englobando também o Distrito de Saué. Atualmente, portanto, compõe-se o Município de Rio Formoso de apenas dois distritos: o da Sede e o de Cucaú.

- ***Tamandaré***

Tamandaré, apesar de município novo, é localidade bastante antiga, cuja denominação resulta do acidente geográfico que é a baía de Tamandaré, considerado, segundo relatou José de Almeida Maciel, “o maior porto natural do norte brasileiro a começar do São Francisco”.²¹

O topônimo Tamandaré (Tamanduar-é) significa o que se assemelha ao tamanduá, o que sobe às árvores como o tamanduá, o que faz o papel de tamanduá. Contudo, divulga-se no município, inclusive nas escolas, uma outra definição que relaciona Tamandaré ao vocábulo tupi *tamoindaré* (tab-moi-inda-ré) que significa o repovoador.²²

Durante toda a primeira metade do século XX, a atual cidade de Tamandaré manteve-se enquanto uma pequena vila formada por pescadores e agricultores, contando com alguns equipamentos coletivos - praticamente igreja e escola - e o comércio local, ainda pouco expressivo.

O maior impulso de crescimento e, sobretudo, as maiores mudanças no processo de ocupação local podem ser detectados a partir dos anos 50, quando começa a consolidar-se a prática do veraneio no distrito, ao longo da orla marítima.

²⁰ Conforme pode ser constatado pelo quadro da divisão administrativa de 1933, publicado no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. BARRETO, 1955.

²¹ MACIEL, 1984.

²² Seria, segundo Pereira da Costa, o nome do “Noé dos indígenas” na lenda do dilúvio, cf. COSTA, 1983.

A observação da evolução demográfica do Distrito de Tamandaré, ainda vinculado a Rio Formoso²³, permite constatar esse crescimento e a inversão do seu perfil demográfico, o qual, em 1980, passa a apresentar uma população urbana maior do que a rural.

- ***Sirinhaém***

A atual cidade de Sirinhaém começou a povoar-se no princípio do século XVIII. O sentimento religioso, em 1621, fez com que erguessem uma capela dedicada a São Roque e logo depois uma igreja sob a invocação de N. S. da Conceição. No mesmo ano, a povoação foi elevada à categoria de freguesia e, em 1627, Duarte de Albuquerque Coelho, donatário da capitania, lhe deu graduação de vila. Sirinhaém foi elevada à categoria de município pela lei n 52, de 3 de agosto de 1892. A palavra Sirinhaém é indígena, da língua tupi e significa "bacia ou viveiro de siris".^b Administrativamente é formada pelos distritos Sede, Barra de Sirinhaém e Ibiratinga.

- ***Barreiros***

No princípio do século XVIII, por concessão régia, existia no local em que hoje está situado o Engenho Benfica uma aldeia indígena, cujo chefe se dizia descendente do grande Felipe Camarão. Nessa sesmaria foram erguidos os primeiros engenhos de açúcar Curaçu e Buenos Aires e daí o início do povoamento. O nome de Barreiros deve-se às cavidades e depressões, feitas na terra por caititus (porcos-montanheses). Que os índios chamavam barreiros. A Lei provincial n 314, de 13 de maio de 1853, criou o município de Barreiros, com território desmembrado do de Rio Formoso. A sede municipal adquiriu foros de cidade em virtude da Lei Estadual n 38, de 3 de julho de 1892. Administrativamente é formado pelo distritos Sede e Carimã.

2.3. Discussão do Espaço Turístico da APA-Guadalupe

O objetivo deste item é discutir alguns aspectos da atividade turística na Área de Proteção Ambiental de Guadalupe - APA-Guadalupe, no contexto da crescente demanda de vários segmentos da sociedade por lugares para o ecoturismo. Nesse sentido, trata-se da relação entre espaço e o turismo, do modelo de desenvolvimento

²³ O Distrito de Tamandaré foi criado em 1905, conforme MACIEL, 1984.

adotado pelas políticas de turismo do Nordeste (baseadas em pólos de desenvolvimento). Discute, ainda, o caso do 1º Pólo Turístico²⁴ do Estado de Pernambuco - Centro Turístico Guadalupe - CT- Guadalupe, especialmente na praia dos Carneiros (Tamandaré) e no complexo estuarino do rio Formoso, onde foram identificados caminhos atuais e potenciais para o desenvolvimento de roteiros interpretativos.

Ao pensar a relação entre espaço e turismo, algumas reflexões preliminares sobre o que se considera espaço e como se dá o seu uso e ocupação no território da APA-Guadalupe se faz necessário.

O espaço, segundo Milton Santos, "é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como único no qual a história se dá. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes".²⁵

A velocidade com que se processam as transformações espaciais é um dado da história da construção do espaço. A todo o momento, "criam-se novas formas (objetos) para responder às necessidades novas e precisas, ao mesmo tempo em que velhas formas mudam de função, dando lugar a uma nova geografia construída com velhos (e novos) objetos".²⁶

No que refere a evidências mais centradas na área objeto, o espaço da APA-Guadalupe assume múltiplos aspectos, como uma região produtora de cana-de-açúcar, como uma região dotada de paisagem rural e urbana e, ainda, como uma região favorecida de paisagens turísticas, estas últimas, não são caracterizadas por um sistema de objetos que lhe seja particular, específico.²⁷

²⁴ As unidades formadoras de um pólo podem ser um ou vários municípios e abranger diferentes unidades de conservação, entre as quais, APAs, Parques Nacionais, Parques Estaduais e propriedades particulares. Pólos de Ecoturismo - Planejamento & Gestão - EMBRATUR, 2000.

²⁵ Milton Santos, 1994

²⁶ Souza, 1988

²⁷ As paisagens turísticas derivam da valorização cultural de determinados aspectos das paisagens, de modo geral, e, nesse sentido, toda paisagem, pode ser turística. R. C. Cruz, 2000.

Dessa forma, o turismo, coexiste no processo de transformação do território, com outros usos, bem como com formações sócioespaciais precedentes ao seu aparecimento. Nesses termos, o território da APA-Guadalupe foi caracterizado, pela CPRH²⁸, em duas feições (sócioespaciais). Nas porções oeste e central, predominam morros e colinas, tradicionalmente ocupados com o cultivo da cana-de-açúcar. Na porção leste, predomina a planície costeira que tem no coco, na pesca e no veraneio os principais elementos estruturadores de sua organização espacial.

Apesar da denominação de Mata Pernambucana essa região possui pouca floresta. Na verdade, a floresta tropical, a Mata Atlântica que a recobria quase totalmente, foi destruída de forma impiedosa em cinco séculos de colonização. Hoje, ela ainda é encontrada nos pontos mais íngremes, de encostas muito inclinadas e difíceis de serem ocupadas pela agricultura, ou em pontos preservados, em unidades de conservação.

Com o desenvolvimento tecnológico, na segunda metade do século XX, a vegetação de tabuleiro também foi destruída, a nova tecnologia permitiu que se fizesse a correção dos solos (silicosos) e neles se desenvolvesse os canaviais.

Os manguezais que ocupam a foz dos rios, nas áreas de alternância entre a água doce e a salgada, em consequência da variação do nível das marés, vêm sendo destruídos com aterros para expansão urbana litorânea e das áreas de lazer próximas às praias, ou para a exploração pura e simples de madeira.

FOTO 01:

Aterro do Manguezal - Expansão Urbana
no entorno do estuário do rio Formoso



²⁸ A caracterização do espaço territorial da APA, realizado pela CPRH (1997 e 1998), foi utilizado como base dos estudos do Instituto de Estudos Pró-Cidadania – PRÓ-CITTÀ (2002), na ocasião da elaboração dos Planos Diretores dos Municípios de Rio Formoso e Tamandaré, sendo esses estudos fundamentais para análise do território da região e para composição do Programa de Ecoturismo.

FOTO 02: Corte de Mata / área de entorno do Estuário rio Formoso

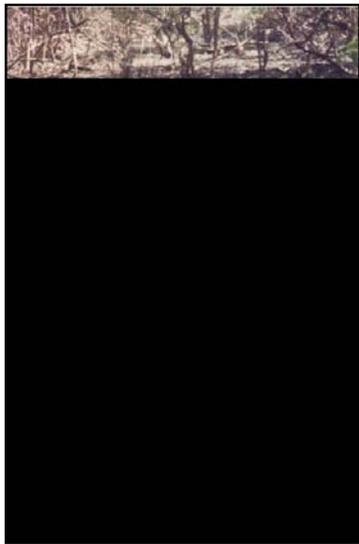


FOTO 03: Corte do Manguezal – Estuário do rio Formoso

Foram observadas várias áreas com corte de árvores (FOTOS: 02 e 03), indicando a pressão de exploração de madeira e em certas áreas corte raso, para construção de viveiros de camarão.

Este espaço territorial foi, e ainda vem sendo submetido a significativas transformações decorrentes das diferentes políticas públicas²⁹ e iniciativas da protagonizadas pela sociedade civil, a saber:

- a criação do Instituto de Açúcar e do Alcool - IAA, de 1934 a 1990, tutelava e protegia a produção de açúcar e do Alcool;

²⁹ Uma definição bem aceita pela maioria dos estudiosos, reza que Política Pública é o conjunto de políticas econômicas, sociais e ambientais implementadas pelo governo (seja em âmbito federal, estadual ou municipal), em conjunto ou não com a sociedade civil, para atender demandas específicas de grupos sociais. O primeiro passo para se formular uma Política Pública é identificar o problema e suas causas. Em seguida, estabelecem-se metas, definem-se programas e, dentro destes, projetos específicos para cada área de atuação. O próximo passo é a elaboração de atividades e o alocamento de recursos humanos e financeiros para atingir as metas. Geralmente é a pressão de setores da sociedade sobre o governo, seja de forma organizada ou não, que dá origem às Políticas Públicas. Nos últimos anos, observa-se ainda o aumento no número de iniciativas que são resultado de uma cooperação entre governo e sociedade. Nas melhores iniciativas, muitas vezes experiência bem-sucedidas de ONGs são absorvidas como Políticas Públicas.

- a criação do Programa Nacional do Alcool – PROALCOOL, em 1975, provocando a expansão, sem precedentes, do cultivo da cana-de-açúcar;
- a criação do Centro Turístico de Guadalupe – CTG, em 1993, um empreendimento estratégico do Governo do Estado, concebido para dar início à implantação, em Pernambuco, do Projeto Costa Dourada;
- a emancipação do município de Tamandaré, ocorrida em 1995.
- a implantação, a partir de 1996, de assentamentos rurais;
- A criação da APA Estadual de Guadalupe e APA Federal Costa dos Corais, em 1997.
- Aprovação pelo BID, Projeto Recifes Costeiros, em 1998.
- Criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, em 1999.
- A aprovação, em 2002, dos Planos Diretores dos Municípios de Rio Formoso e Tamandaré.

Entre as transformações perceptíveis nas atuais formas de uso e ocupação do solo dos municípios da APA, algumas são históricas e outras atuais. Do ponto de vista histórico, pode-se afirmar que "os produtores de açúcar vivem sendo protegidos pelo poder público desde o período colonial"³⁰, ora com medidas que impediam a execução de dívidas dos senhores de engenho como tentativa de conter a competição entre os estados do Nordeste e os do Centro-Sul, ora com a implantação do IAA que tutelava e protegia a produção de açúcar e do Alcool, sem que fosse implantada, em seguida à sua extinção, uma política para o setor e, mais recentemente, com programas ligados à Modernização da Agroindústria Canavieira, como o PROALCOOL.

O PROALCOOL foi concebido pelo Governo Federal como alternativa para reduzir a dependência do país em relação ao petróleo gerou³¹ consequências desastrosas para o meio ambiente, pois, além de acelerar a destruição do pouco que restava da cobertura vegetal nativa e, em especial, sobre os remanescentes da Mata Atlântica, intensificou o uso de agrotóxicos prejudicando os recursos hídricos superficiais e sub-superficiais. O avanço do cultivo da cana, em direção às vertentes mais íngremes dos morros e colinas, instalou processos erosivos e aumentou a superfície e a velocidade de escoamento das águas pluviais, com reflexos diretos sobre os recursos hídricos.

³⁰ ANDRADE, 1998; ANDRADE NETO, 1990.

³¹ Andrade, 1988.

Esse conjunto de mudanças teve impacto ampliado na área da APA, na medida em que se localizam em seu entorno quatro usinas, as três primeiras com destilarias anexas: a Usina Trapiche (município de Sirinhaém às margens do rio Sirinhaém), a Usina Cucaú (município de Rio Formoso, também localizada, às margens do rio Sirinhaém), a Usina Central Barreiros (no município de Barreiros) e a Usina Santo André (no município de Tamandaré). As duas últimas, atualmente, encontram-se sem funcionamento, localizavam-se às margens do rio Una.

FOTO 04: Usina Trapiche



Os efeitos do fechamento das duas usinas, acima mencionadas, trouxeram como consequência sócioespacial, os seguintes fatores: aumento do desemprego em massa, migração de trabalhadores das propriedades canavieiras para cidades, vilas e povoados da APA (alguns continuam a trabalhar na cana-de-açúcar como assalariados sazonais), desemprego permanente (o contingente de trabalhadores expropriado da terra não tem alternativa de emprego na cidade).

Do ponto de vista ambiental, a principal consequência dos impactos motivados pelas transformações do setor açucareiro, foi sentida, sobretudo, no aumento significativo da pressão sobre os recursos pesqueiros dos estuários, particularmente daqueles localizados no interior da APA (nos rios Formoso, Ariquindá, Ilhetas e mamucabas), cujo potencial econômico vem-se reduzindo nos últimos anos, em decorrência da poluição e de outras formas de agressão praticadas contra tais ecossistemas.

O CT-Guadalupe (CTG) foi concebido em 1992, a fim de promover uma série de atividades para alavancar o turismo no estado de Pernambuco. Os municípios

envolvidos inicialmente neste Projeto eram Sirinhaém e Rio Formoso. Em 1995, quando se emancipou, Tamandaré, passou a condição de passou a condição de município integrante do CTG.

A sua criação, mesmo abrangendo apenas parcialmente o território dos municípios da APA³², aponta novas alternativas de aproveitamento das potencialidades naturais e culturais locais, através da transformação destes recursos em atrativos e em produtos turísticos. Como impactos positivos, o CTG provocou a criação da APA Estadual de Guadalupe o do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC, objetivando preservar os recursos turísticos da região.

Os aspectos negativos estão vinculados á concepção e á morosidade de implantação do CTG e os impactos socioambientais e resultantes de obras do seu sistema viário. O Ministério Público estadual após vistoria³³, em 2001, instalou Inquérito Civil público para apurar as causas da degradação ambiental identificada ao longo dos trechos da Via de Penetração Sul, incluindo os manguezais, a mata de restinga, a Mata Atlântica e os rios União e Ariquindá (Fig. 03 - fotos 05 e 06) e da Via Litorânea dos Carneiros (Fig. 03 - fotos 07 e 08) e a construção de uma ponte sobre o rio Ariquindá (margem direita - obra embargada) que cruzaria o rio ligando Rio Formoso ao Município de Tamandaré (Fig. 03 - fotos 09 e 10).

A proposta do CONDEMA³⁴, portanto, foi que sejam mitigados e compensados não apenas os impactos ocorridos, mas também que fosse feita uma reavaliação no sentido de se buscar alternativas para o atual modelo de desenvolvimento turístico conseqüente do CT-Guadalupe.

³² Da área de 2.724 ha, que abrange a APA, 2.521ha encontra-se dentro do perímetro do Centro Turístico Guadalupe, CT-Guadalupe, 1º Pólo Turístico do Estado de Pernambuco que integra parte dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré.

³³ A vistoria feita foi provocada pelos debates realizados na ocasião nas reuniões de criação/elaboração do Plano Diretor do Município de Tamandaré, o assunto foi encaminhado ao CONDEMA em setembro de 2000, este Conselho aprovou moção de protesto contra as obras do sistema viário do CT moção foi enviada às Secretarias de Estado do Governo de PE e ao Ministério Público Estadual e Federal e ao BID. A partir daí, foram iniciados os contatos entre CONDEMA, BID, BNB e Governo do Estado de Pernambuco, para os devidos esclarecimentos. Em fevereiro de 2001 foi realizada a primeira reunião entre as partes para a definição de procedimentos a serem adotados para o andamento das negociações.

³⁴ Conselho Municipal de Meio Ambiente de Tamandaré.

Cenas dos Impactos Socioambientais - CT Guadalupe



Fotos: Roberta Nunes

Figura 3 - Impacto Negativo das Obras do CT - Guadalupe

Foto 05 - Corte de Morro - Abertura das Via de Penetração Sul

Foto 06 - Assoreamento oriundo das obras da Via de Penetração Sul - Rio União e seu o manguezal que se comunica diretamente com o rio Ariquindá - Rio Formoso

Foto 07 - Via Litorânea dos Carneiros/ Estrada Velha dos Carneiros - Tamandaré

Foto 08 - Via Litorânea dos Carneiros - Paralisação da obra nas proximidades do Sítio Boa Esperança - Retirada

da mata de restinga e as dunas interiores deste ecossistema - Tamandaré

Foto 09 - Construção da Ponte sobre o Rio Ariquindá -

Segundo revela a engenheira Birgit Steck³⁵, especialista em turismo sustentável, as propostas iniciais para o PRODETUR/PE I, incluíam: 1) capacitação e treinamento de recursos humanos; 2) modernização de sistemas administrativos; 3) sensibilização de agentes públicos e comunitários; 4) implantação de sistemas de tratamento de lixo e esgoto; 5) ampliação do sistema de abastecimento de água; 6) elaboração dos planos diretores dos municípios; 7) estradas de acesso aos roteiros turísticos, entre outros.

Conforme as observações e informações levantadas em campo, o CT-Guadalupe na fase atual conseguiu avançar com os trabalhos de reconstrução do Heliporto de Guadalupe (foto 11), localizado em Mariassú - distrito de Barra de Sirinhaém, com a entrega do plano diretor de Rio Formoso e Tamandaré, e mais recentemente com o processo de implantação da usina de compostagem (no assentamento Serra D'Água - município de Rio Formoso). Quanto a compensação dos impactos provocados, com a construção da Via de Penetração Sul e a Ponte sobre o rio Anquindá, estes não foram minimizados. Um outro fator negativo observado foi a implantação do Sistema de Esgoto Sanitário do Município de Rio Formoso, esta obra foi realizada de forma incompleta e inadequada acarretando danos a saúde pública e impacto ao ambiente estuarino (estuário do rio Formoso), com reflexos nocivos ao equilíbrio das populações de organismos aquáticos³⁶.

Com relação a participação comunitária, a Birgit cita "Mesmo o BID exigindo a participação da população e medidas de conversação na execução do PRODETUR-NE, a prática e bem diferente Na.s políticas estatais não aparecem nem o envolvimento dos moradores locais nem os planejadores estratégicos para evitar ou menos diminuir os

³⁵ Birgit Steck, Potenciais de Participação em Turismo para Comunidade de Pesca Artesanal nas Áreas Litorâneas - Cooperação técnica Brasil - Alemanha. PRORENDA RURAL, 2000.

³⁶ Reportagens em Jornais denunciam Lançamento de Esgoto In Natura no Estuário do rio Formoso. A primeira reportagem foi produzida em 23/01/2002 - Jornal do Comércio com o seguinte texto: "A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) foi autuada, ontem, devido ao fato de a estação de tratamento de esgoto de Rio Formoso, a 82 quilômetros do Recife, estar operando sem a licença de funcionamento. A autuação, efetuada pela Companhia Pernambucana de Meio Ambiente (CPRH), ocorreu após denúncia de que a empresa estaria despejando efluentes no Riacho São Felipe, afluente do Rio Formoso. A Compesa alega que a poluição foi causada pelas fortes chuvas que danificaram o sistema de tubulação...". A segunda reportagem foi editada no dia 16/05/2002 - Diário de Pernambuco: **Esgoto provoca morte de caranguejos e siris**. "O mau funcionamento de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Compesa está deixando preocupados os pescadores do município de Rio Formoso, a 82 quilômetros do Recife. A ETE está despejando esgoto in natura em um canal que deságua no rio que dá nome à cidade, provocando mortalidade de caranguejos e siris nos manguezais. O Departamento de Pesca da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) também teme que o problema acabe prejudicando o projeto de criação de ostras que eles desenvolvem no estuário do rio há um ano".

impactos ambientais causados pelo desenvolvimento turístico de megaprojetos Nas prefeituras, não existem recursos financeiros e pessoais, ou simplesmente falta a consciência ou a vontade política para implantar e fiscalizar a legislação ambiental³⁷.

Detalhamento de Programas e Projetos Relacionados ao Turismo

Projeto CT-Guadalupe

O Centro Turístico Guadalupe, localiza-se, especificamente, no setor Norte-Oriental da APA, possui uma área de 8.803 ha, com uma extensão de 15,5 km de costa. Esse Pólo Turístico, fica a 65 Km do Aeroporto Internacional do Recife, nas praias de Barra de Sirinhaém, Guaiamum, Gamela, Guadalupe (municípios de Sirinhaém), Carneiros e Campas (município de Tamandaré), Estado de Pernambuco, cobrindo uma área total de 8.805 há³⁸ 19,7% da superfície total da APA, em Pernambuco com acesso pelas rodovias BR-101 sul e PE-60 (Limite do CT-Guadalupe, Fig. 01).

O Projeto CT-Guadalupe foi concebido pelo governo do Estado, com o objetivo de dar início à implementação do Projeto Costa Dourada, escolhido pelo Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo - Prodetur, como área prioritária para o desenvolvimento turístico, concebido, teoricamente, sob a ótica de promover a melhoria da qualidade de vida da população regional, através da adoção de um modelo de relacionamento homem-natureza, que compatibilize o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, cujo êxito desses preceitos na prática não ocorreu. O Projeto Costa Dourada não deflagrou, restando deste apenas o CT-Guadalupe.

Programa Costa Dourada

Programa que visava o aproveitamento turístico de um trecho de costa entre Recife e Maceió. Foi idealizado em 1990 a partir de uma ação conjunta entre o Governo Federal e os Governos dos Estados de Pernambuco e Alagoas que propôs ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID o financiamento. Para efetivação do

³⁷ IDEM.

³⁸ Dentro dos limites da área localizam-se cinco núcleos urbanos: as sedes dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré e as sedes dos distritos de Barra de Sirinhaém e Santo Amaro.

programa, foi criado o Prodetur-NE, extensivo a todos os estados integrantes da área de abrangência da Sudene, um de seus organismos gestores. Oficialmente o projeto foi lançado em 1992.

O Projeto Costa Dourada foi classificado pela Rita de Cássia Ariza da Cruz³⁹, como o mais ousado entre os megaprojetos turísticos do Nordeste, este projeto previu a urbanização turística de cerca de 120 km de costa, entre os municípios de Cabo (PE) e Paripueira (AL). A construção de, aproximadamente, 14 mil apartamentos de hotéis era a meta inicial desse projeto.

Lançado, oficialmente, em 1992, o Projeto Costa Dourada, está restrito a ações localizadas. Este projeto se constituía na primeira decisão governamental de investir no setor de turismo, porém tornou-se apenas uma carta de intenções. Na medida em que foi saindo da responsabilidade do governo federal e passou para os governos estaduais é que conseguiu evoluir de projeto de corredor para projeto de centro integrado, principalmente a parte do projeto sob a responsabilidade do governo de Pernambuco.

O projeto Costa Dourada foi elaborado como uma resposta aos números desanimadores que o turismo brasileiro estava apresentando. Depois de um grande crescimento quanto ao ingresso de turistas estrangeiros no Brasil, entre 1970 e 1983 (468%), que suplantou a taxa de crescimento do setor no mundo, que foi 79%, o país testemunhou uma estagnação no setor. Em 1989, a EMBRATUR constatou um número de 1.270 mil visitantes estrangeiros contra 1.625 mil em 1980.

A administração estadual compreendida entre 1991/1994 resolveu evoluir a idéia de um projeto de corredor para a construção de um centro integrado de turismo. Os técnicos do governo estadual escolheram: uma faixa de praia quase desabitada entre os municípios de Sirinhaém e Tamandaré onde se pretendeu implantar o Centro Turístico de Guadalupe. Ainda neste primeiro ano iniciaram-se os trabalhos para a elaboração do Plano Diretor e entendimentos preliminares mantidos com o BID, BNDES, BNB e EMBRATUR para financiamento do projeto.

³⁹ Cruz, 2000.

Considerações Gerais sobre o PRODETUR/NE

O Prodetur - Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo, um programa global de desenvolvimento turístico regional, estruturado e concebido pelos Governos Federal e Estadual, para financiar a implantação de infra-estrutura de suporte ao turismo, propiciando e incentivando investimentos da iniciativa privada para implantação de equipamentos turísticos.

É a primeira experiência no campo de desenvolvimento turístico regional a ser implementada no País, com financiamento externo. Está sendo implantado inicialmente o PRODETUR/NE, contemplando os nove estados da região. As demais regiões do País deverão integrar o programa, sendo que as regiões Sul e Norte já estão com seus programas em adiantado processo de desenvolvimento.

Em 1991, os governadores dos estados nordestinos reuniram-se para discutir a necessidade do desenvolvimento integrado do nordeste e nesse mesmo ano foi criado pela Sudene com apoio da Embratur - ***Portaria Conjunta I de 29 de novembro***, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE. Entretanto, esse programa só foi finalizado pela ***Portaria Conjunta II de 16 de abril de 1993***, instituída pelos Ministérios da Fazenda, da Indústria, do Comércio e do Turismo, da Integração Regional, da Aeronáutica, e pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República. Estando, assim, subordinado a quatro instâncias gestoras, a saber:

- Instância nacional, a EMBRATUR (que tem por finalidade fazer executar a política Nacional de Turismo);
- Instância regional, a Sudene, CTI/NE e BN (que devem articular as ações e procedimentos do programa, de acordo com as proposições dos estados);
- Instância estadual, as unidades federativas que compõem a Região (encarregadas de elaborar projetos para o PRODETUR e de centralizar as proposições municipais).

Dessa forma, de acordo com os documentos consultados, pôde-se constatar que além da emergência, apontada pelos governantes, de desenvolver o nordeste de forma integrada, a criação do projeto Costa Dourada em 1990, devido a sua magnitude, serviu,

também, de impulsionador para a criação do PRODETUR, que por razões políticas e operacionais tornou-se extensiva a toda área de jurisdição da Sudene, ou seja, abarca todos os estados nordestinos e a região norte de Minas Gerais. Mesmo fugindo ao objetivo do programa, a inclusão do estado de Minas no Prodetur-NE deve-se ao fato dessa área também fazer parte, da área de jurisdição da Sudene. Sendo, portanto, uma decisão eminentemente política.

Em síntese, pode-se afirmar que o PRODETUR/NE foi criado em 1991, mas seus objetivos, diretrizes, estratégias começaram a ser definidos entre 1992 / 1993. Adotando, assim, as diretrizes básicas do Planejamento Turístico - Plantur, 1992:

- A preservação e a valorização do meio ambiente, dos recursos naturais, culturais e históricos;
- A eficiência e a integração administrativa com os setores mais diretamente vinculados ao turismo, em consonância com as necessidades da infra-estrutura básica e de apoio;
- A interação, o trabalho conjunto e cooperativo com a iniciativa privada e suas associações, bancos de desenvolvimento, bancos privados e organismos internacionais (EMBRATUR, 1992).

Recursos Financeiros

O Banco Interamericano de Desenvolvimento BID é o órgão financiador, com o contrato 0841/0 c-BR firmado com o Banco do Nordeste, em 12 de dezembro de 1994.

Com o Estado de Pernambuco o Contrato de Sub-empréstimo com o Banco do Nordeste foi assinado em 28 de agosto de 1996. Para implementação das obras do Prodetur/NE/PE, foram aplicados recursos financiados no montante de US\$ 25.836 milhões, equivalentes a 60% do total dos projetos e 40% como contrapartida do Estado.

Através do Orçamento da União OGU, foram realizados investimentos no Programa, repassados através do Ministério da Cultura, para obras de recuperação do patrimônio Histórico e da EMBRATUR para obras de ampliação do Pavilhão de exposições do Centro de Convenções e para a contrapartida do Pátio de Aeronaves do Aeroporto Internacional dos Guararapes.

PRODETUR-NE e a Política de Megaprojetos

O Prodetur-NE é um dos mais importantes desdobramentos da política de megaprojetos turísticos, reforçando o modelo de concentração espacial da infraestrutura, que está no cerne dessa política.

"A indução de investimentos em infra-estrutura turística constitui objetivo central do Prodetur-NE e a estratégia adotada para alcançar esse fim é o provimento de infra-estrutura básica e de serviços públicos para áreas em expansão turística, onde a capacidade do estado não acompanhou a demanda por tais serviços" ⁴⁰. O programa, portanto, "faz as vezes" de uma política urbana.

Aumentar o número de visitantes estrangeiros, no que se refere ao conjunto total dos fluxos de turistas que visitam a Região é o objetivo norteador das políticas de turismo do Nordeste. Com o Prodetur o litoral do Nordeste, foi inserido num projeto nacional de desenvolvimento do turismo, baseado na criação de pólos e corredores turísticos, que visa mudar a posição "marginal" do país, entre outros destinos turísticos mundiais.

Esse projeto nacional de desenvolvimento do turismo não pode ser apenas analisado em escala nacional, ele se insere, perfeitamente, numa lógica mundial, comandada pelo mercado turístico internacional, que demanda, constantemente, novas conquistas espaciais. "Como pano de fundo desse processo radicalmente transformador de territórios, que recria os lugares em razão do uso turístico, está a busca frenética desses lugares pelo seu ingresso e, depois, por sua permanência, nos roteiros globais, o que constitui, na verdade, uma busca por sua inserção na atual divisão territorial do trabalho" ⁴¹.

2.3.1. Implicações de Ordem Legal

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art. 225, parágrafo 1º, inc. III, que é de competência do Poder Público "definir, em todas as unidades da Federação,

⁴⁰ BNB, 1995.

⁴¹ Silveira, 1997.

espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”. Os principais instrumentos instituídos com tal finalidade, estabelecidos por diplomas legais diversos e que estabelecem diferentes níveis de ação e/ou intervenção do Poder Público são os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, as Reservas Biológicas - REBIO, as Estações Ecológicas, as Áreas de Proteção Ambiental - APA e o Zoneamento Ambiental.

O Zoneamento Ambiental é um instrumento, através do qual é estabelecido o planejamento relativo à utilização do solo e à ocupação dos espaços territoriais, segundo as especificidades das atividades exercidas e as possibilidades dos recursos naturais disponíveis, definindo as zonas em que serão permitidas ou proibidas, de acordo com as características e condições próprias de cada atividade e de seu espaço territorial.

É um instrumento amplo, que abrange as atividades urbanas e rurais e que estabelece e implica numa intervenção do Poder Público nas atividades econômicas. A gestão dos espaços territoriais submetidos a um zoneamento ambiental deve ser compartilhada com os poderes públicos e a sociedade civil locais, visando um menor conflito na sua implementação e, ao mesmo tempo, uma maior percepção e assimilação da intervenção realizada.

A APA é uma categoria de unidade de conservação, destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais existentes num espaço definido, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e, também, objetivando a proteção dos ecossistemas ocorrentes dentro deste espaço.

No ato de sua criação, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo as atividades necessárias para que possam ser alcançados os objetivos da unidade. Esta unidade implica somente no disciplinamento do uso do solo, visto que as terras continuam na posse de seus legítimos proprietários, não havendo necessidade de desapropriações. Necessariamente, a sua área deve ser submetida a um zoneamento, não havendo proibição de habitação, residência e atividades produtivas, desde que

orientadas e supervisionadas por entidade ambiental encarregada de assegurar o atendimento das finalidades da legislação instituidora.

Em função da sua característica intervencionista e em decorrência da complexidade de seus objetivos, a sua gestão, necessariamente, deve também ser compartilhada com a comunidade local.

A Reserva Biológica é uma outra categoria de unidade, onde as atividades de utilização, de perseguição, de caça, de apanha ou a introdução de espécies da fauna e flora silvestres e domésticas, bem como modificações do meio ambiente a qualquer título, são proibidas, ressalvadas as atividades científicas, devidamente autorizadas pela autoridade competente.

Esta categoria é extremamente restritiva no tocante aos usos dos recursos nela contidos, sendo, inclusive, vedada a visitação pública. Exige que as terras nas quais se insere sejam desapropriadas e públicas e, geralmente, a sua gestão é centralizada por um órgão governamental.

- O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC

O ZEEC do Litoral Sul, definido e estabelecido através do Decreto Estadual n.º 21.972/99, tem por objetivo o disciplinamento do uso e ocupação do solo, o manejo racional dos recursos ambientais, indicando as atividades a serem estimuladas, toleradas e proibidas, em cada Zona, bem como a garantia da preservação dos ecossistemas frágeis, indicando atividades econômicas compatíveis com o desenvolvimento ambientalmente sustentado. Nele, são definidos conceitos, especificadas zonas e indicadas as atividades a serem estimuladas, toleradas e proibidas, em cada zona, estabelecendo-se as normas de uso, dentro de sua área de atuação.

O ZEEC abrange os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande. A supervisão e fiscalização das atividades implantadas no litoral sul são de responsabilidade da CPRH, respeitada a competência municipal e as dos órgãos executores.

- A APA de Guadalupe

Esta APA foi criada através do Decreto Estadual de nº 19.635/97, com o objetivo de promover o ordenamento de parte da orla marítima, de forma a associar a exploração turística com a manutenção dos ecossistemas costeiros. Em Tamandaré, envolve as altas nascentes e os cursos dos rios Ilhetas e Mamocabas.

A unidade abrange terras dos municípios de Tamandaré (35% da superfície da APA), Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros, totalizando 44.255 ha., sendo 31.591 ha. de área continental e 12.664 ha. de área marítima, sendo que esta última avança 3 milhas náuticas em direção ao alto mar. Esta última área integra também a APA Marinha da Costa dos Corais. Entretanto, deve ser ressaltado que esta superposição não gera nenhum conflito legal ou de autoridade.

O seu zoneamento ecológico-econômico e disciplinamento do uso e ocupação do solo já foram definidos, aprovados e publicados através do Decreto Estadual de n.º 21.135/98. São indicadas as atividades a serem estimuladas, toleradas e proibidas, em cada zona que especifica e busca a garantia da preservação dos ecossistemas frágeis, indicando atividades econômicas compatíveis com um desenvolvimento ambientalmente sustentado. Cria o Conselho Gestor da APA e estabelece mecanismos de gestão. O zoneamento não abrange/atinge a área urbana do município, posto que, segundo a Constituição Federal, esta é uma competência do poder local.

Respeitada a competência municipal, compete à CPRH exercer a supervisão e a fiscalização das atividades implantadas na APA, licenciar a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos ou atividades causadoras de poluição ou degradação do meio ambiente.

O gerenciamento da unidade, a implantação e a atualização do seu zoneamento são de competência e responsabilidade da CPRH, que será auxiliada, nessas atribuições, por um Conselho Gestor, o qual terá caráter consultivo. As suas competências, seus membros e forma de atuação já foram definidos. Todavia, o mesmo encontra-se em processo embrionário de formação. O Conselho Gestor, conforme seu ato constitutivo, é paritário, formado por 10 representantes de entidades públicas, do nível federal (3),

estadual (3) e municipal (4), e por outros 10 representantes da sociedade civil dos quatro municípios que a unidade abrange.

- A APA Marinha da Costa dos Corais

Criada através de uma norma interna do IBAMA, a APA Marinha da Costa dos Corais, tem o objetivo de proteger os recifes de corais e arenitos, sua fauna e flora, além de proteger os manguezais. Estende-se ao longo de, aproximadamente, 135 km de costa, partindo de Tamandaré até o município alagoano de Paripueira, a cerca de 18 milhas náuticas da costa (33,3 km), nos limites da plataforma continental. Esta APA se superpõe à parte da porção marítima da APA de Guadalupe, em frente à costa de Tamandaré.

O seu gerenciamento é realizado em conjunto pelo IBAMA e pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, através do Projeto Recifes Costeiros. Como o próprio nome indica, é uma unidade marinha, tornando a sua gestão muito mais simples do que a das APA continentais, visto que implica principalmente no envolvimento da comunidade dos pescadores, tendo em vista que os poderes públicos estadual e municipal pouco ou nada interferem na porção marinha, não sendo, portanto, registrados conflitos de competência e autoridade.

- A Reserva Biológica de Saltinho

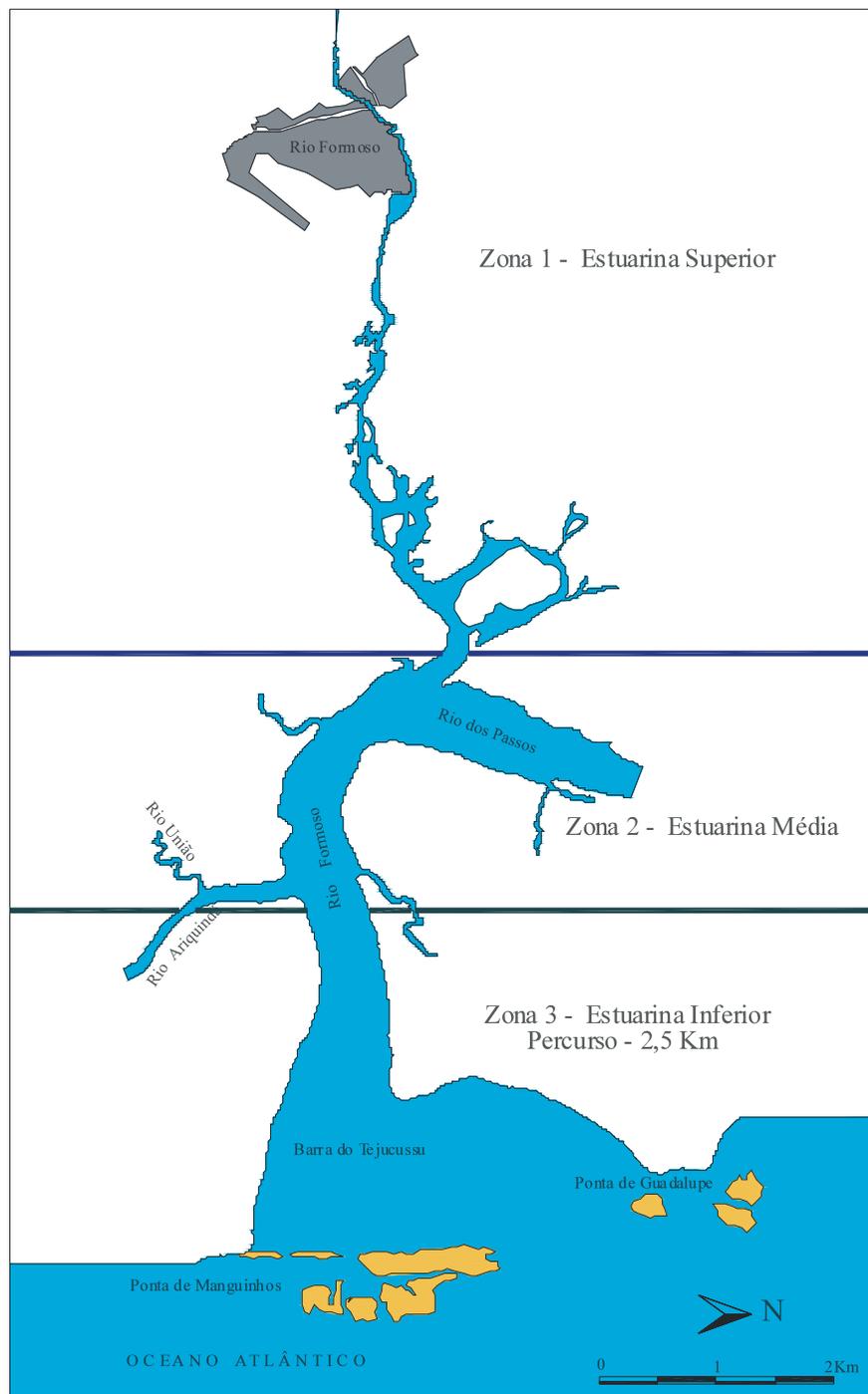
Com uma superfície de 548 hectares, é um enclave em uma área de cultivo de cana e constitui o único remanescente de Floresta Atlântica preservada, não só no município, como em toda a microrregião. No interior da Reserva, encontra-se parte das nascentes do rio Mamocabas e que, ainda com o nome de Saltinho, constitui o manancial de abastecimento de Tamandaré. A reserva é mesclada por manchas de *pinus sp* e *eucaliptus sp*, remanescentes de antigos experimentos florestais, e por uma Mata Atlântica em avançado estado de regeneração, considerando que a área da reserva recebe cuidados especiais desde dezembro de 1943, quando foi criada no local uma estação de experimentos florestais. Esta unidade de conservação constitui, também, um importante refúgio para toda a fauna regional.

A REBIO não possui um plano de manejo, instrumento imprescindível para o gerenciamento de uma unidade de conservação, e a sua gestão é de responsabilidade do IBAMA. O seu significado e importância ecológica transcendem o contexto local, considerando-se que é a única mancha de Mata Atlântica preservada em toda a região. Apesar do significado ecológico desta REBIO, a mesma encontra-se muito vulnerável a impactos ambientais, sobretudo, próximo às suas bordas da porção leste, visto que é atravessada por duas linhas de transmissão de energia elétrica e por ser cortada, no sentido norte/sul, pela PE-60 e, a partir desta, no sentido oeste/leste, pela PE-76. Como se não bastasse este retalhamento, é, praticamente, toda cercada pela cultura da cana-de-açúcar, levando a que a sua periferia imediata seja periódica e sistematicamente queimada na época da colheita.

Outro fator de alta vulnerabilidade ambiental da REBIO de Saltinho é o fato da principal drenagem do ecossistema desse ambiente, o riacho do Saltinho, possuir parte de suas nascentes fora dos limites da área protegida. Assim sendo, a sua área de abrangência deve ser ampliada para todas as nascentes do córrego do Saltinho, localizadas fora da REBIO.

- A Área Estuarina do Rio Formoso

Criada pela Lei Estadual nº 9.931/86, veda o parcelamento para fins urbanos, construções, desmatamentos e lançamentos de resíduos industriais e urbanos sem o adequado tratamento. Objetiva a proteção dos estuários do rio Formoso, abrangendo uma área de 2.724 ha, localizada entre os municípios de Tamandaré, Rio Formoso e Sirinhaém. É formada pelos rios Formoso, União e Ariquindá, dentre outros. Não obtivemos êxito na obtenção dos limites geográficos da lei em questão. Entretanto, acredita-se que a mesma encontra-se protegida pela APA de Guadalupe e pelo ZEEC do Litoral Sul, visto que em especial este último instrumento considerou-a como Zona de Proteção Ambiental Estuarina e Ecossistemas Associados, o que equivale a dizer uma zona de uso controlado e restritivo (Fig. 04 – Mapa de Divisão das Zonas Estuarinas do Rio Formoso).



Trilhas, Veredas para Discussão do Turismo nas APA'S
O Caso APA - Guadalupe

Fig. 4. Mapa de Divisão das Zonas Estuarinas - Rio Formoso

Fonte: Lira *et al.*, 1979 - Adaptado, 2003

2.3.2. Plano Urbanístico do CT-Guadalupe

A questão do uso do espaço turístico da APA-Guadalupe passa, prioritariamente, pela análise da ordenação de seu território estabelecida a partir da criação do Plano Urbanístico do CT-Guadalupe que revela a existência de 7 zonas: 1) Zona Turística dos Carneiros, 2) Zona Turística do Rio Formoso, 3) Zona Turística de Gamela-Guadalupe, 4) Zona Turística Campestre, 5) Zona Marítima, 6) Zona de Reserva Biológica e 7) Zona Rural.

Dentro do Zoneamento, as zonas turísticas foram divididas em setores, de modo a direcionar os usos que foram propostos. A concepção do zoneamento foi estabelecida sem consulta e entendimento prévio com os proprietários da área. O governo estadual tomou como um dos "grandes focos turístico do CT-Guadalupe" a Praia dos Carneiros, tratando estes espaços, como "terras devolutas", termo utilizado pelos seus proprietários.

A situação atual é de negociação e revisão do plano diretor. Os proprietários dos sítios da praia dos Carneiros estão resolvendo esse impasse da melhor forma possível. Para isso, encaminharam documento, a Câmara Municipal de Tamandaré, fazendo considerações ao "Anteprojeto de Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo / 2001"⁴², a saber:⁴³

- 1- Reservar 30% da área destinada à hotelaria⁴⁴ para a implantação de condomínios horizontais do tipo privê ou de loteamentos do tipo convencional.
- 2- Sugere que área de hotelaria fique compreendida numa faixa de terras, com profundidade de 350 m, medidos a partir da linha máxima de preamar, em direção ao continente⁴⁵.

⁴² O Anteprojeto, destina-se a toda orla marítima da Praia dos Carneiros para a edificação de empreendimentos do tipo hoteleiro

⁴³ Informações baseadas em entrevistas e documento apresentado a Câmara Municipal de Tamandaré, Setembro de 2001.

⁴⁴ Segundo o art. 131 do Anteprojeto, a Zona Hoteleira da Praia dos Carneiros abrange uma área de cerca de 220 ha.

⁴⁵ Do mar, até a Via Litorânea, seria a área destinada aos hotéis. Da estrada para trás, o chamado "Setor de Veraneio" que deveria compor condomínios privados, do tipo horizontal, para atender à demanda local.

3- Incluir um dispositivo no anteprojeto, ora em discussão, dizendo claramente que as áreas consideradas urbanas pelo anteprojeto de lei e que tenham por destinação as atividades agrícolas, pecuárias, ou qualquer outra atividade rural produtiva, ficam isentas do IPTU.

4- Propõem que ao invés de um único acesso viário público ao litoral⁴⁶, em volta da igreja de São Benedito, seja realizado vários outros, em cada gleba que se divide a praia dos Carneiros Dispondo, assim, de um loteamento e em cada loteamento far-se-á um acesso direto ao mar.

Diante do exposto e da análise, em campo, do território da APA-Guadalupe, fica claro que toda tentativa de expansão urbana do Município de Tamandaré tende sempre a se orientar no sentido da praia dos Carneiros. É válido atestar que a Praia dos Carneiros representa, para o poder público local, a saída mais viável para a expansão "urbana do município de Tamandaré, por se tratar de uma das mais expressivas faixas de terras que se encontram disponíveis para ocupação urbana, sendo considerado o maior patrimônio turístico do município".

A emancipação do município Tamandaré - Lei N 11.257 de 28/09/1995, tendo sua implantação, ocorrida a partir de janeiro de 1997, deu-se de uma forma um tanto quanto traumática do ponto de vista político e administrativo, sem planejamento e com base em poucos recursos humanos e financeiros. Na verdade, o que ocorreu foi uma ruptura política e não uma transição que permitisse, ao jovem município, montar uma estrutura de planejamento e gestão do novo espaço político-administrativo.

Os assentamentos - APA-Guadalupe, constituem importante passo na implantação da reforma agrária e na diversificação da produção agrícola local e regional. Todavia, a ausência de um planejamento interinstitucional, envolvendo as ações inerentes ao processo, e a inobservância de práticas ambientais sustentáveis, por parte dos assentados, podem gerar impactos negativos sobre a cobertura vegetal, através da retirada desta cobertura para plantio, construção e uso energético, sobre o solo, através da ocupação de vertentes impróprias, do emprego de agrotóxicos e da

⁴⁶ Que acarretaria na desapropriação de 120 m da orla da praia dos Carneiros com 100 m de profundidades, no entorno da igreja de São Benedito.

restauração e/ou ampliação de processos erosivos, e sobre os recursos hídricos, face ao uso de agrotóxicos e à ausência de saneamento básico e especialmente de instalações sanitárias junto aos assentamentos⁴⁷.

No ano de 1997 foram criadas na região duas Áreas de Proteção Ambiental: APA Estadual de Guadalupe e APA Federal Costa dos Corais, ambas com o objetivo de proteger os ecossistemas costeiros e marinhos dentro de suas áreas de abrangência, e ordenar o uso da zona costeira nesta região do litoral nordestino.

Em 1998, através de uma iniciativa do Departamento de Oceanografia da UFPE, do Centro Peixe-Boi e do CEPENE/IBAMA e da Fundação Mamíferos Marinhos, foi aprovado pelo BID um Projeto Iniciativa de Manejo Integrado do Sistema Recifal Costeiro entre Tamandaré/PE e Paripueira/AL, Projeto Recifes Costeiros. Uma das preocupações que foram levantadas desde a fase de elaboração do projeto eram os possíveis impactos ambientais e sociais que iriam advir com a implantação das obras do CT-Guadalupe.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA) foi criado em maio de 1999, por uma iniciativa conjunta entre a Prefeitura Municipal de Tamandaré e o Projeto Recifes Costeiros Órgão colegiado, representativo da sociedade e deliberativo no âmbito da política ambiental do município, O CONDEMA atua de forma a garantir a proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis, no intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de Tamandaré.

Os Planos Diretores dos Municípios de Rio Formoso e Tamandaré foram elaborados pelo Instituto de Estudos Pró-Cidadania - PRÓ-CITTA, contratado pela

⁴⁷ Na APA existem dezessete assentamentos rurais, sendo todos eles bastante influenciados pela monocultura canavieira. Destes assentamentos, onze estão situados em Tamandaré: Engenho Laranjeiras com 37 famílias, Coqueiro com 44 famílias, Saué Grande com 58 famílias, Cocau Grande com 50 famílias, Sauezinho 66 famílias, Jundiá de Cima 40, São João com 30 famílias, Mascatinho com 62 famílias, Cipó 38 famílias, (Cocauzinho 28 famílias e Brejo com 110 famílias) e os outros 6 estão situados em Rio Formoso: Minguito com 68 famílias, Serra D'Água com 35 famílias, Mato Grosso 90 famílias, Vermelho 36 famílias, Siqueira 30 famílias e Amaragi com 93 famílias correspondendo a uma média de 9,3 hectares por família.

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco - SEPLANDES, com recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - **PRODETUR/NE/PE**, apresentação da versão final do documento em Julho de 2001, Aprovação junto a Câmara Municipal de Rio Formoso e Tamandaré (final de 2002).

2.3.3. O Turismo na APA-Guadalupe

O turismo na região é anterior à criação da APA-Guadalupe e está mais bem estabelecido, devido a maior oferta de infra-estrutura, no município de Tamandaré. Segundo moradores locais, os viajantes espontâneos (mochilheiros) já visitavam a APA, com finalidade de entretenimento e lazer, desde do início das décadas de 1930 e 1940, período onde começa a consolidar-se a prática do veraneio no distrito, ao longo da orla marítima. Nessa mesma época, as famílias "burguesas" de Ribeirão, Cocaú, Rio Formoso, Recife e Barreiros eram proprietárias das melhores casas de Tamandaré e a utilizavam apenas para veraneio.

A partir da década de 1970, especificamente, entre os anos de 1977 e 1985 com o surgimento do Privê Tamandaré e, em 1985 e com a construção do Iate Clube Tamandaré, vendido em 1988 ao Serviço Nacional da Indústria SESI (que funciona como colônia de férias), foi instituído no município o turismo de segunda residência (turismo de massa) que com o passar dos anos vem ganhando expansão com as crescentes instalações de casas para veraneio e condomínios. Junto a esses incrementos turísticos surgiram, em 1990, as marinas sendo a Marinas das Campas a pioneira em Tamandaré. Hoje totalizam cinco, atendendo a aproximadamente 400 embarcações entre jangadas e lanchas e dando suporte à área turística.

Na alta estação, estima-se que mais de 500 embarcações motorizadas circulam na área marítima dos municípios de Tamandaré e Rio Formoso. Esta movimentação de embarcações aliada ao turismo de massa preocupa os pescadores, ambientalistas e representantes da localidade, tendo em vista a pressão ao ambientes recitais ameaçados pela ancoragem nos recifes e pelo surgimento de poluição causado pelo vazamento de combustível dos motores. Além disso, as lanchas são um grande risco a segurança dos banhistas e pescadores e um estímulo a pratica do turismo predatório com a coleta de corais.

O turismo de massa, portanto, tem sido prática comum no território da APA-Guadalupe. O espaço local está, gradativamente, sendo constituído por equipamentos e serviços para atender a um grande número de pessoas com médio poder aquisitivo, em programações grupais e viagens "organizadas" por operadoras e agências de turismo.

O fluxo de pessoas, principalmente em Tamandaré, chega a duplicar nos períodos de veraneio (alta estação). Esse aumento quantitativo de visitantes não tem trazido a rentabilidade esperada aos moradores residentes. Os moradores do local, por sua vez, encontram-se sem qualificação necessária para ingressar nesse competitivo setor ficando, portanto, a margem dos ganhos econômicos advindos do turismo.

Do ponto de vista da infra-estrutura, a Mata Sul Pernambucana contou com investimentos em sua malha viária que foi reforçada com o asfaltamento de rodovias e de acessos às principais cidades e distritos, sobretudo, na faixa de praia entre os Rios Formoso e Sirinhaém onde se pretendeu implantar o Centro Turístico de Guadalupe⁴⁸. Esta melhoria no acesso vem possibilitando o ingresso desses lugares nos roteiros globais ampliando, assim, a parcela de visitantes regionais, nacionais e estrangeiros. Em contrapartida falta o restabelecimento dos demais suportes de infra-estrutura de apoio como saneamento, telefonia, segurança, etc, faltando, portanto, implantação de medidas de planejamento e gestão do turismo na região.

Como já foi dito, a APA-Guadalupe, criada em 1997, foi intitulada como "primeira região de preservação local, no estado de Pernambuco, transformada em pólo turístico"⁴⁹. "Os critérios para delimitação de um pólo turístico são, essencialmente, os atrativos existentes, os tipos de atividades praticadas e seu elemento agregador, representado pelas vias de acesso, infra-estrutura e serviços disponíveis"⁵⁰.

A área em questão, APA-Guadalupe, oferece condições naturais especiais, para atrair e receber visitantes, mas conta com poucas atividades (estruturadas) devido à

⁴⁸ Como já foi retratado anteriormente, o CT-Guadalupe resultou do Projeto Costa Dourada (que previa ações de estímulo e ordenação do turismo na região). Na prática, o Costa Dourada, não passou de uma carta de intenções.

⁴⁹ Titulação divulgada no documento "Invista no Paraíso - Centro Turístico de Guadalupe", produzido pela AD / Diper, EMPETUR e Governo de Pernambuco - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes.

⁵⁰ EMBRATUR, 2000.

insuficiência de infra-estrutura básica e turística e falta de planejamento⁵¹. Do ponto de vista da recepção e educação de visitantes, a área não dispõe de Programa Interpretativo, apesar de constituir-se numa Área de Proteção Ambiental, nem dispõe de serviços adequados e roteiros planejados, o que ratifica a necessidade de uma ampla análise dos fatores que intervêm no desenvolvimento do setor.

2.4. Análise do Potencial Interpretativo das Trilhas na APA-Guadalupe

Como já foi descrito no item 2.1 desse capítulo, o patrimônio paisagístico da APA-Guadalupe possui grandes riquezas e diversidade de seus ecossistemas dado a variação, ondulação de seus relevos, e em consequência de sua formação geológica. A sua cobertura vegetal apresenta cenários absolutamente distintos que se estendem desde a linha de costa, passando pelo curso de águas marítimas, até os remanescentes mais expressivos de Mata Atlântica, formando um misto de paisagens naturais, culturais, talos históricos com rico potencial interpretativo. Dos atrativos e das trilhas, que mais vem atraindo visitantes interessados na APA-Guadalupe, pode-se destacar. Complexo Estuarino do rio Formoso, as praias de Guadalupe e a dos Carneiros.

O complexo estuarino do rio Formoso, destaca-se pela conservação e beleza dos seus manguezais, pelo conteúdo histórico-cultural de sua bacia hidrográfica, com gamboas e portos da época da colonização. Navegando pelas rias do estuário descortina-se, praticamente, toda área do Centro Turístico Guadalupe, sendo possível visualizar belas praias com densa vegetação tropical protegidas por formações de arrecifes, vias internas entremeadas de extensos manguezais, suaves elevações com restos de Mata Atlântica.

A praia de Guadalupe sobressai-se pela diversidade de sua paisagem caracterizada pela formação de pequenas falésias (em função da erosão marinha) de singular beleza cênica, apresentando pequenas grutas no terreno erodido e um dos

⁵¹ Este território turístico não existe por si só, não basta que área apresente um grande potencial (natural e cultural) para que seja considerado um pólo. Sem dúvida, a existência desses atrativos é fundamental, mas é preciso que eles estejam atendidos por facilidades tais como vias de acesso, serviços de hospedagem, alimentação e informação educativa.

remanescentes mais expressivos de matas de restinga. Sua extensão é de aproximadamente 3Km. Considerada, junto a praia dos Carneiros, a área mais exuberante do CT-Guadalupe pela diversidade da paisagem natural proporcionada pelas características ambientais nela refletida, ora pelo encontro do mar com rio, na entrada do estuário do rio Formoso, ora pelas deslumbrantes ondulações da Ponta de Guadalupe.

Quanto à praia dos Carneiros (Tamandaré) em meio ao coqueiral que acompanha toda a sua área de aproximadamente 5 km, reúnem-se vários atrativos como Capela de São Benedito, arrecifes, coroas, bancos de areia e piscinas naturais excelentes para banho, além do misto: mar, restinga, mata atlântica, mangue/ai e no que cruza o seu território de Leste a Oeste.

A Fazenda de Cocos da Praia dos Carneiros, propriedade privada a beira mar, mede no total 540 há. Dividida, em glebas, sete sítios adquiridos por herança Todas na faixa entre 50 e 60 hectares (um quilômetro e meio até o rio e a beira mar em torno de 500 metros). Uma parte da área esta loteada a que se localiza, especificamente, entre a Ponta de Manguinho e a praia de campas.

Quanto à origem do nome Carneiros, algumas versões foram levantadas, há quem diga que os arrecifes assemelham-se a figura de um carneiro, outros colocam que Gilberto Freire fez referência a propriedade, com este nome, em seu livro "Sobrado e Mocambos". Sendo a hipótese mais provável a encontrada no trabalho de Paes Barreto⁵². De acordo com o desembargador, o antigo e, possivelmente o primeiro, proprietário chamava-se José Henrique Carneiro, após a sua morte, deixou a propriedade a seus filhos, ficando assim conhecida como Praia dos Carneiros Passando a novos proprietários que conservou o nome primitivo.

A praia dos Carneiros assemelha-se a uma península por ser uma porção de terra cercada de água por todos os lados (ao oeste no Ariquindá, ao norte no Lemenho, ao leste o oceano/praias de Manguinho), exceto por um (ao sul praia de Campas), pelo qual

⁵² O Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, apresentou a monografia "O Rio Formoso" no VIII Congresso Brasileiro de Geografia, em 1955.

se liga ao continente. É uma área de beleza singular com vocação natural para o turismo reunindo atrativos bem diversificados. Na costa, é possível identificar: coroa, bancos de areia, piscinas naturais excelentes para banho e um cordão de arrecifes com mais de 1 km de extensão. Na área onde o arrecife aproxima-se da praia, nota-se um curioso trecho com vegetação de mangue instalado nas pedras. Ao norte avistam-se os terraços da Praia de Guadalupe e, mais ao fundo a Ilha de Santo Aleixo (os dois atrativos, localizam-se no município de Sirinhaém), ao sul encontra-se a praia de campas, ao oeste a paisagem é acrescida pelo estuário do Rio Formoso. Adentrando no estuário, em meio ao coqueiral que acompanha toda praia, destaca-se a Capela de São Benedito que segundo, o já citado, Paes Barreto foi construída pelo Visconde do Rio Formoso. Ao oeste, distanciando-se da linha de costa, em direção a estrada velha, onde está sendo construída, quase paralelamente à estrada nova (Via Litorânea dos Carneiros), destacam-se como atrativos as Matas de Restinga, os remanescentes de Mata Atlântica nos topos dos morros e alguns trechos com vegetação de mangue á margem dos rios Ariquindá e Formoso.

Quanto às trilhas existentes, pode-se, destacar a estrada velha citada anteriormente que dava acesso a todos os sítios da propriedade (Fig. 03 – Foto 07, pág. 53). Com a Via Litorânea dos Carneiros, que está sendo construída, sobrepondo-se em alguns trechos, ao traçado da primeira que, atualmente, está caindo em desuso com possibilidades de deixar de existir - sendo o acesso, citado, um exemplo prático do processo de transformação das trilhas em estradas.

Caminhando nos sítios, com ajuda e informações prestadas pelos moradores, foi possível localizar algumas picadas que dão acesso às pequenas manchas de Mata Atlântica, abertas com a finalidade de retirada de madeira e captura de pássaros. Sendo possível identificar, também, caminhos antigos entre os coqueirais e restingas que estão dando lugar a casas e a plantações de coqueiro. Além de caminhos identificados como estratégicos com a finalidade de "chegar a um ponto específico, como por exemplo, aos três olhos d'água nomeado pelos moradores como "Cacimba do Muro", "Cacimba da Mangueira" e a "Cacimba Canoé" (Fig. 05 – Caminhos e Trilhas, Praia dos Carneiros).

Praia dos Carneiros Caminhos e Trilhas



Figura 5 - Caminhos e Trilhas - Praia dos Carneiros

Fotos 11 e 12 - Caminhos carroçáveis entre os coqueirais dos Carneiros

Foto 13 - Caminhos entre as Restingas/Mata de Cajueiro - Praia dos Carneiros

Foto 14 - Saída: Mata de Cajueiro/Estrada de Terra - Praia dos Carneiros

Foto 15 - Caminho/Estrada de Terra - Condomínio Pontal dos Carneiros

Foto 16 - Caminho Antigo para Mané Bê - Praia dos Carneiros

Foto 17 - Cacimba do Muro - Praia dos Carneiros

Fotos: Roberta Nunes

Em conversa com Antônio Benedito Santana, morador da praia dos Carneiros, nativo 48 anos, conhecido como Coronel, Tocador de sanfona, violão, cavaquinho, zabumba, foi possível descobrir que já existiu na região um clube "Sede" conhecido como o 'Merengue que segundo Coronel, "o mar avançou derrubando a pequena casinha". Lá se dançava vários ritmos merengue, frevo e forró. O Coronel tocava na sede com quatro pessoas, um conjunto; Coronel na sanfona, mais o zabumbeiro, o tocador de pandeiro e mais companheiro no "cachá" instrumento feito de coco. Na época não tinha energia elétrica usava-se (para gerar energia), uma espécie de "gerador". As festividades, citadas, não existem mais. Tudo acabou com a saída da maioria dos antigos moradores que "saíram da propriedade em busca de emprego" Ainda sobre as tradições da praia dos Carneiros, o Coronel prestou algumas informações semelhantes a outros entrevistados. Informações sobre a igreja São Benedito, cuja "Procissão" está condicionada a vinda da freira da família dos proprietários dos sítios dos Carneiros que mora num convento em Juiz de Fora. Na ocasião da vinda da freira é celebrada primeira comunhão das crianças da região. No ano de 1998 foi celebrado o batizado e a primeira comunhão de todas as crianças da praia. São três os santos da igreja de São Benedito: Nossa Senhora da Assunção, São José e São Benedito. Os santos originais não permanecem na igreja, exceto nas procissões, tendo em vista a segurança dos mesmos (Fig. 06).

Segundo os moradores mais antigos de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré que residem na região desde meados de 1930 e 1940, a ocupação da área foi fortemente marcada pela produção secular da cana-de-açúcar, pelos engenhos e usinas e pelos escravagistas e libertários (Fig. 07 e 08).

No município de **Sirinhaém**, os fatos históricos importantes e polêmicos datam, principalmente, segundo Zilda Monteiro Fonseca (pesquisadora em Genealogia do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco), 11 de outubro de 1855 com "O Desembarque de Sirinhaém", episódio que retrai o envolvimento das melhores famílias aristocráticas da Zona Sul de Pernambuco em atividades "negreiras". O contrabando de africanos angolanos resultou em vários maus entendidos que revelou a prática do tráfico negreiro nas águas do Rio Sirinhaém e pelo lado do Rio Formoso (que margeia Sirinhaém).

Cenas do Cotidiano

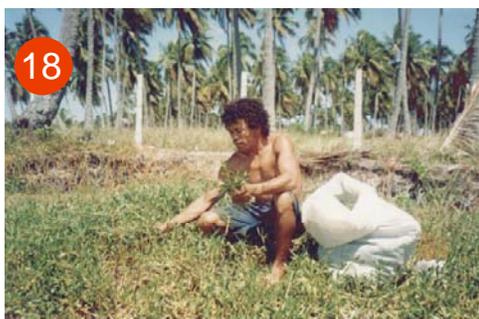


Figura 6 - Praia dos Carneiros- Tamandaré

Foto 18 - Morador de Tamandaré - Colhendo breço para alimentar os porcos

Foto 19 - Apoio de pescadores

Foto 20 - Caseiros do Sítio Manguinhos

Foto 21 - Caseiro do Sítio Manguinhos - Recordando o tempo em que tocava sanfona no "merengue", clube local

Foto 22 - Escola Municipal Rosalvo Ramos Rocha

Fotos: Roberta Nunes

Cenas do Cotidiano



Foto: Alex Fafe

Fotos: Roberta Nunes

Figura 7 - Distrito de Barra de Sirinhaém

Foto 23- Monumento Símbolo do Projeto Costa Dourada

Localizado no Entroncamento da FE-060 com a FE-061

Foto 24- Porto de Barra de Sirinhaém

Foto 25- Casa de Moradia - Construção do Séc. XIX, voltada para o mar.

Foto 26- Ilha de Santo Aleixo - Ilha Oceânica a 2,5 Km da Costa

Foto 27- Bincadeira quebra-panela

Foto 28- Trabalhador de Barcaça

Çenas do Cotidiano



Fotos: Roberta Nunes

Figura 8 - Município de Rio Formoso

Foto 29 - Pescador passando piche na embarcação

Foto 30 - D. Maria Marisqueira

Foto 31 - D. Maria do Sri - Oferece serviço de gastronomia típica (funji)

Foto 32 - Chico, presidente da Colônia Z07 - a serviço da comunidade

A exemplo do tráfico de entorpecentes, nos dias atuais, o tráfico negreiro abrangia os maiores escalões, quer administrativos, quer sociais. E sua extinção somente se tornou possível porque os centros de decisão se encontravam no exterior: a atitude do Império Britânico de levar às últimas conseqüências a supressão da escravatura. Ações libertárias também constituíram a história local.

A descoberta de um fragmento do diário - 1886-1890 no Engenho Goiacana escrito pelo seu proprietário, na época, Antônio de Acioli Lins, Barão de Goiacana, encontrado pelo usineiro Murilo Guimarães revelou a personalidade e as idéias revolucionárias do Senhor Acioli Lins. O universo açucareiro cheio de escravidões, doenças e injustiças foram bastante retratados pelo Barão que se orgulhava em frisar, nas suas anotações, que "os seus trabalhadores eram todos livres".

Senhor de Engenho ofereceu, nos seus escritos, muitas informações sobre a medicina da época, a agricultura que se praticava nos engenhos, o fabrico e transporte do açúcar, melão e aguardente para o Recife, todo um sistema de produção e comercialização que o advento das usinas modernizou, com exceção das crises, essas continuam até os dias atuais... Além disso, são muito interessantes;- os comentários sobre as disputas políticas entre conservadores e liberais, bem como acerca de questões sociais que agitavam o país, como foi o caso da campanha abolicionista, idéia que o Goiacana apoiava sem posicionamentos extremos.

Todavia, descobre-se através de seus escritos que o Barão era um leitor assíduo dos jornais liberais que o seu correspondente no Recife enviava pelo trem da "Great Western", pelas barcaças ou pelos vapores da Companhia Pernambucana. Percebe-se, sobretudo nas suas notas, as ressonâncias de fatos importantes da vida brasileira escondidos nos caminhos náuticos e terrestres dos municípios litorâneos da Mata Sul.

Na terra dos homens destemidos. **Rio Formoso**, também, se fez presente na história do País com participações importantes na resistência à Invasão Holandesa, destacando-se a histórica Batalha do Reduto (séc XVII), na Guerra dos Mascates (séc. XVIII) e na Campanha pela Abolição da Escravatura (séc. XIX).

Quanto ao crescimento e modificações sócio-espaciais a Usina Cucaú, localizada no distrito Cucaú, foi a grande responsável. Alguns relatos indicaram que até 1970 o distrito de Cucaú contava com uma população significativamente maior que a sede do município. Contava, também, com presença de um movimentado comércio e de uma infra-estrutura urbana composta por escolas, igrejas, cemitério e matadouro municipal. As ruas famosas, como a rua Bela, na entrada da sede da cidade, é lembrada até hoje pelos moradores devido à composição de seus belos sobrados⁵³ que guardavam histórias da época da expansão açucareira. Rio Formoso, foi uma das mais importantes cidades do Brasil Colônia.

Os grupos culturais teatro e dança (Iobuguassu, Flor-do-Campo, Raízes do Mangue), hoje contando com pouco incentivo e desarticulado, dramatizam histórias importantes que falam do povo, dos costumes e das tradições locais. Manifestações Populares / religiosas eram comuns na região até meados da década de 80: novena acompanhada de pífano e zabumba, procissões, festas do padroeiro São José, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos / Irmandade, Nossa Senhora do Livramento, Novena de Santo Antônio nos engenhos.

O lugar foi marcado, também, pelas manifestações populares / profanas / folclóricas: guerreiro, cavalo marinho, fandango, coco de roda, ciranda antiga, bumba-meu-boi, pastoril, literatura escrita (história, poesia), literatura oral (existência de contos tradicionais de encantamento, religiosos, adivinhação, etc.), hoje um tanto esquecido. Festas populares: corrida de argola, corrida da fogueira, corrida da pátria (flambor / tocha), corrida da Batalha do Reduto (caminhava-se cerca de 8 km, do centro de Rio Formoso até o Cruzeiro do Reduto - pequena fortaleza que simboliza a resistência ao domínio holandês). O resgate dessas tradições se faz urgente.

Um outro aspecto importante da cultura local é a pesca artesanal que constituiu as tradicionais histórias de pescadores de suas bravuras e dos segredos do mar, simbolizados pelas embarcações e ricos artefatos de pesca. Como personalidades referenciadas e presentes, até hoje, na memória local, destaca-se; Zé Moraes (restaurador de imagens); Wilson (compositor), Alcides de Biga (compositor e músico); Amaro de

⁵³ Os sobrados da rua Bela foram todos destruídos e deram lugar casas comerciais e residenciais.

Biga (contador de história e poeta repentista), Marú (poeta), Zé Babai (líder local afamado), prefeitos antigos, José Vicente (folclorista), Adalgisa e Dona Iça, Professora Esteia, Zé Floro e Neco poeta (grandes conhecedores da fauna e flora local) e pescadores (do tempo das barcaças).

A marca local, também está presente em sua gastronomia, com o fungi de Dona Maria do Siri (comida típica e exclusiva da região, feita com goma de macaxeira, peixe e/ou quebradinho de aratu), galinha a cabidela, sarapatel, feijoada, bolos de milho, macaxeira, mungunzá, angu de milho e xerém, cuscuz, licor caseiro e pratos derivados de peixe.

Já o município de **Tamandaré** foi caracterizada como uma imensa campina, distando da bela praia de "Tamandaré" menos de dois quilômetros. Em 1940, Campinas de Tamandaré, era um povoado pobre. De uma única rua partiam alguns arruados ou becos, terminando no mato, sem ordem, sem alinhamento. A vida econômica dependia da produção de coco e peixes. A alimentação também se baseava nesses produtos. Sendo a pesca artesanal e a agricultura as principais atividades na região. O município tinha se originado de vilas de pescadores que remontam ao século XVIII.

As casas residenciais eram modestas, a maioria de sapé, outras de telhas com alpendres na frente. O acesso a Tamandaré era péssimo. Não havia trem, ônibus ou outro tipo de transporte diretamente à vila. Chegava-se a Rio Formoso ou Barreiros, em ônibus em estado precário. Os passageiros ficavam no ponto do engenho de Mamucabas (um dos tradicionais da mata meridional Pernambucana) em dias marcados. Esse percurso (Mamucabas / Vila de Tamandaré) era feito a pé, ou a cavalo, em trilhas quase intransitáveis que hoje deram lugar a PE-76 (asfaltada em 1987). Da Vila de Tamandaré para chegar a Rio Formoso, fazia-se o caminho a pé, realizando o percurso: Mamucabas passando no entorno das estradas velhas das terras do Engenho Amaragi até a estrada principal (hoje denominada PE-060).

Quanto a outros caminhos e trilhas, alguns moradores entrevistados revelaram que se ia a pé à propriedade Mamucabinhas (localizada no limite Tamandaré / Barreiros), do Sr. Samuel Hardmam, conhecido por receber bem os visitantes. "Era um passeio encantador com pomares cheios de mangas saborosas". Em noites enluaradas,

Campinas de Tamandaré tornava-se um lugar romântico e, em época de veraneio, ouviam-se saudosas serenatas pela madrugada. Na época de verão, Tamandaré, era um celeiro de frutas regionais e saborosas. Deliciosos caju e mangas perfumavam os quintais das casas de residência, sítios e caminhos.

As suas melhores casas, segundo a memória popular local, eram ocupadas pelas famílias "burguesas" de Ribeirão, Cucaú, Rio Formoso, Recife e Barreiros. Além da beleza e do romantismo a vila era considerada histórica. Em Tamandaré foram incendiados, por ocasião da invasão Holandesa, navios por Serrão de Paiva e muitos comandantes lançaram-se as águas. As construções dessa época, com a Fortaleza (Forte de Tamandaré, a 500 m do mar, um dos principais marcos na história de Pernambuco), canhões, casas, e a Igreja de Santo Inácio, são um marco da passagem dos holandeses, e pontos de atração para pintores, fotógrafos amadores e turistas interessados pela história do Brasil Colônia.

Tamandaré contava, também, com uma Escola de Aprendizagem de Pesca, hoje o Centro Pesqueiro do Nordeste - CEPENE. Na década de 70, vieram técnicos, examinaram a campina imensa, verde e arenosa e projetaram um Campo de Aviação. Surgiram trabalhos para as pessoas que não dispunham de ocupação. Hoje o Campo de Aviação, deu lugar ao centro da cidade com feira pública e praça. O farol era uma outra atração da época. Os faroleiros residiam na fortaleza e na Campina. Nas noites escuras, as famílias ficavam algum tempo observando as luzes do farol que se movimentavam em todas as direções.

CAPITULO 3

SIGNIFICADO DAS TRILHAS E DO TURISMO

O que significa, mais precisamente, trilhas? Como ela nos remete a história do lugar? Qual a sua relação com o turismo?

O termo trilha vem do latim *tribulãre*. O seu significado ou significados, também foram pesquisados em vários dicionários de definição e sinônimos, onde a maioria das expressões encontradas define trilha como vereda, picada, pista, rasto, caminho a seguir, ação de trilhar, vestígio, marca, atalho, rumo, direção.¹

Pode-se, ainda, relacionar o seu significado a idéias afins: abertura, brecha, fresta, entrada, passagem, travessia ou, até mesmo, refletir sobre a sensação que a palavra sugere: aventura, desafio, esconderijo, adentramento, desbravamento, desbloqueio, entre outros termos.

Quando nos referimos geograficamente às trilhas, a compreendemos como a forma de inscrição mais rudimentar do espaço geográfico. Além dessa idéia de registro, inscrição, o seu conceito engloba a cultura do lugar, as histórias que a cercam e que nos remete ao tempo das expedições colonizadoras, das incursões bandeirantes e mais recentemente, aos caminhos do turismo. As trilhas têm descortinado fantásticas vistas, levando-nos a pontos de interesse turístico, como riachos, cachoeiras, fortes, ruínas.

Em síntese, para este estudo, os significados das trilhas estão atrelados as seguintes idéias:

- Relatos, transformações e imagens de tempos passados;
- Lugares desconhecidos no meio natural ou construído;
- Sensações e idéias afins;
- História, religião e a cultura do lugar;
- Escoamento, comercialização e circulação de produtos;

¹ Consulta realizada nos dicionários: Dicionário da Terra e da Gente do Brasil, 1939; Dicionário de Geografia do Brasil, 1973; Pequeno Dicionário Brasileiro da língua Portuguesa, 1943.

- Espaço geográfico, lazer e turismo;
- Avanço da urbanização nos novos tempos.

3.1. Um Breve Passeio e Reflexão pela História das Trilhas

Com o intuito de desbravar, conquistar, colonizar, lutar, dominar, servir e percorrer caminhos, as trilhas, no passado, foram usadas com finalidades diversas. Servindo como caminhos de penetração ou escoamento de produtos econômicos. Na pré-história, possivelmente, as trilhas mais antigas, surgiram com a movimentação dos grandes mamíferos,² servindo inicialmente aos animais e aproveitadas pelo homem.

Os deslocamentos, no decorrer dos tempos, nem sempre se prestavam à ação exploratória pacífica, religiosa, mística, aproximatória ou ao fortalecimento dos indivíduos e de seus grupos sociais. As migrações com a conotação de colonização ou êxodos, acabaram, quase sempre, por gerar lutas com ataques e defesas sangrentos, verdadeiras manifestação de inimizades, de glórias, conquistas e servidão.

"Os mais antigos escritores que a humanidade cultua dizem mais de heróis e de epopéias, de ataques cruéis e defesas corajosas de seus ancestrais do que de aproximações pacíficas, sem escravização dos capturados ou dominados. Por verdade ou fantasia deixaram um registro amargo: os humanos primitivos viviam mais para lutar do que lutavam para viver".³

Durante séculos, as imagens do oriente foram construídas a partir das narrativas de Marco Pólo, marcantes na idade média, através dela, o ocidente conheceu os palácios suntuosos dos imperadores orientais, os rios, as cidades da China, os costumes, os ritos e riquezas da Índia, as plantas e as espécies de animais raros. Até mesmo Dom Henrique fundador da Escola de Sagres teve sua curiosidade provocada pelo relato.

Descobrir o caminho marítimo para a Índia, contornando a costa africana, tornou-se, na época, um imperativo. Bartolomeu Dias em 1492, contornou o cabo da

² Segundo (BASTOS, 1994). A utilização dos recursos naturais pelo homem pré-histórico na Ilha de Santa Catarina. Dissertação de mestrado na UFSC.

³ ANDRADE José Vicente. Turismo fundamento e dimensões. São Paulo: Ática, 1999.

Boa Esperança (grande marco da navegação pelo Atlântico em direção à Ásia). Foram também estes relatos que fez Cristóvão Colombo confundir a ilha caribenha de São Domingo, onde aportou em 1492, com as praias de Cipango (Japão), descritas duzentos anos antes. Em 1498, O navegador português Vasco da Gama, seguindo as narrativas de Marco Pólo, atinge a Índia.

Um outro relato famoso sobre caminhos e trilhas ocorreu, em 1987, com a publicação de "O Diário de um Mago" Paulo Coelho, onde o autor descreveu o antigo Caminho de Santiago. A partir dessa publicação, ano após ano, cresce o número de brasileiros desejosos em conhecer o santuário de Santiago (norte da Espanha)⁴.

Em vários países do mundo, as grandes peregrinações religiosas motivaram o deslocamento de milhares de pessoas. Na Europa, cada cristão tinha o dever de realizar ao menos uma peregrinação a algum santuário tradicional. No ano de 1300, o papa declarou o "Ano do Jubileu", evento que trouxe a Roma rendas extraordinárias, resultado da visita de milhares de fiéis.

Especificamente no Brasil, os relatos de viajantes evidenciam o uso de trilhas por povos pré-históricos que aqui viviam. Registram, ainda, rotas náuticas e caminhos por terra, datadas do período da colonização. Devido ao extensivo uso das rotas náuticas para o transporte de mercadorias, advindas da exploração primária da terra para exportação das matérias-primas ficando marcada, nesse período, a vocação oceânica do país.

Os caminhos por terra, também, foram bastante utilizados. Os colonizadores usavam as veredas abertas pelos índios para alcançarem o interior do país com finalidade exploratória. Ao longo da consolidação do processo de ocupação e as conseqüentes fases de urbanização histórica essas antigas veredas foram cristalizando novas formas de exploração, de ligação e penetração no território nacional.

⁴ As pessoas que se lançam na aventura de percorrer a antiga rota de peregrinação, falam de experiências místicas vividas nos 750 km de estradas e trilhas que levam à cidade de Santiago. Seus autores descrevem, em geral, encontros com anjos, demônios e mestres, responsáveis por profundas transformações em suas vidas. Os peregrinos do santuário de Santiago de Compostela, na era medieval, eram distinguidos pelo emblema em formato de concha indicando a realização da romaria, talvez o primeiro prêmio por uma viagem. NOOTEBOOM, 2002).

A transformação que o homem vem realizando no espaço natural quer devastando as florestas ou modificando o uso das trilhas, está atravessando cinco séculos. Os interesses econômicos que marcaram o desenvolvimento do país provocaram destruição de quilômetros quadrados de floresta e, conseqüentemente, de trilhas. Seguindo esse padrão predatório de desenvolvimento, outros fatores também vêm contribuindo para o desaparecimento de nossas trilhas, tais como: a expansão imobiliária; a agricultura com uso de técnicas primitivas e o uso excessivo de agrotóxicos; cortes rasos da vegetação para pastagens e o extrativismo irracional que impossibilita a renovação dos recursos e a recuperação dos ciclos da vida.⁵

Coerentemente a evolução dos ciclos exploratórios dos meios "naturais", do sistema de transporte e de circulação de mercadorias, os caminhos mais estratégicos foram urbanizados, só permanecendo as veredas e picadas que levavam a lugares mais isolados ou a locais cuja importância econômica já não era a mesma da época em que a trilha foi aberta. Mais recentemente, vários trabalhos e artigos científicos, registram caminhos usados por naturalistas, botânicos, cientistas, caçadores, agricultores e turistas.

Com o avanço da urbanização, no século XX, e o crescimento das cidades, as trilhas acabaram por dar lugar às estradas e ruas, assumindo novos traçados, com volumes e fluxos distintos e cada vez mais próprios em virtude dos objetos e relações existentes ou criadas no espaço.

Das finalidades atribuídas às trilhas, ao longo do tempo, seja a de facilitar a locomoção ou a de utilidade econômica, vieram juntar-se mais um tipo: aqueles caminhos que servem como meio de ligação a pontos de interesse turístico, tais como: mirantes, riachos, cachoeiras, fortes, ruínas, enfim a atrativos com potencial interpretativo.

Diante do exposto acima, conclui-se que as trilhas receberam usos variados nos diferentes momentos históricos e que esse apanhado pode revelar o uso do território através dos tempos. Território, segundo Milton Santos, salvo algumas especificidades e

⁵ Andrade & Rocha, 1990

ambigüidades como o seu caráter político e de extensão, pode ser compreendido, e é aceito por esse trabalho, como sinônimo de espaço geográfico.⁶

Assim, a proposta de refletir sobre a história das trilhas recai na discussão dos diferentes usos atribuídos ao território ao longo dos anos⁷. Nesse estudo, analisaremos o uso do território turístico da Mata Sul de Pernambucano, especificamente nos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré que compõem junto com Barreiros a APA-Guadalupe. Análise essa, que será mais bem explicitada e detalhada no Capítulo 2 desse trabalho.

3.2. Turismo: Conceitos Básicos

"Há tantas definições de turismo quanto autores que tratam o assunto. Mas quanto maior o número de pesquisadores que se preocupam em estudá-lo, tanto mais evidente se apresentará à amplitude e a extensão do fenômeno do turismo e tanto mais insuficientes e imprecisas serão as definições existentes".⁸

A Organização Mundial do Turismo (OMT) atenta à dificuldade na elaboração de um conceito suficientemente abrangente e tendo que resolver uma questão técnica relativa à mensuração do fenômeno em termos estatísticos, elaborou uma definição que, embora discutida, é aceita por todos os países para fins de pesquisa estatística. Assim, turismo foi entendido como:

"As atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de ócio, por negócio e outros motivos".⁹

Ainda, segundo a OMT, foi necessário estabelecer uma definição para o turista, que atendesse às necessidades de análise estatística. Resultando na definição seguinte:

⁶ Milton Santos propõe entender "o espaço como a união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações. E suas formas híbridas, as técnicas". Santos, 1996.

⁷ Santos e Silveira, 2001.

⁸ Beni, 1990.

⁹ OMT, 1998.

"Visitante é toda pessoa que se desloca a um lugar distinto do seu entorno habitual, por uma duração inferior a doze meses, e cuja finalidade principal da viagem não é a de exercer uma atividade que seja remunerada no local visitado".¹⁰

A partir deste conceito, esta organização elaborou os critérios técnicos para identificar quem é turista. O gráfico anexo apresenta a distinção entre turistas e viajantes, e a sua classificação de acordo com os critérios estatísticos (anexo).

Embora esta classificação seja aceita pelos critérios técnicos, não se deve entender o turista apenas por esse ponto de vista, pois, ao compreender o turismo por uma ótica humanista, não se pode reduzir sua importância a cifras e números. Neste caso, a definição de Mário Beni é muito mais abrangente:

"O homem, com seu desejo e sua necessidade, dá origem às várias atividades econômicas causadas pelo Turismo, esta é a primeira e direta derivação. O turista é também a fonte de uma série de elementos não materiais que surgem de sua permanência na localidade turística e que se completam numa série de relações humanas e materiais, de cuja complexidade e beleza o fenômeno se reveste".¹¹

Etimologicamente, os termos turismo e turista originam-se das palavras francesas *tourisme* e *touriste*, respectivamente, embora alguns respeitadíssimos dicionários da língua portuguesa afirmem que a adoção do termo por parte da língua portuguesa deu-se por meio do inglês, e não diretamente da matriz francesa. Conforme esclareceu Marc Boyer (1972), "a forma e a estruturação do termo turismo não deixa dúvida a respeito de sua origem francesa",¹² como também não há dúvida que os termos foram utilizados pela primeira vez na Inglaterra, em 1760, e as atividades hoje classificadas como turísticas tiveram início no mesmo país, no século XVIII.

A mais antiga definição de Turismo é de 1910, e foi elaborada pelo estudioso alemão Hermann von Schullard, que o caracteriza como sendo:

¹⁰ OMT, 1998.

¹¹ BENI, 1998.

¹² Apud ANDRADE, 1999

"A soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região".¹³

A definição de Turismo classificada como "holística", segundo Mário Beni, que busca abranger a essência total do assunto, é a definida em 1942, pelos os suíços Hunziker e Kraft como:

"A soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória".¹⁴

Sob a ótica interdisciplinar, segundo Rejowski¹⁵, o turismo é um fenômeno de múltiplas facetas inserido em muitos aspectos da vida humana, seja de forma direta ou indireta. Assim, pode-se dizer que o turismo relaciona-se intimamente com várias disciplinas que são consideradas a base dos estudos do turismo, conforme quadro abaixo:

DISCIPLINA	UTILIZAÇÃO NO TURISMO
<i>Economia</i>	Para a economia, o turismo é analisado como um serviço. Muitas teorias econômicas vêm sendo utilizadas no turismo, fornecendo marcos de referência para a análise das políticas turísticas e ajudando a quantificar os efeitos produzidos pela presença de visitantes num determinado espaço, aplicando-se conceitos macro e microeconômicos.
<i>Sociologia</i>	Estuda as interações entre os visitantes e os anfitriões, principalmente quando têm diferentes, valores, expectativas e comportamentos, que podem ou não ser expressos em normas sociais. A sociologia estuda qualidade de vida da sociedade.
<i>Psicologia</i>	Estuda o comportamento e a experiência do viajante, a natureza dos grupos de viajantes e suas relações interpessoais, estabelecidas com a cultura dos núcleos receptores.

Rejowski, 2003.

¹³ BENI, 1998

¹⁴ Idem.

¹⁵ Rejowski, 1996.

DISCIPLINA	UTILIZAÇÃO NO TURISMO
Geografia	Estuda as relações espaciais e os fenômenos derivados das viagens e dos padrões de distribuição espacial da oferta e da demanda. A geografia estuda os deslocamentos de pessoas de um ponto a outro da superfície da terra.
Antropologia	Preocupa-se com as relações interpessoais em diferentes situações e contextos, conforme o comportamento das populações receptoras e emissoras.
Direito	Estuda o conjunto de relações e fenômenos que se originam do ato ou fato jurídico que o indivíduo leva a efeito para empreender ou realizar uma viagem; possibilita ainda conhecer os direitos e deveres dos visitantes, bem como o código de ética do bacharel em turismo. O turismo é considerado exercício do direito à liberdade individual de trânsito.

Rejowski, 2003

Outras disciplinas, como *estatística, administração, arqueologia, história, comunicação e ciências políticas*, podem trazer grandes contribuições para o turismo. Isso sugere que a compreensão do fato e do fenômeno do turismo requer o envolvimento de um sem-número de disciplinas.

Assim, ao analisar qualquer definição de turismo, é importante levar em conta o lugar, a época, a formação acadêmica do autor e os conhecimentos existentes sobre o assunto. O turismo, tendo em vista a sua complexidade, estar ligado a quase todas as disciplinas das diferentes ciências. Este fato é a principal causa da grande variedade de conceitos, todos válidos quando se referem ao campo em que são estudados. Por isso, não existem conceitos errôneos; existem abordagens diferenciadas a respeito do mesmo fenômeno.

3.3. A Evolução do Turismo

A história e a evolução do turismo, assim como a da trilha, teve início junto com o homem ao perceber a possibilidade de locomover-se e descobrir novos caminhos, buscando a sobrevivência, o contato com outros homens, novas realidades geográficas e novas culturas.

Segundo McIntosh e Gupta (1993) o turismo deve ter surgido com os babilônios, por volta de 4000 a.C. [...] "os babilônios foram os primeiros a conceber a idéia de dinheiro e a aplicá-la a suas transações comerciais. Também inventaram a escrita e a roda, por isso que poderíamos considerá-los como os fundadores das viagens [...]".¹⁶

Desde épocas primitivas, restam sinais de busca pela sobrevivência e pela procura de ocupações criadoras e prazerosas que parece acompanhar o homem através dos tempos. A diversão com as caçadas, o prazer pelas cerimônias festivas junto ao fogo, marcadas geralmente pelo canto e pela dança, o requinte no fabrico da cerâmica, estiveram e estão presentes nos caminhos do homem.

Na Grécia Antiga existem registros de viagens organizadas para participação nos Jogos Olímpicos. Esses jogos tinham muita importância entre os gregos, e não apenas sob o aspecto esportivo, mas também o religioso, o cívico e mesmo o político. Durante sua realização, suspendiam-se todas as outras atividades, até mesmo as guerras. O hábito das viagens já era bastante disseminado. Era freqüente, nessa época, visitas aos santuários Delphos e Afrodite e viagens pela Fenícia, Egito, Grécia e Mar Morto realizadas por Heródoto, um dos primeiros historiadores da humanidade.

No Império Romano, existem registros das primeiras viagens de lazer. Os nobres romanos viajavam exclusivamente para visitar grandes templos. Percorriam grandes distâncias, com paradas para troca de animais, fazendo surgir às primeiras hospedarias. Roma recebeu grande incentivo para a construção de teatros, casas de diversão e locais públicos de reunião. Sendo, ainda, pioneira na organização de um calendário com os acontecimentos sociais, religiosos e esportivos da época.

Entretanto, com a queda do Império Romano e a invasão dos bárbaros, as viagens se tornaram uma grande aventura pelo perigo que apresentavam os romanos que, aproveitando as boas estradas, visitavam estações termais e as vilas de descanso.

¹⁶ Apud Rose, Alexandre Turatti, 2002.

Marcos Significativos na História do Turismo

SÉCULO	CARACTERÍSTICA
Início do século XVII	O modo de vida estabelecido durante séculos começou a ser afetado pelos primeiros sinais do crescimento industrial. O aumento gradual da riqueza, a extensão das classes de comerciantes e profissionais, os efeitos da reforma e a secularização da educação estimula o interesse por outros países e a aceitação da viagem em si como um elemento educacional. As viagens, agora mais freqüentes, foram marcadas pelas descobertas; as peregrinações religiosas para Terra Santa, Santiago de Compostela, Meca, entre outras; as viagens de estudo resultado da criação das primeiras universidades.
XVI a XVII	Como fato marcante para o turismo, registram-se os " <i>Grand Tours</i> ", viagens realizadas pelos jovens aristocratas, sempre acompanhadas de um tutor, pelos principais centros europeus, com duração de 2 a 3 anos, com o objetivo de complementar sua educação.
XVIII	A Construção de estradas recebeu seu grande impulso. Na França, já existiam cerca de 40 mil quilômetros de estradas em boas condições.
XVII a XIX	Fim do período que marcou os antecedentes do turismo, registra-se o aparecimento do primeiro Hotel Familiar na Inglaterra, a diligência torna-se um transporte rápido de passageiros, inicia-se o período denominado Turismo Romântico, caracterizado pelo fascínio pela natureza, que provoca a sua descoberta e valorização.

No final do século XIX até 1945, ocorrem grandes modificações na estrutura da sociedade, influenciadas, principalmente, pelas mudanças da economia agrícola para a industrial. As conseqüências refletem-se no comportamento social, na economia e na tecnologia. As viagens começam a se tornar mais acessível e, em decorrência, verifica-se um aumento no fluxo de turistas e o desenvolvimento das várias atividades ligadas às viagens: o transporte, a hospedagem, a alimentação, o entretenimento e outros. São destaques nesse período:

PERÍODO	ACONTECIMENTO
1841	O trem começa a transportar passageiro. Thomas Cook realiza a primeira excursão organizada – um missionário inglês organiza uma viagem de trem, para aproximadamente 500 pessoas, para participarem de um Congresso Anti-alcoólico.
1850	Thomas Cook, cria uma agência de viagem e elabora o “ <i>individual inclusive tour</i> ” e inicia a utilização do “ <i>voucher</i> ” nos hotéis.
1872	Thomas Cook cria e começa a utilizar o “Circular Note” (antecedente do <i>Traveller Check</i>).
1890	César Ritz, cria o primeiro hotel que, entre outras facilidades, possui o banheiro no quarto.
1838	Aparecimento do primeiro cassino em Baden-Baden, na Alemanha.
1914-1918	1ª Guerra Mundial: o turismo começa a tomar impulso, inclusive como nova área de estudo. No final da guerra, o automóvel passa a ser utilizado com mais freqüência como meio de transporte de passageiros;
1939-1945	2ª Guerra Mundial: a atividade turística fica praticamente paralisada.

De 1945 a 1990, período caracterizado pelo rápido desenvolvimento da atividade, expandindo-se pelo mundo, e crescendo em quantidade e diversidade de equipamentos e serviços oferecidos. As motivações de viagem se ampliam, não sendo mais apenas a do lazer, mas por saúde, para negócios e cultura. As viagens tornam-se acessíveis a grande parte da população, em parte pelos sistemas de crédito. Adquirem o “*status*” de necessidade. O seu rápido desenvolvimento provoca a preocupação com o planejamento, a regulamentação e a profissionalização do setor. O agente de viagens passa a exercer um importante papel na organização da atividade. São destaques nesse período:

PERÍODO	ACONTECIMENTO
1945	Os aviões da Segunda Guerra Mundial começam a ser utilizados para o transporte de passageiros; cria-se a IATA – <i>International Air Transport Association</i> , que regula o direito aéreo;
1950	inicia-se o período no qual predomina o Turismo de Massa; aparecem as primeiras companhias aéreas do mundo;
1953 a 1962	Constituição de inúmeras empresas de fretamento ou “ <i>charter</i> ” – fazendo rotas curtas; o turismo é visto como a “tábua de salvação” da economia para alguns países;
1970	criação de centros turísticos planejados; aparecimento de importantes destinos turísticos de forma espontânea; desenvolvimento impulsionado pelo setor privado, começa-se a conviver com as consequências do Turismo de Massa e a questionar os seus benefícios;
1980	busca por soluções para abrandar os efeitos negativos do desenvolvimento turístico; aparecem outras modalidades como o turismo brando, baixo impacto, suave, ecológico;
1990	valorização do conhecimento como instrumento para desenvolver o turismo de maneira sustentável; grande profissionalização do setor; acirrada concorrência entre os destinos e a criação de novos destinos

De 1990 até os dias atuais, o desenvolvimento acelerado do turismo revela uma dimensão econômica da atividade, inimaginável na década de 50. Em 1999, segundo dados da WTTC, ela foi responsável por 11% do PIB mundial e, em 1998, segundo a OMT, significou o deslocamento de 633 milhões de turistas.

A importância do setor turístico hoje, é o resultado da conjugação de uma série de forças que moldaram sua estrutura e organização ao longo do tempo. Para alguns, a atividade está próxima de atingir seu ponto de maturidade, em nível mundial, e sinalizando uma estabilização do seu desenvolvimento.¹⁷

Os registros sobre a evolução do turismo pesquisado e acima referenciado, mostram um pouco da visão convencional de sua história. Mas será esta, realmente, toda a essência da evolução do turismo?

¹⁷ Milone & Milone, 2000.

Segundo Tower (1995), o que se tem propagado é uma imagem convencional, uma visão "colonial" da história do turismo. Não sendo difundidas as experiências do lazer em culturas como China, Índia e Japão, sendo difícil acreditar que formas de turismo não existiam no passado nestas sociedades, prevalecendo assim, modelos ocidentais da evolução do turismo.

Com o propósito de esclarecer por que a visão convencional do turismo prevaleceu, será abordada no próximo item "o turismo e suas várias faces", algumas das razões pela qual a maioria da fonte bibliográfica prontamente válido tende a enfatizar, em particular, um grupo social (em detrimento de outro) ou atividade turística.

O Turismo e suas Várias Faces

De acordo com Tower 1995, "a maior parte da pesquisa (incluindo trabalho histórico) é realizada na Inglaterra, outras partes do Oeste Europeu e América do Norte. Pesquisa de outras regiões é rara e as dificuldades das barreiras lingüísticas acabam por compor o foco ocidental da pesquisa. Adicionalmente, ligações entre estudo do turismo e história são pobres. Muito do melhor trabalho em história do turismo vem de historiadores investigando lazer, mas suas descobertas raramente penetram na literatura turística. Além disso, a história social tem sugerido importantes variações locais e regionais na prática do lazer".¹⁸

Ligada às razões acima, Tower ainda pontua, que "...esta tendência da pesquisa turística que tem sido conceitualizada pelas necessidades funcionais da indústria do turismo. Isto resultou numa visão passada muito sob a perspectiva de personalidades chaves, empresas e organizações (Cook, Lunn, Butlin and Disney), inovações tecnológicas (estradas de ferro, empresas marítimas, carros, aviões) e inovações nos negócios (cheques de viagem, pacotes turísticos, vôos "charter"), mais do que as atividades informais".¹⁹

Explorando estas perspectivas, voltadas às várias faces do turismo é que Dumazedier 1994, o considera "um fenômeno histórico sem precedentes, na sua

¹⁸ TOWER, 1995.

¹⁹ Idem.

extensão e no seu sentido, é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna. É uma criação da sociedade de consumo que, entendendo a importância do lazer na sociedade contemporânea, passa a vender o turismo ou comercializar a viagem como um novo produto, nos moldes dessa sociedade de consumo, atrelado, portanto, às leis do mercado".²⁰

Neste sentido, é válido compreender o turismo, na sua trajetória histórica, como uma forma elitizada de lazer. Sendo uma modalidade de entretenimento que exige viagem, deslocamento de pessoas, consumo do tempo livre e o uso de um equipamento por mínimo que seja como transportes e hotéis.

O lazer transformado em turismo passa a ser vendido de forma bastante lucrativa, com rápida acumulação e reprodução de capital. Selecionam-se áreas turísticas, alocam-se recursos, definem-se políticas e, sobretudo, cria-se a ideologia do turismo.

O turismo, segundo Luiza Coriolano 1994, "foi muito rapidamente incorporado às políticas econômicas, sendo considerado o caminho fácil de chegar ao crescimento econômico, de solucionar o "déficit" da balança de pagamentos e gerar empregos. Assim o desenvolvimento do turismo em larga escala, em particular do turismo receptor, do turismo de luxo, internacional e globalizado, foi incentivado nos países ditos "subdesenvolvidos" como solução à crise econômica. Vende-se a imagem virtual, não a real".²¹

Acreditam alguns estudiosos, entre eles Coriolano 1998, que "... esta visão corresponde à fase do "arranque", vivida pelos países ricos e imitada pelos países periféricos, e isto tem causado consequências negativas. Vêm-se a cada dia os impactos que o "turismo econômico" pode trazer aos ambientes naturais preservados e às comunidades naturais receptoras despreparadas para o turismo. Massas turísticas em muitos lugares têm destruído identidades culturais e sociais de pólos receptivos, tem provocado desvios sociais graves, tem aumentado a prostituição e o uso de drogas. Alguns países turísticos do Mediterrâneo, fortemente agredidos pelo turismo "a

²⁰ Dumazedier, Jofre, 1994

²¹ CORIOLANO, Luiza Neide, 1994.

qualquer custo" avaliam-se e passam para a fase da "maturidade turística", desenvolvendo o chamado turismo ecológico / ecoturismo, tentando encontrar alternativas para alcançar o desenvolvimento sustentável ou mais precisamente uma sociedade sustentável".²²

A aceleração dos ritmos de exploração da natureza e de subordinação cultural desencadeado ou acelerado pelo turismo, tem levado os teóricos do turismo, em todas as áreas do conhecimento, a repensar o modelo de turismo analisando-o em uma perspectiva ambientalista que nos remete a análise das tendências atuais do turismo descritas no item a seguir.

3.4. Tendências atuais – a procura por novas formas de turismo

A atividade do turismo tem crescido rapidamente no mundo todo. A globalização ajuda nesta questão, difundindo a informação e ampliando os acessos. Da mesma forma, os impactos positivos e negativos gerados pela atividade são mais claramente percebidos.

Este crescimento da atividade, aliado à conscientização ambiental e as ações de planejamento por parte de governos, comunidades e empresários, fez com que o turismo de massa, até então prática comum, deixasse de ser a melhor opção para as destinações turísticas.

Constatou-se também que "o superdimensionamento dos equipamentos receptivos para receber um grande número de pessoas no mesmo lugar na mesma época do ano (característica do turismo de massa), não trazia a rentabilidade esperada, devido a sazonalidade do fluxo turístico. Notou-se ainda que a concentração dessas pessoas em um mesmo ambiente contribuía de modo considerável e preocupante para agressões sócio-culturais nas comunidades receptoras, e para danos, em geral irreversíveis, aos recursos naturais".²³

²² CORIOLANO, Luiza Neide, 1998.

²³ RUSCHMANN, 1997

O crescente interesse em formas alternativas de turismo é percebido especialmente nos países em desenvolvimento onde os atrativos são, em sua maioria, a natureza preservada e a cultura de populações tradicionais. Quando se analisam os efeitos desastrosos do turismo de massa desenvolvido em ambientes frágeis, percebe-se a urgência em se estabelecer uma nova ética na atividade, que conserve os ambientes ao invés de deteriorá-los, em nome da continuidade do turismo que depende da qualidade desses ambientes.

Tipos de turismo

O turismo também é segmento de categorias em classe menores de forma a facilitar sua identificação. Sendo necessário que cada local identifique em que tipo ou tipos de turismo suas características se enquadram, tendo em vista, as peculiaridades da região. As empresas de turismo estão, cada vez mais, a caminho da especialização, deixando de ser generalistas, e passam a oferecer produtos segmentados destinados a uma clientela específica.

A definição do tipo de turismo é importante, sobretudo, para orientar os que querem investir no setor. Para o estudo proposto têm relevância os seguintes tipos de turismo:

MODALIDADE	ABRANGÊNCIA
Turismo Ecológico ou de Natureza	Referente ao turismo baseado na ecologia, que constitui uma forma de turismo especializado na natureza e dá ênfase a pequenas excursões em áreas naturais, podendo incluir visitas a locais de interesse cultural e tradicional. Difere do segmento do ecoturismo, em função do fato de que no turismo ecológico ocorre apenas o desfrute e a contemplação passiva dos recursos naturais, enquanto que no ecoturismo ocorre uma simbiose do turista com os atrativos naturais e culturais.
Ecoturismo	É o segmento da atividade turística que utiliza forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (definição oficial).

MODALIDADE	ABRANGÊNCIA
Turismo Cultural	Tipo de turismo que não se compõe só de visitas a museus, lugares históricos, feiras de artesanato, ou espetáculos determinados. Põe em relevo também formas especiais da relação entre o visitante e o visitado, entre o turista e o meio ambiente a que chega, lhe permitindo ter uma visão de seu presente e uma síntese de seu passado histórico.
Turismo Náutico	Abrange as atividades de recreação e de seu suporte, com enfoque no resultado econômico, centradas na utilização de embarcações e ou de tudo aquilo que disto discorra.
Turismo Científico	É feito por pesquisadores, de diversas áreas do conhecimento, com intuito de investigar a natureza e a cultura de diversos locais. Normalmente, são as áreas tropicais e sua biodiversidade.
Turismo de Mergulho	Modalidade costeira ligada à atividade de mergulho, apreciação das belezas submersas.
Turismo Rural	É o turismo em áreas rurais (fazendas, sítios ou chácaras) para proporcionar os visitantes à oportunidade de participar das atividades próprias da zona rural, como: andar a cavalo, ordenhar vacas, passear de carroça, tomar banho de rio ou cachoeira, caminhar pelos campos, etc. É intensamente procurado por pessoas que residem em grandes centros urbanos e que precisam de um descanso físico e mental. Este tipo de turismo exige estrutura apropriada e investimento, pois, as pessoas que o praticam querem conviver em ambiente rústico, porém com um mínimo de conforto.
Turismo Pedagógico	Seria o que serve às escolas em suas atividades educativas que envolvem viagens. Não obstante possuir momentos de lazer, não é realizado com este fim.

O estudo das características e da evolução do fenômeno turístico indica a necessidade do conhecimento aprofundado sobre o tema, como pré-requisito básico para o planejamento e o gerenciamento da atividade. Este conhecimento permite aos empreendedores e planejadores turísticos compreender como as transformações sociais, econômicas e tecnológicas que podem influenciar no seu negócio ou na localidade turística, permitindo que este profissional realize um trabalho de excelência e com bons resultados.

Assim, é válido destacar para ampliação e reflexão, deste estudo, três aspectos essenciais que serão fundamentados nos próximos itens:

- Impactos Potenciais do Turismo

- O meio ambiente e a necessidade de sua conservação;
- Inter-relações e responsabilidades entre turismo e meio ambiente;
- O conceito de desenvolvimento sustentável e sua aplicação ao turismo.

Impactos Potenciais do Turismo

Ao verificar o estudo sobre os impactos e benefícios do turismo realizado por vários autores, como Ruschmann (1999), KRIPPENDORF, J., (1989), (FRANCE 1999), Boo (1990), (WALL 1997), verificam-se quanto o turismo é um setor difícil de se estudar, visto que interage com diversos setores da atividade econômica, envolvendo também modificações nos aspectos físicos e sócio-culturais.

Os autores acima citados, de forma semelhante, consideram o termo "impacto" como qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, decorrentes das atividades antrópicas (humanas), que direta ou indiretamente prejudiquem: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais.

Assim, ao descrever os impactos positivos e negativos do turismo, procurou-se combinar a visão desses diferentes autores, elegendo a abordagem que mais atende as características da área delimitada para esse estudo (área natural protegida).

Segundo Ruschmann, "os impactos do turismo referem-se a um conjunto de modificações ou seqüência de eventos, provocados pelo desenvolvimento da atividade nas localidades receptoras. Resultam de um processo e não constituem eventos pontuais." ²⁴

Qualquer tipo de turismo desenvolvido em qualquer intensidade causa algum impacto no meio ambiente, em que os mais evidentes são os econômicos e é até em nome deles que muitas comunidades, municípios, estados ou países tentam desenvolver a atividade. A idéia simplista é a de que é muito fácil implantar o turismo em uma localidade. Os turistas logo começarão a chegar e todos vão lucrar com isso. Pesquisas

²⁴ RUSCHMANN, 1994.

feitas em comunidades onde o turismo está começando a se desenvolver demonstram bem essa situação. As opiniões mais freqüentes são: o município vai crescer, haverá geração de emprego e renda. Na verdade, a atividade tem todo o potencial de fazer com que essas referências se tornem realidade, mas demanda esforço por parte de todos os atores envolvidos, no sentido de um consenso para o planejamento da atividade e para a implantação de políticas públicas que levem a essa direção.²⁵

Os impactos no meio ambiente físico aparecem logo em seguida, principalmente se o comportamento dos turistas não for direcionado pela comunidade e operadores, e se não houver um plano a ser seguido que enquadre as novas estruturas e serviços que aparecerão, dentro da capacidade de absorção da localidade.

Os impactos sócio-culturais são os últimos a serem identificados (percebido), pois possuem alguns componentes intangíveis e difíceis de mensurar e sua avaliação é bastante subjetiva. Em geral, somente as comunidades que já têm experiência com a atividade sabem relacioná-los, pois implicam a convivência (direta ou não) com um sem número de não residentes visitando o local e demandando serviços. Podem ser divididos em cinco estágios (que podem, mas não devem necessariamente acontecer), equivalentes às fases de predisposição da comunidade local em receber turista. O estágio inicial é aquele da *euforia*: as pessoas estão entusiasmadas e vibram com o desenvolvimento do turismo. O segundo estágio é o da *apatia*, quando a atividade se consolida e o turista é considerado um meio para a obtenção de lucro. O terceiro estágio caracteriza-se pela *irritação*, que se manifesta conforme o turismo começa a atingir níveis de saturação. No quarto estágio, há o *antagonismo*: os moradores culpam os turistas por todos os seus males. E o último estágio, que é o da *consciência*, quando são colocados na balança os prós e contras do desenvolvimento do turismo, da maneira como foi conduzido.

²⁵KRIPPENDORF, J., 1989.

Na análise dos impactos gerados pelo turismo, é necessário conhecer o estágio de desenvolvimento no qual se encontra a área em estudo.²⁶

Características da destinação que influenciam na intensidade dos impactos gerados pelo turismo:

- tamanho do país ou da localidade-destino do turista
- escala em que o turismo é desenvolvido e número de turistas recebidos
- fragilidade do ambiente (natural ou cultural)
- políticas ambientais
- políticas de desenvolvimento em relação ao ambiente local e cultural
- incentivos para o desenvolvimento
- atitudes sociais e culturais da população local

tipos de turistas

- disponibilidade / nível socioeconômico

facilidades e serviços oferecidos ao turista

- infra-estrutura básica e turística da localidade
- nível de desenvolvimento econômico da área
- área urbana ou rural

Esses fatores ajudam a determinar a intensidade dos impactos gerados, que devem ser constantemente monitorados, pois o turismo é uma atividade dinâmica e sua interação com o meio tende a apresentar diferentes nuances.

Reduzindo os impactos

A literatura está repleta com sugestões de como evitar os impactos potenciais do turismo. O ponto de partida é, sem dúvida, considerar a capacidade de recepção da área onde o turismo se desenvolve ou até mesmo de cada atrativo em particular. Também é fundamental disponibilizar infra-estrutura turística adequada e considerar até que ponto a infra-estrutura básica da localidade pode suportar a chegada de turistas.

²⁶ Baseado nos estudos de FRANCE, 1999.

Impactos no meio físico

<i>Aspectos</i>	<i>Impactos negativos no ambiente</i>	<i>Medidas corretivas</i>
Aglomeraco	<i>Stress</i> e baixa qualidade da experincia do turista Mudanas no comportamento dos animais silvestres em reas naturais	Limitar o acesso Expandir (ou reavaliar) a capacidade de carga (baseada, sobretudo, na qualidade de planejamento da visitao)
Desenvolvimento alm do esperado	Perda de habitats Destruio da vegetao Comprometimento dos veios d'gua Eroso em trilhas / locais muito utilizados Impacto na paisagem das estruturas construdas	Dispersar os turistas pelos diversos atrativos e diferentes atividades (por isso a diversidade  importante) Aoes para recuperao do ambiente Colocar em prtica ou fazer planejamento de uso do solo e zonear a rea de acordo com suas fragilidades
Poluio sonora	Irritao da fauna silvestre, da comunidade local e dos turistas	Conduzir campanhas de esclarecimento Estabelecer regras Limitar o acesso de turistas
Lixo	Pode intoxicar a fauna silvestre, que passa a se alimentar do lixo deixado pelos turistas Contaminao de todo tipo (da gua, da paisagem, transmisso de doenas etc.)	Conduzir campanhas de esclarecimento, mutiro de limpeza Estabelecer regras e um planejamento municipal adequado a destinao de resduos Providenciar recipientes adequados para disposio do lixo em lugares apropriados
Vandalismo	Degradao / destruio das estruturas e facilidades Perda irreparvel de recursos naturais, histricos e culturais	Conduzir campanhas de esclarecimento Estabelecer regras Aumentar a fiscalizao
Congestionamento	<i>Stress</i> para o turista <i>Stress</i> para a comunidade receptora	Melhoria dos acessos e transportes pblicos
Trnsito <i>off-road</i> (fora de estrada)	Danos  vegetao, ao solo e  vida silvestre	Conduzir campanhas de esclarecimento Estabelecer regras Aumentar a fiscalizao
Coleta de souvenirs	Remoo de corais, conchas, plantas, fsseis etc., podendo desequilibrar o ambiente, levar a extino desses itens e descaracterizar o local	Educao ambiental e campanhas de esclarecimento Restrioes legais
Coleta de madeira e plantas	Destruio de habitats	Educao ambiental e campanhas de esclarecimento Uso de outros combustveis
Alimentao da fauna silvestre	Mudanas de comportamento e dependncia	Educao ambiental e campanhas de esclarecimento

Fonte: (WTO, 1993).

É muito difícil conseguir antecipar todos os possíveis impactos durante o planejamento o que faz do monitoramento parte importante do sucesso no desenvolvimento da atividade turística.

O turismo é freqüentemente criticado pelos impactos sócio-culturais que gera, especialmente em pequenas comunidades ou naquelas consideradas tradicionais. Embora possa efetivamente causar impactos negativos, deve-se reconhecer que qualquer tipo de desenvolvimento que seja novo para a comunidade poderá causar algum tipo de impacto, pois abre o local a influências externas, como diferenças sócio-econômicas entre residentes e turistas e novos hábitos de consumo.

Algumas medidas de controle de impactos sócio-econômicos são relacionadas a seguir:

- Manter a autenticidade da cultura local (no que diz respeito às manifestações culturais, confecção de artesanatos etc.);
- Disponibilizar incentivos e treinamento que estimulem a criação de empreendimentos turísticos locais;
- Assegurar que os residentes tenham acesso aos atrativos turísticos, às facilidades e serviços;
- Organizar e monitorar os atrativos para evitar aglomeração (capacidade de carga ultrapassada);
- Educar os turistas sobre os costumes locais, sobre comportamentos adequados, enfatizando o respeito ao ambiente visitado e à comunidade receptora;
- Desenhar estruturas e facilidades de modo que sejam harmoniosas com a arquitetura local;
- Capacitar a comunidade local para o trabalho com turismo de modo que os serviços oferecidos sejam de qualidade. Isto pode significar mais trabalho para os locais e maiores níveis de satisfação do turista;
- Envolver a comunidade local, de modo que entendam do que trata a atividade, tomem parte nas decisões que afetam sua localidade e recebam benefícios econômicos. É importante que seja consenso a forma e a escala apropriada para o desenvolvimento do turismo, e isso é muito particular de cada destinação;

- Desenvolver o turismo de maneira gradual, de modo que os residentes tenham tempo de se acostumar e de ir adaptando esse desenvolvimento no sentido de minimizar os impactos sociais e ambientais que venham a ocorrer.

Turismo e Meio Ambiente

Para muitos estudiosos da área ambiental, o nome de "meio ambiente" não configura um conceito que possa ou que interesse ser estabelecido de modo rígido e definitivo. É mais relevante estabelecê-lo como uma "representação social", isto é, uma visão que evolui no tempo e depende do grupo social em que é utilizada.

Quando se decide trabalhar com o turismo de baixo impacto, é fundamental discutir a visão que cada grupo social tem do significado do termo "meio ambiente" e principalmente, de que modo cada grupo percebe o seu meio ambiente e os ambientes mais abrangentes em que está inserido. São fundamentais, na formação de opiniões e no estabelecimento de atitudes individuais, as representações coletivas dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem.

De qualquer forma, o termo "meio ambiente" tem sido utilizado para indicar um "espaço" com seus componentes bióticos e abióticos²⁷ e suas interações em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o. No caso do ser humano, ao espaço físico e biológico soma-se o "espaço" sociocultural. Interagindo com os elementos do seu meio ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, o homem também muda sua própria visão a respeito da natureza e do modo em que vive.

Uma estratégia didática com finalidade turística para melhor interpretar o meio ambiente consiste em se identificarem elementos que constituem seus subsistemas ou partes deles. Assim se distinguem, por exemplo, os elementos naturais e construídos, urbanos e rurais ou físicos e sociais do meio ambiente. No entanto o interprete

²⁷ Componentes bióticos são os seres vivos: animais (inclusive o homem), vegetais, fungos, protozoários e bactérias, bem como as substâncias que os compõem ou são geradas por eles. Componentes abióticos são aqueles não-vivos: água, gases atmosféricos, sais minerais e todos os tipos de radiação - Secretaria de Meio Ambiente São Paulo.

(educador, condutor ou guia) deve ter em vista o fato de que a própria abordagem ambiental implica ver que não existem tais categorias como realidades estanques, mas que há gradações. As classificações são simplificações que permitem perceber certas propriedades do que se quer estudar ou enfatizar. Mas são sempre simplificações.

"Há três níveis ou sistemas distintos de existência – físico, biológico e social -, que obedecem as suas próprias leis. Eles são: a) o planeta físico, sua atmosfera, hidrosfera (águas), e litosfera (rochas e solos), que seguem as leis da física e da química; b) a biosfera, com todas as espécies de vida, que obedecem às leis da física, química, biologia e ecologia; c) a tecnosfera e a sociosfera, o mundo das máquinas e construções criadas pelo homem, governos e economias, artes, religiões e culturas, que seguem leis da física, química, biologia, ecologia e também das leis criadas pelo homem".²⁸

É necessário considerarmos os diversos aspectos do meio ambiente e suas inter-relações. São eles: aspectos éticos, políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos. Dependendo do caso, um aspecto pode ter preponderância sobre outro e variar com o tempo.

Dentro deste conjunto dinâmico e complexo chamado meio ambiente, podemos observar que uma série de fatos e relações que começam a tomar corpo, configurando a questão ambiental, colocando-se aos profissionais que atuam na área o desafio da interdisciplinaridade.

A compreensão do meio ambiente pode levar a ações transformadoras, mas para que isso aconteça é necessário participar de forma ativa e não somente observar passivamente. O turismo pode ajudar nesta questão, na medida em que tira o homem do seu cotidiano e lhe dá a oportunidade de vivenciar e se relacionar com o ambiente visitado, ampliando sua percepção da realidade.

²⁸ Dias 1992.

A percepção homem/natureza

"A percepção que o homem tem da natureza vem se modificando com o passar do tempo. Até meados do século XVIII, as pessoas consideravam a natureza, em seu estado primitivo, totalmente desagradável. O bom e o belo eram os campos cultivados; a terra não arada não tinha valor e indicava homens incultos. Contudo, entre o final desse século e o começo do século XIX, a relação homem/meio ambiente natural mudou de forma radical. As áreas naturais não cultivadas, ainda em estado preservado, passaram a se tornar fonte de inspiração. Contribuíram para essa mudança de atitude vários fatores: as cidades apresentavam, já no começo da revolução industrial, um acelerado crescimento urbano e populacional, e a poluição gerada pelas fábricas começava a alterar a qualidade do ar." ²⁹

Para fugir da realidade industrial e poluidora, o homem começou a buscar cada vez mais, no seu tempo livre, o descanso em contato com a natureza, gerando um aumento na demanda pelas atividades ao ar livre e conseqüente aumento da procura pelas áreas naturais.

"Há inúmeras evidências da mudança de paradigma na sociedade global em relação ao meio ambiente. As atenções e preocupações se voltaram para um novo modelo de crescimento (desenvolvimento), para uma forma sustentável de utilização dos recursos naturais e para o desenvolvimento de tecnologias que nos levem nessa direção". ³⁰

O recente movimento ambientalista mundial chamou a atenção para a necessidade do crescimento com restrições, para a proteção da integridade dos ecossistemas em nome da sobrevivência do planeta e para uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza.

²⁹ THOMAS, 1988.

³⁰ ALBRECHT 1982

Meio ambiente como matéria prima do turismo

O "meio ambiente" é a base dos recursos naturais e culturais, e qualquer atividade econômica, inclusive o turismo, depende da sua proteção em longo prazo.

Qualquer segmento do turismo - tanto o cultural, como o de natureza ou o turismo de massa, depende da qualidade do ambiente visitado. Atualmente, como os problemas ambientais são mais discutidos e divulgados, os turistas estão se tornando cada vez mais conscientes, e evitam visitar lugares poluídos ou degradados ambientalmente. Portanto, tem sido uma tendência a procura por lugares ambientalmente saudáveis.

"A destinação turística não pertence a um único dono mas sim à comunidade como um todo, ou seja, à municipalidade, e seu guardião é o poder público que teoricamente existe para zelar pelos interesses dos residentes. O turista, ao contrário, forma a comunidade temporária ou móvel que não tem poder de voto, mas que pode gerar impacto econômico e social muito significativo para a comunidade local, afetando seu meio ambiente e modo de vida. O poder dos turistas sobre o mercado reside na decisão de visitar ou não uma determinada localidade e de gastar ou não seu dinheiro comprando produtos locais".³¹

"Não é eficiente alavancar o potencial do turismo sem considerar a necessidade de melhorar a qualidade de vida das cidades e regiões. Torna-se cada vez mais claro que o modo de vida das comunidades, suas atitudes e ações, bem como suas formas de atuação, são elementos que provocam atração ou afastamento dos contingentes turísticos".³²

Sendo assim, a proteção do ambiente e o desenvolvimento de uma atividade turística de sucesso são inseparáveis.

³¹ LICKORISH 1991

³² SERSON 1999

Desenvolvimento Sustentável - Histórico e conceituação

Em 1971, um grupo de especialistas se reuniu na Suíça para discutir a questão que as estratégias de desenvolvimento e atividades econômicas dos países desenvolvidos estavam danificando a biosfera. A reflexão feita enfatizava que tanto o excesso de riqueza quanto o excesso de pobreza podiam colaborar para a destruição do meio ambiente.

Em 1972, as Nações Unidas convocaram uma reunião em Estocolmo, Suécia, que foi a primeira conferência internacional formal para se discutir a questão do desenvolvimento e meio ambiente. Nesse mesmo ano, o Clube de Roma, um grupo de cientistas e economistas europeus, lançou um relatório chamado "Limites para o Crescimento", onde sugeriam que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o mundo em breve entraria em colapso ecológico, porque a interferência humana no meio ambiente havia alcançado seu limite.

Embora discutidos incansavelmente por essas lideranças, os problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento aumentavam em escala assustadora, tornando-se logo um problema não mais local, regional ou nacional, mas global.

Em 1983, as Nações Unidas formaram uma comissão para discutir o assunto. Durante três anos, a Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), mais conhecida como Comissão Brundtland, estudou o problema. Em seu relatório final "Nosso Futuro Comum", publicado em 1987, concluiu que as estratégias de desenvolvimento em todos os países deveriam reconhecer os limites de regeneração dos ecossistemas e enfatizou a erradicação da pobreza como requisito fundamental, uma vez que as diferenças sociais muitas vezes implicam a falta de opção em relação ao uso não sustentável dos recursos em nome da sobrevivência.

A WCED 1987, popularizou o termo desenvolvimento sustentável, definindo-o como sendo "... o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades". Ele contém dois conceitos-chave:

- conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Satisfazer às necessidades e às aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas - alimento, roupas, habitação, emprego - não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendido as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

Há muitas maneiras de uma sociedade se tornar menos capaz de atender no futuro às necessidades básicas de seus membros - a exploração excessiva dos recursos é uma delas. Dependendo da orientação do progresso tecnológico, alguns problemas imediatos podem ser resolvidos, mas podem surgir outros ainda maiores. Uma tecnologia mal empregada pode marginalizar amplos segmentos da população.

A monocultura, o desvio de cursos d'água, a extração mineral, a emissão de calor e de gases nocivos na atmosfera, as florestas comerciais, a manipulação genética e o turismo predatório - todos estes são exemplos da intervenção humana nos sistemas naturais durante o desenvolvimento. Até pouco tempo, tais intervenções eram em pequena escala e tinham impacto limitado. Hoje, seu impacto é mais drástico, sua escala maior, e por isso elas ameaçam mais os sistemas que sustentam a vida, tanto em nível local como global. Isso não precisaria ocorrer. No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do

desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Turismo Sustentável

Equivocadamente, sugere-se que o turismo sustentável é simplesmente outro tipo de turismo, sinônimo de alternativo ou sinônimo de turismo de natureza, e antítese do turismo de massa. Mas o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser aplicado a qualquer segmento do turismo. Esta sustentabilidade depende de como a atividade é planejada e executada, considerando os aspectos do meio ambiente da área visitada, sua economia e os fatores sociais.

Segundo FRANCE 1997, o desenvolvimento do turismo deve ser baseado em critérios de sustentabilidade. Deve, portanto:

- ser ecologicamente suportado e ao mesmo tempo economicamente viável;
- distribuir equitativamente seus benefícios;
- observar a ética e ser socialmente aceito pela comunidade receptora;
- estar integrado com todos os aspectos do ambiente, respeitando áreas frágeis bem como a capacidade de carga das áreas visitadas;
- incentivar a participação de todos os atores envolvidos, pois a conservação da herança cultural e natural envolve cooperação, planejamento e manejo;
- garantir a satisfação do turista ao mesmo tempo que direciona o seu comportamento, no sentido da conservação dos ambientes e respeito à cultura local (isso deve ser determinado em conjunto com a comunidade);
- estar integrado com a economia local e promover melhoria da qualidade de vida da comunidade receptora;
- ser necessariamente planejado e aplicar os princípios de sustentabilidade a todos os componentes do produto turístico (desde os transportes utilizados, a harmonia com o ambiente das instalações construídas, a questão do saneamento, do uso de energia etc.);
- realizar um marketing responsável;
- realizar pesquisas e monitoramento.

De acordo com Wall 1997, turismo sustentável é o turismo que é planejado, operado e monitorado de uma maneira que não degrade o ambiente visitado, seja ele natural ou cultural, de modo que a atividade continue se desenvolvendo pelo maior tempo possível.

Turismo Sustentável: Estratégias e Táticas

Atores	Estratégias	Táticas
Comunidade receptora	1) Turismo como parte de uma economia diversificada	a) Planejamento e manejo b) Política de incentivos para encorajar atividades econômicas alternativas
	2) Empregos para a população local, qualificados ou não, na indústria do turismo	a) Educação e treinamento para a comunidade local b) Restrições de trabalho para os não locais
	3) Conservação do ambiente natural	a) Planejamento para alcançar a capacidade de carga b) Educação de todos os atores
	4) Arquitetura harmoniosa	a) Desenvolvimento adequado direcionado por planos diretores
	5) Oportunidades iguais, incluindo as tomadas de decisão	a) Educação da comunidade local b) Analisar diferentes interesses e estabelecer diálogo contínuo
	6) Manutenção dos valores tradicionais	Educação dos turistas
	7) Espalhar os benefícios do turismo através da comunidade sem concentrá-los	a) Táticas desenvolvidas por aqueles que trabalham em todos os setores (público, privado e local) b) Otimização, não maximização
	8) Limites ao crescimento	Planejamento efetivo envolvendo os setores público, privado e organizações locais

Fonte: (FRANCE, 1997)

Turismo Sustentável: Estratégias e Táticas (Cont.)

Atores	Estratégias	Táticas
Operador	11) Responsabilidade na operação e na manutenção da qualidade do ambiente levam a uma atividade econômica de sucesso	a) Educação do consumidor, especialmente fornecendo informações responsáveis sobre as destinações e atividades disponíveis, de modo que o turista faça a escolha mais apropriada b) Educação do turista no que diz respeito ao direcionamento de comportamentos, principalmente quando visitando ambientes frágeis (naturais ou culturais).

Fonte: (FRANCE, 1997)

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável estão intimamente ligados a sustentabilidade do meio ambiente. Encontrar o equilíbrio entre os interesses que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de uma política ambiental e turística adequada.

Turismo de Natureza

O turismo na natureza não é uma atividade nova e os visitantes, que há mais de um século lotavam os primeiros parques nacionais americanos, são bons exemplos dessa atividade. O que vem mudando é a maneira como ela se desenvolve, colocando o homem cada vez mais como responsável pelo ambiente que visita. Pode-se defini-lo como sendo o segmento do turismo que faz uso de recursos naturais relativamente bem preservados, como paisagens, águas (cachoeiras, corredeiras), vegetação e vida silvestre. Portanto, turismo na natureza inclui turismo rural, turismo de aventura, pesca, fotográficos, ecoturismo etc.. São exemplos de atividades deste segmento do turismo: *rafting*, *canyoning*, *bóia-cross*, *mountain biking*, mergulho, escalada, caminhada, observação de pássaros, cavalgada e a pesca esportiva entre outras.

Segundo RUSCHMANN 1997, a natureza torna-se pretexto para a descoberta, a iniciação, a educação e o desenvolvimento do espírito de aventura, dando origem a um novo e promissor mercado.

De acordo com IBAMA/GTZ, 1997 "poder-se-ia argumentar que a conservação da natureza e a proteção ao meio ambiente deveriam acontecer independentemente das considerações econômicas, visto que são essenciais à manutenção da vida humana. Mas, levando-se em conta as altas taxas de destruição e de extinção dos recursos naturais, faz-se necessário imprimir um sentido de valor à conservação da biodiversidade, para que a sociedade como um todo, e cada pessoa em particular, sejam persuadidas de que esta redonda em benefício pessoal e geral para a humanidade".

São quatro os principais argumentos que demonstram a importância da conservação da biodiversidade:³³

- contribuições econômicas diretas, através da grande quantidade de produtos alimentares, farmacêuticos e de uso industrial derivados da fauna e flora, principalmente o uso potencial de outros ainda desconhecidos;
- manutenção dos ciclos ambientais da Terra, como o ciclo da água, dos climas, dos nutrientes e outros;
- valor estético, que deixa as pessoas admiradas e as faz entender a complexidade das inúmeras interligações das diferentes formas de vida;
- valor intrínseco inerente a cada espécie.

³³ INTERNET/BASE DE DADOS TROPICAL, 1992

CAPITULO 4

AS TRILHAS INTERPRETATIVAS E O ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS

Acompanhando a tendência mundial de crescimento do ecoturismo, as Unidades de Conservação (UCs) vêm despertando o interesse de governos, comunidades, empreendedores e pesquisadores.

As UCs são áreas naturais ou semi-naturais sob regime especial de administração, criadas legalmente pelo Poder Público, com localização e limites definidos. Em geral possuem características ecológicas ou paisagísticas especialmente importantes, como elevada riqueza de espécies de flora e fauna, presença de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, amostras representativas de diferentes ecossistemas, significativa beleza cênica ou recursos naturais indispensáveis para o bem-estar das comunidades humanas.¹

O Brasil possui hoje um número significativo de categorias de unidades de conservação, cada uma com características e objetivos de manejo específicos. Apesar do objetivo principal de criação ser sempre aquele da conservação da natureza, o uso permitido para cada categoria é diferente. Por exemplo, há unidades onde estão previstas atividades como a recreação na natureza, a educação ambiental e o ecoturismo, como é o caso dos Parques Nacionais, das APAs – Áreas de Proteção Ambiental e RPPNs - Reserva Particular do Patrimônio Natural.²

Segundo FAO/PNUMA, 1993, "em geral nessas áreas, as facilidades e serviços para os visitantes são mínimos. Ainda que em muitos parques nacionais existam instalações como trilhas, áreas de *camping*, Centro de Visitantes, estacionamentos e mirantes, estas não são suficientes para satisfazer a crescente demanda turística, nem

¹ As pesquisas sobre UCs brasileiras, foram realizadas através do site do IBAMA. Lá se encontram as definições das diferentes categorias, e uma listagem dos parques nacionais criados até o momento. Há também textos que vão sendo substituídos com o passar do tempo, sobre meio ambiente e conservação em geral.

² Idem.

para gerar renda significativa de ingressos. Até agora, os investimentos em infraestrutura foram feitos principalmente por instituições governamentais e através de financiamentos externos. O setor privado não tem tido chance ou interesse em participar, visto que a atividade turística nessas áreas, na maioria dos casos, é considerada ainda insipiente".

Há, no momento atual, um movimento no sentido de tornar mais visíveis as unidades de conservação ao público em geral e aos empreendedores privados em particular. O perigo é que o turismo cresça sem planejamento, sem controle ou administração adequada, de acordo com o aumento da demanda, o que dificultaria harmonizar os objetivos primários de conservação com o desenvolvimento da atividade. Como consequência, em alguns casos pode interferir na implementação de outros programas e ocasionar impacto negativo sobre os recursos naturais e valores histórico-culturais.

O ecoturismo é sugerido como o segmento da atividade turística mais apropriado para ser desenvolvido em áreas naturais protegidas porque é guiado pelos princípios da conservação. Neste caso, assume características ainda mais peculiares, pois deve ser compatível com o manejo integrado da área, deve zelar por sua conservação na medida em que pode gerar renda pela cobrança de serviços etc. Por isso, é de extrema importância o desenvolvimento de políticas adequadas de incentivo a atividade e que permitam que os recursos adquiridos sejam aplicados nas áreas visitadas.

O ecoturismo

A participação do Brasil nas estatísticas do turismo mundial é tímida, considerando-se todo o potencial que possui. A expansão das atividades turísticas está centrada, principalmente, na possibilidade de utilização sustentável dos seus recursos naturais, visto que é o maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta.

De acordo com CARVALHO, 1999, "durante um longo período de tempo, o viés político que permeou as análises técnicas sobre a crise do turismo brasileiro ancorou-se na indignação de que era um absurdo o Brasil, com seu deslumbrante

cenário natural, receber menos turistas do que outros países com menos recursos naturais. Esse discurso caracterizava-se por uma nítida indignação, baseada na crença de que o país, por ter natureza exuberante e diversidade cultural, estava predestinado a ser um dos principais destinos turísticos do mundo."³

No entanto, para a formação de fluxos turísticos, é necessário que se ofereçam produtos elaborados capazes de serem comercializados tanto no mercado interno, como no mercado externo, ancorados em uma infra-estrutura receptiva de qualidade.

O principal problema para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil é aquele largamente mencionado: o país não dispõe de infra-estrutura receptiva e facilidades para os turistas nas unidades de conservação públicas nem no seu entorno. As unidades de conservação privadas começam agora, mas lentamente, a tomar seu lugar no mercado.

Para que o ecoturismo ou qualquer outro segmento do turismo possa se desenvolver de acordo com as expectativas e potencialidades, investimentos têm sido feitos em infra-estrutura, por meio de Programas de Desenvolvimento Regional como o PRODETUR / Nordeste.⁴

O ecoturismo, conceito

O termo ecoturismo foi introduzido por volta dos anos 80, acompanhando o crescimento do interesse mundial sobre a integridade do meio ambiente natural e a necessidade de conservá-lo. Surgiu como uma reação aos impactos negativos causados pelo turismo de massa em ambientes naturais, e pode ser definido como "...a atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas."⁵

Portanto, o ecoturismo possibilita ao turista a vivência em áreas de natureza mais preservada, com o objetivo de lazer e de criar, gradualmente, uma consciência

³ Site da Embratur

⁴ Site do BNB

⁵ embratur/ibama, 1994

ambientalista. Não se desenvolve como o turismo de massa que: concentra um grande número de pessoas em poucos ambientes, se preocupa basicamente em obter a máxima rentabilidade financeira em um curto espaço de tempo, se aproveita de mão-de-obra barata em benefício de poucos e se utiliza de superestruturas. Deve, ao contrário, considerar os efeitos que a atividade pode produzir no meio ambiente natural, social e cultural, evitando assim a degradação destes e, conseqüentemente, dos próprios atrativos turísticos. Abrange em sua conceituação a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e a sua conservação.

Para que o ecoturismo funcione como estratégia de conservação é necessário aliar ao seu processo de desenvolvimentos incentivos sócio-econômicos, de modo que a comunidade receptora perceba que pode obter ganhos reais com essa atividade, sejam eles diretos (emprego e renda) ou indiretos (melhoria da infra-estrutura básica do município). Principalmente nos países em desenvolvimento, onde as pessoas lutam, no dia-a-dia, pela sobrevivência, parece ilógico impor a conservação do meio ambiente natural sem que se garanta primeiramente condições de vida dignas. É imprescindível que a atividade gere benefícios sócio-econômicos significativos, criando empregos, induzindo à instalação de pequenos negócios e à diversificação da economia regional. O envolvimento das populações locais, em geral marginalizados nos demais processos de ocupação e uso do solo, é de extrema importância para a conservação dessas áreas e para a sustentabilidade do produto ecoturístico. Assim, passa a ser mais lucrativo proteger os ecossistemas do que exercer, em nome da sobrevivência, atividades que degradem o meio ambiente.

A prática do ecoturismo

Há bons exemplos do ecoturismo gerando renda e justificando a conservação dos ambientes naturais e culturais em países da África e América Latina. Por exemplo, no Quênia (África), o sucesso do ecoturismo tem feito com que o governo crie e mantenha grandes áreas protegidas. O retorno total do ecoturismo desenvolvido em seus parques nacionais soma US\$40 por hectare, comparado a US\$0,80 por hectare se a terra fosse usada para agricultura. Dessa forma, os animais (sua principal atração turística) tornam-

se muito mais valiosos vivos do que mortos, desestimulando a caça, que começou a ser combatida pela população local.⁶

Pode-se citar como exemplo do que não é ecoturismo a experiência do Nepal. Antes de 1965, menos de 10 mil turistas visitavam anualmente esse país. Atualmente, este número pulou para 250 mil. Como resultado da falta de regras, monitoramento e planejamento durante esses anos, os lugares mais procurados pelos turistas, que são os santuários de Annapurna e Sagarmatha (Parque Nacional), foram modificados drasticamente quanto a seus recursos naturais. Os moradores locais cortaram muita madeira para suprir os turistas com fogo para cozinhar e também para suprir os hóspedes. A população da fauna local declinou visivelmente e as trilhas se encheram de lixo. Embora esses visitantes se considerassem ecoturistas por estarem buscando a natureza, com certeza não poderiam ser classificados como tais, uma vez que sua visita contribuiu para degradar os recursos naturais.

Outro exemplo vem de Khumbu, também no Nepal. Uma pesquisa revelou que os turistas consideravam o desenvolvimento do turismo na área bom por ter melhorado a qualidade de vida da população local. Quando analisamos que qualidade de vida não se traduz somente por valores materiais, percebemos que na verdade essa comunidade perdeu seu sistema tradicional de sobrevivência, foi aculturada e sofreu ruptura social.⁷

O ecoturismo deve seguir regras (código de ética), e oferecer um lazer dirigido, de maneira a minimizar os impactos negativos potenciais e maximizar os positivos. Isto significa compromisso: ecoturismo tem um compromisso com a conservação da área natural e com a manutenção dos valores sociais e culturais da comunidade visitada.

Entretanto, o ecoturismo não deve ser considerado uma panacéia. É essencial enfatizar a idéia de conservação no conceito de ecoturismo. Não podemos nos prender simplesmente no potencial econômico que tem a atividade, ignorando a conservação dos recursos e simplesmente pintando o produto de verde.

Os administradores e gestores de parques, áreas de proteção ambiental, estações ecológicas e outras áreas naturais protegidas utilizam-se, com frequência, de trilhas

⁶ CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996

⁷ Robinson, 1992

interpretativas em programas de ecoturismo visando a conservação dos recursos naturais. Nesse sentido, a interpretação ambiental em áreas naturais vem sendo utilizada como uma estratégia educativa capaz de integrar o ser humano com a natureza. Motivando-o a contribuir para a preservação das unidades de conservação⁸.

A Interpretação Ambiental como Ferramenta para o Ecoturismo

Conceito de Interpretação

Em sua concepção básica, a interpretação é uma tradução. A maioria das pessoas pensa que a interpretação é apenas um processo por meio do qual uma pessoa traduz de um idioma a outro. Do ponto de vista ambiental, a interpretação implica numa tradução de uma linguagem técnica de uma área natural ou área relacionada em termos e ideais para uma linguagem que as pessoas em geral, que não são cientistas, possam entender facilmente.⁹

O primeiro autor a definir formalmente a interpretação foi Freeman Tilden (1957). Tilden não era cientista, naturalista ou historiador, pelo contrário, ele foi um dramaturgo e filósofo. Não tinha nenhuma base nas ciências biológicas ou físicas, aspectos freqüentes em programas de interpretação ambiental, porém era uma pessoa extraordinariamente sensível com um profundo entendimento intuitivo acerca de como as pessoas se comunicam melhor. Este entendimento guiou sua opinião sobre a interpretação que a definiu nos seguintes termos: "Uma atividade educacional que aspira e revela os significados e as relações por meio do uso de objetos originais, através da experiência e por meios ilustrativos em lugar de simplesmente comunicar informação literalmente".¹⁰

Como a sua definição sugere, Tilden visualizou a interpretação como um meio de comunicação que enfatiza as idéias e relações em lugar de fatos e códigos isolados. Embora um interprete possa usar informações confiáveis serão os pontos e significados os primeiros a serem comunicados, não simplesmente os fatos.

⁸ Robim e Tabanez, 1993.

⁹ Sam H. Ham. Interpretacion Ambiental - Uma Guia Prática para Gente com Grandes Ideas y Presupuestos Pequeños.

¹⁰ Tilden, 1957.

Dito de outra forma, Silva (1992), diz que "interpretação da natureza é a revelação de relações ou significados de fenômenos naturais em linguagem entendível às pessoas comuns. É também uma forma de dividir experiências que levam as pessoas a apreciar, entender e cooperar com a conservação de um recurso natural".¹¹

Já para Pagani, "a interpretação é uma técnica didática, flexível e moldável às mais diversas situações, que busca esclarecer os fenômenos da natureza para determinado público alvo, em linguagem adequada e acessível, utilizando os mais variados meios auxiliares para tal".¹²

Os diversos significados sobre interpretação, acima relatados, mostram claramente que os fatos selecionados cuidadosamente numa interpretação podem servir de apoio, ilustração, porém nunca será um fim em si mesmo. A interpretação, portanto, tem como meta a comunicação de uma mensagem que dar resposta a perguntas (o que? por que? para que? como? etc.) com relação a informação confiável que se tenha decidido prestar. A interpretação pode incluir atividades dinâmicas participativas, em que o público recebe informações sobre as características do ambiente natural, assim como aspectos culturais, históricos, econômicos e geológicos de uma região.

No caso de um administrador de unidades de conservação, a interpretação ambiental poderá resolver os mais graves problemas de manejo: os derivados da visitação pública.

O ecoturismo em áreas protegidas utiliza (ou utilizará) essa ferramenta da conservação para a solução de problemas da conservação. A prática da visitação em áreas naturais ou protegidas leva consigo a inerente preocupação em relação à pressão que pode suportar um parque ou uma área de proteção ambiental, quando milhares de turistas ou visitantes utilizam seus recursos recreativos e paisagísticos. Daí que a interpretação ambiental procura a colaboração dos que visitam qualquer "produto turístico" e em especial as unidades de conservação para que, com uma atitude adequada, possam ajudar a proteger da deterioração a área, as comunidades e a infraestrutura a ela ligadas. E, ainda mais, procura que a experiência do visitante possa ganhar em valor educativo e formativo.

¹¹ Silva, 1992

¹² Pagani, et al, 1996

A interpretação ambiental é uma atividade educativa, que não necessariamente faz parte de um processo, mas de uma estratégia de manejo para minimizar os problemas decorrentes do uso público de uma determinada área ou região. Mesmo sendo considerada como um instrumento de visitantes, a interpretação não tem a intenção de entreter o turista, mas de solicitar dele um comportamento ecologicamente correto, ao mesmo tempo em que o sensibiliza como ser humano.

A interpretação ambiental em si mesma pode ser considerada uma ferramenta da educação ambiental e da atividade ecoturística, pois ela se fundamenta no que essas atividades perseguem: dar conhecimento sobre alguma coisa e mudar comportamentos considerados ambientalmente incorretos.

O visitante ao visitar unidades de conservação ou outros destinos turísticos não tem a disponibilidade de tempo para entrar num processo; ele tem apenas um propósito. O intérprete guia ou administrador também não possui esse tempo, pois tem que atender as necessidades de muitos outros visitantes e não pode dedicar tanto tempo a cada um deles. É exatamente nessas condições que aparece a interpretação ambiental, infiltrando doses significativas de estímulo, em curtos espaços de tempo, em busca de uma mudança de comportamento, conhecimento e atitudes perante a unidade para aquele que a visita. É o que Tilden chama de “informação aditiva”, pois é uma mescla de vários ingredientes: pedagogia, vivência, magia, arte, ciência, comunicabilidade, filosofia, receptividade, cuidado, interesse e, uma alta dose de amor pelo trabalho que se realiza, fortemente enraizado na informação e na postura pessoal.

Através da criação de imagens, estímulo de todos os sentidos, aproveitamento das experiências do visitante e ainda sendo uma atividade escolhida por livre e espontânea vontade pelo público, as atividades interpretativas lhe fazem refletir sobre a importância do local onde está e procura seu apoio imediato na manutenção e cuidado da área. O interprete não é um guia de turismo, educador, policial ou fiscal; é uma mistura de profissional que fiscaliza enquanto educa; que educa enquanto cuida e orienta seus conhecimentos sobre o recurso para encontrar aliados na política de proteção do mesmo.

È nesse marco conceptual que a interpretação ambiental atua, pois investe seus esforços em fazer da visitação e da experiência do turista uma arma de desenvolvimento humano redutor de impactos socioambientais.

Princípios Básicos

Os princípios relacionados a seguir deverão ser amplamente utilizados na elabora o de programas interpreta o ambiental, a saber: ¹³

- No momento da interpreta o, relacionar o que se está descrevendo com as características e experiência do grupo de visitantes;
- A interpreta o não   apenas informa o;
- Interpreta o inclui a informa o;
- O propósito da interpreta o não   a informa o pela informa o, e sim gerar questionamentos;
- A interpreta o   uma arte e como tal pode e deve ser ensinada;
- A interpreta o deve ser preparada tendo em vista atender as especificidades do público alvo, ou seja, níveis de conhecimento, interesse, faixa etária.

Como a interpreta o ambiental pode ser utilizada?

A interpreta o ambiental pode ser empregada em programas de interpreta o ambiental como uma forma criativa de “traduzir” todas as informa es científicas e/ou empíricas, que se tenha sobre o meio ou lugar visitado. Ela  , portanto, um meio de comunica o que utiliza todos os sentidos sensoriais do ser humano para facilitar o entendimento das rela es homem-meio-ambiente, procurando uma mudança de atitude em favor daquilo que   necessário preservar ou conservar para elevar a qualidade de vida da sociedade.

¹³ (Tilden, 1957)

Métodos e Técnicas de Interpretação

Para integrar a interpretação ambiental a programas turísticos, especialmente em áreas protegidas, faz-se útil entender as diferentes aplicações dessa ferramenta no desenvolvimento de atividades relacionadas com o ecoturismo.

É importante entender primeiro que os métodos interpretativos dividem-se em dois tipos, de acordo com a participação direta e indireta de um interprete.

- a) Método Personalizado: exige a presença e participação de um guia ou interprete.
- b) Métodos Impessoais: são aqueles que se valem de equipamentos e matérias que dispensam a presença do intérprete, mesmo que possam ser utilizados em conjunto com os métodos personalizados.

Como o turismo emprega a figura do condutor, guia ou interprete e a imensa maioria dos produtos catalogados como ecoturísticos exigem a presença dos mesmos, nesse trabalho será abordado com maior profundidade os ***métodos personalizados***, em especial “trilha interpretativa” – objeto desse estudo, limitando-se a descrever brevemente dos ***métodos impessoais***.

Métodos Personalizados

- **Interpretação Ambulante**: método utilizado por aqueles que possuem atribuições de fiscalização ou supervisão em áreas protegidas. O interprete apenas está preparado para abordar os visitantes do lugar, quando necessário. E essa necessidade vai depender se ele é abordado pelos visitantes ou ele detecta algum problema envolvendo atitudes inadequadas do turista, na área onde se encontra. É uma forma de educar e servir ao visitante enquanto se fiscaliza o funcionamento e manejo da unidade de conservação. Para relacionar essa técnica com os profissionais do turismo pode-se dizer que ela seria útil durante todo o período em que o turista se encontra com o guia do lado. O guia nesse caso aproveita cada oportunidade para interpretar o que pode interessar ao turista e também como uma forma de estimular a correção de atitudes e comportamentos

indesejados por parte do turista. Como por exemplo: jogar lixo, escrever em troncos, elevar o volume da voz etc.

- Palestras: A palestra dentro da interpretação ambiental é uma das técnicas mais completas, pois permite trabalhar todos os fundamentos desse instrumento. No entanto, ela necessita de muita preparação, de apoio audiovisual e experiência na condução de perguntas e estímulo à participação. Sua duração não deve ser maior de uma hora; o conforto do turista é imprescindível; o assunto a ser abordado deve ser atrativo e ameno e a condução da participação dos turistas deve ser ágil para manter o interesse. Basta lembrar que a informação que oferece uma palestra interpretativa é tratada de maneira diferente daquelas de interesse acadêmico ou magistral, pois em lugar de uma narrativa de fatos e uma demonstração de conhecimentos científicos, o interprete tira proveito das experiências dos turistas e permite o descobrimento do conhecimento e a reflexão por parte da audiência. Esta requer um maior treinamento por parte dos guias, mas pode resultar no produto que faz a diferença entre uma empresa e outra, na área turística, ou num programa de interpretação de uma unidade de conservação. Para finalizar a respeito desta técnica, deve ser salientado que em embarcações as palestras não são tão eficientes, devido ao temor que alguns turistas apresentam pelo confinamento obrigatório ao qual estão submetidos todos. Dessa maneira, em embarcações, a interpretação deve ser bem estudada, ágil, breve e descontraída, permitindo assim maior efetividade na transmissão das informações e mensagens.
- Caminhada Conduzida: Geralmente nas atividades ecoturísticas desprovidas de um programa de interpretação ambiental, perde-se uma grande oportunidade de educar e sensibilizar o turista quando se presta pouca atenção aos milhares de assunto que podem ser abordados durante o trajeto, em função da atenção que parece estar centrada no final do roteiro, do “destino turístico”. Uma caminhada conduzida não excede os dois ou três quilômetros e a interpretação durante o trajeto não é improvisada, pois é recomendável que o guia ou condutor se familiarize com o que o turista irá encontrar, ou com o que poderá captar seu interesse. O condutor neste caso deve se preparar com antecipação e conhecer quais as paradas que podem render mais frutos para sua interpretação. Pode

levar alguma material que lhe permita enriquecer seus dados, ou que permita ao turista conhecer área em diferentes estações do ano.

- Excursão: Praticamente os mesmos princípios que regem para a caminhada conduzida valem para a excursão. O que diferencia uma da outra é a distância a percorrer, a qual é superior aos três quilômetros, podendo levar um ou mais dias, dependendo se inclui acampamento ou pernoite. A única recomendação em matéria de interpretação é que os assuntos a serem tratados não necessitam de paradas frequentes, e ainda, pela distância, algumas atividades práticas e dinâmicas de grupo podem ser adicionadas ao programa de interpretação ambiental.
- Trilha Interpretativa: Talvez o uso de trilhas seja a ferramenta mais conhecida dos que guiam turistas em áreas protegidas. Mais é necessário frisar que elas merecem atenção especial e não se confundem com as “trilhas” que podem ser usadas pelas duas últimas técnicas (excursão e caminhada conduzida). A trilha interpretativa é uma técnica muito utilizada em interpretação, onde se estabelece um trajeto de um a dois quilômetros e meio aproximadamente, identificando para ele um tema central, composto de algumas paradas, previamente planejadas, que conduzem ao tratamento de um único assunto, para o qual o intérprete está preparado. Para efeito de planejamento de programas de interpretação ambiental, as trilhas podem ser desenhadas (utilizando croquis) em quase todo tipo de ambiente e depende da criatividade e nível de conhecimento do intérprete. Normalmente as trilhas são encontradas em áreas de proteção ambiental e demais áreas protegidas e podem ganhar tratamento interpretativo quando indicadas as paradas de interpretação, ou ainda possuir placas interpretativas nos lugares mais estratégicos. Dessa maneira, trilhas são um excelente recurso para valorizar a presença dos turistas em um determinado lugar.

Métodos Impessoais

Os métodos e técnicas que não necessitam da presença de ninguém para interpretar as informações que se desejam transmitir aos visitantes e turistas podem se constituir em complementos dos programas de interpretação ambiental, especialmente naquelas áreas que costumam ser usadas por alguns empreendimentos. Tais métodos parecem bastante úteis para aquelas áreas de uso público que são freqüentadas por muita gente, pois a abordagem pessoal fica prejudicada quando a visitação é grande. Neste sentido, empresas turísticas e administrações das áreas públicas podem formar importante parceria para interpretar os recursos dessas áreas, muitas vezes remotas e despojadas de orçamento suficiente para construir painéis, publicar folhetos e fazer exposições. A seguir algumas destas técnicas.

- **Painéis e Letreiros**: São elementos utilizados para informar sobre os recursos do lugar visitado, sua utilização busca induzir o turista a um determinado tipo de comportamento, disposição e atividade. Ambas as técnicas, precisam da ajuda artística de ciências como programação visual, arquitetura e as artes em geral, pois um painel, assim como os letreiros, deve ser atrativo, agradável e com conteúdo. Isso tudo para não passar por instrumento de informação apenas. Nos programas de interpretação ambiental, o uso de painéis é prático porque, num pequeno espaço, centenas de pessoas podem ser informadas, podendo durar alguns meses ou anos, dependendo da rotatividade dos visitantes. Um painel ou um letreiro bem feito pode ser motivo de atração e um momento precioso para ter uma idéia do valor da área, ou de alguns dos seus elementos componentes (fauna, flora, geologia etc.), ou mesmo alguns dos problemas que desejamos combater (lixo, poluição em geral, caça furtiva, coleta de plantas etc.). É recomendável que sejam utilizados materiais resistentes ao vandalismo e que o texto leve em conta o perfil do visitante ou turista que freqüenta o lugar. Suas dimensões, formas e desenhos deverão ser definidos segundo cada caso, cada área e cada tipo de assunto. O importante é que a informação neles tenha um tratamento interpretativo e não apenas informativo. Sua renovação periódica é obrigatória, mas esse período dependerá da disponibilidade de recursos, da rotatividade do público e da resistência dos materiais usados neles. Como toda atividade interpretativa, é requerido o planejamento com antecipação.

- Exibições e Displays: Com uma enorme variedade de alternativas, estas técnicas que permitem expor, de maneira muito criativa, uma parte ou componentes do lugar em que o turista se encontra. São uma espécie de “fotografia” do lugar, ecossistemas ou paisagem anfitriã. Tridimensionais, agradáveis e artisticamente preparadas, as exibições e displays (esta última uma variação anglicana de vitrine) atraem muita gente pela possibilidade de entender em pequeno espaço, como é na realidade o mundo que espera pelo turista. Sua versatilidade lhes permite aproveitar os espaços disponíveis, por pequeno que sejam estes. São excelentes alternativas para centros de informações ou de visitantes, ou mesmo onde se concentre grande quantidade de turistas. São auto-explicativas, mas nada impede que guias, condutores e intérpretes possam utilizá-los como referência para os turistas.
- Material Gráfico: Além da qualidade visual do material gráfico (a diagramação gráfica e a forma ágil de informar), os textos devem ser redigidos de forma a obedecer aos princípios interpretativos, para sensibilizar o turista, de modo a levá-lo não apenas a conhecer o produto que ele pode visitar, mas compreender sua “responsabilidade” perante o “produto” e colaborar para sua preservação e conservação.

Conceito de Trilhas Interpretativas

Trilhas interpretativas são caminhos abertos em um sítio natural, degradado ou não, com atrativos identificados e tem como objetivo elucidar questões sobre o ambiente.¹⁴ É a maneira mais adequada para que cada visitante conheça e aprenda a respeito de ambientes específicos, dos ciclos naturais, do solo e condições climáticas, assim como das plantas e animais que aí se encontram, através de uma caminhada que passa no miolo destes recursos com algum meio de auxílio durante o percurso.¹⁵

Segundo Tilden (1967), as trilhas como meio de interpretação ambiental visam não somente a transmissão de conhecimentos, mas também propiciam atividades que

¹⁴ Souza & Correa, 2000

¹⁵ Arregui, 1975 e Hypki & Loomis Júnior, 1981.

revelam os significados e as características do ambiente por meio do uso de elementos originais, por experiência direta e por meios ilustrativos.¹⁶

Ashbaugh e Kordish (1971), afirmam que a interpretação tem sido frequentemente realizada através de trilhas, implantadas como instrumento básico para programas de interpretação educacional ao ar livre é recomendada em educação ambiental por oferecerem oportunidades de um contato direto com o ambiente natural, direcionado ao aprendizado e à sensibilização. Proporcionando, também, oportunidades de reflexão sobre valores, indispensáveis a mudanças comportamentais que estejam em equilíbrio com a conservação dos recursos naturais.¹⁷

Sendo assim, através de vários métodos interpretativos, desde de folhetos até o uso de um interprete como guia, o visitante pode experimentar o ambiente natural e seus processos e interferências antrópicas numa trilha.

Tipologia e Classificação

A trilha interpretativa nada mais é do que um caminho previamente estabelecido, com comprimento que geralmente atinge 1,5 a 2,0 Km, em forma de círculos, com ponto de partida e final coincidentes, sem cruzar outros caminhos, passagem por diversas estações ou pontos de interesse de preferência devidamente sinalizados, onde pode existir um letreiro com figuras ou painéis e legendas interpretativas.

O uso de trilhas interpretativas tem várias vantagens: em geral permitem aos visitantes apreciar aspectos naturais em seu próprio ambiente, a apresentação seriada sobre determinado assunto ou recurso em pauta diante dos demais recursos da área, além de representar uma experiência recreativa às pessoas.

As trilhas podem localizar-se em parques urbanos; no meio rural; lugares ameaçados; parques estaduais ou nacionais; áreas de belezas cênicas; sítios degradados; regiões de preservação; e áreas recuperadas e/ou em recuperação.¹⁸

¹⁶ Tilden, F. 1967. *Interpreting our Heritage*. The University of North Carolina Press, Chapel Hill.

¹⁷ Ashbaugh e Kordish (1971)

¹⁸ (Souza & Correa, 2000)

As trilhas são classificadas quanto:

- *a função*: vigilância, serviços administrativos, atividades recreativas, educativas, viagens de travessia e interpretação do ambiente natural;
- *quanto à forma*: atalho, linear, circular e oito;
- *quanto ao grau de dificuldade*: caminhada leve, intermediária e pesada; e quanto à declividade do terreno: ascendentes, descendentes ou irregulares.
- *quanto aos recursos* utilizados para a interpretação ambiental da trilha, elas podem ser classificadas de duas formas: *guiadas* (monitoradas) ou *autoguiadas* (não-monitoradas), apóia-se nos recursos visuais e gráficos, ou seja, nas placas numeradas dispostas na trilha.

Sugestões preliminares para o planejamento de trilhas interpretativas¹⁹

- a) Ao planejar a rota inicial de uma trilha, pelo menos um intérprete deve estar presente para ajudar na escolha do percurso, tendo em mente que os recursos mais importantes devem fazer parte dela, entre eles, recursos geológicos, biológicos, históricos e amostras do efeito das ações do homem sobre o ambiente;
- b) Devem ser consideradas as condições de durabilidade e vida dos recursos a serem selecionados quanto à sua inclusão no percurso das trilhas, sendo de interesse conservacionista não incluir áreas que possuam recursos endêmicos e poucos comuns, como por exemplo uma orquídea em extinção.
- c) O traçado das trilhas interpretativas deve ter uma distância apropriada para que possam ser visitadas por pessoas de diversas idades, interesses e habilidades de locomoção. Para que sejam preenchidos estes requisitos, normalmente devem ser constituídas várias trilhas, com informações a esse respeito no início do percurso;
- d) O planejamento das trilhas de interpretação deve combinar os recursos naturais com técnicas aplicadas que não provoquem alterações no meio ambiente.

¹⁹ Lauro Leal da Silva, 1996. MMA, FNMA, UFSM

Protagonistas do Ecoturismo

Participação Local

O entendimento da importância da participação local em projetos de conservação ou de desenvolvimento não é novo. O Banco Mundial já relatava, em 1975, experiências negativas de projetos de desenvolvimento rural, onde esse resultado foi atribuído ao fato de que a comunidade não foi estimulada a participar, e conclui dizendo que a participação local é indispensável para minimizar as chances de rejeição da comunidade às propostas apresentadas.²⁰

O desenvolvimento do turismo requer, na maioria das vezes, mudanças de comportamento da comunidade, no sentido de conservar os recursos naturais e culturais ao invés de consumi-los ou colaborar com a sua degradação. Na prática, é importante que os residentes recebam benefícios do turismo que induzam a essa mudança de comportamento. O principal benefício é, sem dúvida, a melhoria da qualidade de vida.

Pode-se dividir a comunidade local, para efeito de estudo do desenvolvimento do turismo, em três níveis de participação: *os residentes* que não se envolvem com a atividade, mas que podem receber seus benefícios indiretos, como melhoria da infraestrutura básica da cidade; *os empreendedores* ou os que se beneficiam do turismo diretamente e *o governo local*. Esses três segmentos provavelmente têm opiniões, objetivos e idéias diferentes do que seria o turismo ideal a ser desenvolvido na localidade. Cada grupo tem necessidades diferentes e influência variada sobre a tomada de decisão.

Portanto, a participação da comunidade desde o início do planejamento turístico até a sua operação é de extrema importância, pois é o momento de trazer as expectativas ao nível da realidade e de chegar a um consenso em relação a que tipo de turismo desenvolver, com que intensidade e como os residentes podem tirar maior proveito disto.

²⁰ Banco Mundial, 1975...

A participação local vista como um processo vai muito além da simples divisão de benefícios sociais e econômicos. O objetivo maior é o de incentivar a comunidade a mobilizar suas próprias capacidades, sendo atores sociais em vez de passivos beneficiários, levando-os a administrar os recursos, tomar decisões e controlar as atividades que afetam suas vidas.²¹

Além dos direitos que, reconhecidamente, tem a comunidade de participar do turismo que se utiliza do seu ambiente e receber os benefícios advindos do desenvolvimento da atividade, tem também grande parcela de responsabilidade na manutenção da qualidade desse ambiente e no oferecimento de serviços de qualidade que garantam a satisfação do turista. Obedecer às leis sobre o uso da terra e zoneamento, construir de acordo com as leis locais, tomar os cuidados necessários e possíveis com saneamento básico e lixo, "explorar o turismo e não o turista", são algumas ações que podem e devem ser estimuladas.

Educação do turista

O turista tem sua parcela de responsabilidade na manutenção do ambiente visitado. O que ocorre é que muitas vezes faltam-lhe informações sobre como se comportar adequadamente, seja em relação aos costumes da comunidade que o recebe ou quando visitando os atrativos *naturais e culturais*.

Por outro lado, não se deve descartar a hipótese de que a pessoa não seja um mal informado, mas sim um "mal turista", e que se comporte de maneira alienada em relação ao meio que visita, acreditando não ter nenhuma responsabilidade na conservação da originalidade das destinações. Esse tipo de pessoa entende que seu tempo é sagrado e que tem direito a "usar" por aquilo que pagou, acreditando não ficar tempo suficiente para agredir o local.²² De qualquer modo, cabe aos operadores de turismo e à comunidade receptora adequar o comportamento deste turista aos padrões desejados dentro da capacidade de absorção da área, de modo que sua experiência seja positiva e o ambiente e/ou a comunidade não sofram agressões. Ou seja, mais uma vez a responsabilidade da comunidade se sobressai no cuidado com seu próprio ambiente.

²¹ INTERNET/BASE DE DADOS TROPICAL, 1992

²² (RUSCHMANN, 1997)

O impacto nos recursos é determinado muito mais pelo tipo de visitante e seu comportamento do que pelo número de pessoas que acessam a área. Portanto, fornecer informações educativas e esclarecedoras que modifiquem comportamentos inadequados é parte vital na administração dos visitantes.²³ A falta de informação e compreensão é responsável por muitos dos danos provocados pelos turistas nos atrativos naturais e culturais. Informações simples e baratas, aliadas a técnicas de divulgação, podem evitar danos irreversíveis à região.²⁴

O papel do poder público

Cabe ao poder público estimular e regulamentar o desenvolvimento do turismo de modo a beneficiar a comunidade local, implementando leis que levem à melhoria da saúde pública, que garantam a segurança e a qualidade do meio ambiente. É também responsável pela infra-estrutura básica como estradas de acesso, iluminação, coleta e tratamento do lixo e esgoto (de forma que não poluam seus próprios atrativos) etc.. Deve zelar pelo cumprimento das leis ambientais e enfatizar que não só a comunidade, mas todos os agentes envolvidos no desenvolvimento da atividade, devem contribuir para a proteção dos atrativos que são a base do produto turístico.

Segundo a OMT²⁵, na gestão do turismo, o Estado tem as seguintes responsabilidades:

- assegurar o direito ao lazer à população;
- preparar a comunidade para o turismo;
- capacitar ou buscar parceiros que viabilizem a capacitação da comunidade para o trabalho com turismo;
- assegurar o desenvolvimento sustentável através do turismo;
- proteger, manter ou melhorar a qualidade do meio ambiente;
- conscientizar a comunidade para os aspectos do meio ambiente e a necessidade de conservá-los;
- elaborar uma legislação específica para a proteção do meio ambiente e zelar pela sua aplicação;

²³ (WALLACE, 1993)

²⁴ (BLANGY & WOOD, 1995)

²⁵ OMT, *apud* RUSCHAMNN (1997)

- criar e administrar parques e reservas;
- estimular a criação de reservas particulares através de incentivos;
- desenvolver campanhas promocionais (marketing responsável) para áreas específicas.

O governo, em nível local, deve desenvolver estratégias claras para a implementação de uma política de turismo na comunidade, em parceria com o setor privado e a população residente, considerando-se o grau de desenvolvimento que se quer alcançar e tendo como base um planejamento participativo.

Operadores e profissionais do turismo

Neste caso, serão analisados aqueles que trabalham diretamente com turismo: operadores, guias, condutores de visitantes, hoteleiros, donos de restaurante, condutores de transporte coletivo, etc. A esses profissionais cabe uma grande responsabilidade, tanto no que se refere à proteção dos ambientes visitados como em relação à educação e satisfação do turista, já que estão em contato direto com eles. Portanto, devem:

- criar parcerias com o governo local, ONGs locais, comunidade e outros empreendedores do turismo para que as ações sejam numa só direção, a da sustentabilidade;
- procurar envolver a mão-de-obra local;
- implementar programas de capacitação da comunidade para o trabalho com o turismo;
- aumentar esforços no sentido de sensibilizar o turista para a importância da conservação dos ambientes naturais;
- disponibilizar as informações necessárias ao turista, em relação à comunidade que está visitando, ao meio ambiente em geral, aos atrativos especificamente, a comportamentos adequados etc.

Atualmente, como as comunidades receptoras estão mais conscientes do seu papel no desenvolvimento do turismo, começam a exigir uma conduta mais séria dos profissionais, principalmente daqueles que não são locais. Mesmo assim, a realidade

mostra que o que se leva em conta é a oportunidade de mercado e a demanda por certo produto, em detrimento de qualquer diretriz de planejamento e gestão.

Planejamento e Gestão

O turismo bem sucedido não pode prescindir de um planejamento sistematizado, com visão de longo prazo e estrita obediência a legislação; e exige uma gestão adequada. "A capacidade de adaptação e mudanças de quem se dispõe a trabalhar com no ecoturismo, a possibilidade de assimilar novas tecnologias adotadas no moderno processo de gerenciamento ecológico como: pensamento sistêmico, domínio pessoal, visão compartilhada e aprendizagem em equipes serão condicionantes desta atitude inovadora"²⁶.

O planejamento é um processo contínuo de busca de alternativas que possam ajudar no acerto de tomada de decisões. Permite a escolha de alternativas, daquelas que oferece as melhores chances de sucesso.

Dessa forma, para que se possa decidir se o turismo é desejado ou não, é conveniente ou não para uma determinada região, e se for para implementar a atividade, as localidades devem criar fóruns de discussão multidisciplinares, onde estejam presentes todos os segmentos interessados (governo, órgãos responsáveis pelas áreas protegidas, empresários do turismo, comunidade local, ONGs etc.). Baseados em pesquisas sobre a demanda e na habilidade da região de absorver as mudanças trazidas pelo turismo, pode-se determinar o nível de visitação desejado com o maior retorno educativo e financeiro possível sem exceder a capacidade de carga dos ambientes.

²⁶ Senge, 1990.

CAPITULO 5

PROPOSTA DE PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Este capítulo traz como objetivo a organização de procedimentos básicos para a elaboração de um Programa de Interpretação Ambiental para a área delimitada para estudo (Mapa anexo). Para que o programa ganhasse legitimidade foram estimulados contatos diretos com a comunidade em forma de reuniões, palestras, conversas informais. Esses procedimentos visaram orientar a elaboração de temas interpretativos para as trilhas identificadas, a saber: Trilha 1: O homem e a pesca (Rota dos Pescadores); Trilha 2: Comparando ecossistemas (Trilha Mané Bê) e Trilha 3: Observando as águas (Trilha Pedra do Mero). Por fim, as respectivas trilhas foram traçadas e desenhadas em croquis e mapas.

Cabe esclarecer que não se pretende elaborar um sistema de trilha para área, mas sim, utilizando-se de princípios interpretativos, contribuir com as ações do poder público municipal e estadual no planejamento e gestão de atividades turísticas na região.

A metodologia adaptada para a elaboração do Programa de Interpretação Ambiental, teve como base os estudos de Freeman Tilden, Sam Ham, Pagani, Schiavetti, Moraes, Torezan & Vasconcellos e apresenta como orientação para o planejamento de trilhas interpretativas as seguintes questões:

a) Por que um Programa de Interpretação Ambiental¹? Identificação das características, oportunidades e necessidades da área objeto de estudo listas características e valores determinarão o alcance do programa de interpretação.

- Definir os objetivos principais do programa.
- Levantar os fatores que influenciam na seleção dos modos de interpretação (o ambiente, o clima, valores naturais e culturais, históricos, entre outros).

¹ Os programas interpretativos são importantes, porque possibilitam aos moradores e visitantes uma maior compreensão da função e necessidade de conservação dos recursos naturais e culturais existentes na região, servindo como veículo para mudanças de comportamento e reorientação de hábitos, atitudes e valores.

b) (Para quem? Perfil do público atual!) Identificação do público-alvo. Quanto mais o público for identificado, maior a possibilidade de ser desenvolvido um programa pertinente e envolvente. Esta fase do planejamento facilita todas as demais etapas, pois cada público terá características próprias e necessidades especiais.

- Levantar as características da visitação atual (número médio de visitantes baixa/alta temporada), perfil do público atual (moradores da região, grupos familiares, grupos de amigos, excursionistas, turistas estrangeiros, procedência e nível cultural, motivação e tempo de permanência), faixa etária (categorizando em infanto-juvenil, jovem, terceira idade), verificar se a visitação atual apresenta potencial de crescimento.

c) (Para que? Perfil do público desejado). Identificação dos objetivos ou resultados esperado para cada público.

d) (Como?) Escolha do tema ou mensagem.

- Com a finalidade de promover no público alvo o sentimento de pertinência à natureza, deve ser escolhido temas educativos e sensibilizadores coerentes com a trilha traçada. O tema escolhido, deve ainda, proporcionar ao visitante um ponto de referência a ser retido ao longo do percurso. Conhecendo-se os recursos da área a ser trabalhada, o perfil do público alvo e os resultados esperados, fica mais fácil decidir através de que mensagens os (resultados esperados) serão mais facilmente alcançados.

e) (Como?, quem?, quando?, e onde?) Seleção das atividades, meios, métodos e técnicas (estratégias) a serem utilizados na transmissão das mensagens.

Sendo a técnica escolhida a trilha interpretativa, deve-se prioritariamente estabelecer - o número de pontos e paradas mais adequados para o desenvolvimento dos temas ou transmissão das mensagens. Quanto ao público é válido salientar que as necessidades e motivações são diferentes, mas de modo geral, as pessoas captam e retêm mais informações, quanto mais puderem utilizar seus sentidos. Um outro fator importantíssimo é a necessidade de pessoal treinado para a execução das estratégias escolhidas e que preferencialmente sejam da localidade (mais integrado com a realidade e o meio a ser interpretado). Um bom condutor / interprete precisa

ser carismático, inteligente, conhecer bem a área, gostar e saber relacionar-se com o público e possuir capacitação especializada.

f) (Controle) Avaliação dos resultados e reformulação e ajuste do Programa, caso seja necessário.

- Esta última etapa é, na realidade, um processo contínuo que deve acompanhar o programa em todas as suas fases. Sendo um processo de ação- reflexão- ação.

Para o desenvolvimento e aplicação da metodologia acima descrita, foi priorizada a área estuarina do rio Formoso, a praia de Guadalupe (localizada entre a Foz do rio Formoso e a praia da Gamela - Distrito de Barra de Sirinhaém), como ainda, a praia dos Carneiros (Município de Tamandaré)².

Objetivos principais do programa interpretação ambiental

(Por que um Programa de Interpretação Ambiental)

a) Objetivo geral

Levantar informações e mapear os caminhos e rotas náuticas tradicionalmente utilizadas pela população local, a fim de identificar as potencialidades interpretativas dos mesmos para definição de trilhas.

b) Objetivos específicos

- Levantar informações sobre os caminhos náuticos e terrestres tradicionalmente utilizados pela população local (em tempos passados e na atualidade).
- Identificar e mapear os locais mais significativos para visitação que expressem o conteúdo histórico-cultural do lugar e o cotidiano dos moradores (atividades econômicas, artesanais e/ou artísticas).
- Definir trilhas interpretativas (roteiros programados náuticos e terrestres), a fim de estabelecer a difusão de atividades educativas e recreativas na região.

² De acordo com a delimitação da área de estudo descrita no Capítulo I item "1.3" - Abordagem Metodológica.

Diagnóstico Participativo do Potencial da Área Objeto de Estudo

Seguindo os procedimentos da metodologia para a elaboração do Programa de Interpretação Ambiental, além da definição de objetivos para elaboração de um programa de interpretação ambiental, faz-se necessário a realização de um “Diagnóstico Básico Participativo” (consultar Capítulo 1) – entrevista, palestra e oficina com atores de vários seguimentos da sociedade - (Fig. 09 - Cenas da Participação Local), com vistas ao levantamento das “fraquezas” e “potencialidades” da região. Como resultado foi sistematizado as seguintes características:

- a) Existência de empreendedores em turismo classificados como proprietários de hotéis, pousadas, marinas, restaurantes, etc. que, de uma forma geral; não se preocupam em manter vínculos mais estreitos com a comunidade, com a cultura e com a conservação ambiental.
- b) Existência de pescadores, artesãos, produtores de alimentos, condutores de passeios náuticos informais, técnicos em turismo, grupos culturais, músicos, etc. que vem atuando de maneira isolada, sem um maior relacionamento entre si ou com os empreendedores em turismo. Enfim, sem planejamento para o desenvolvimento de suas atividades e sem diretrizes e regulamentos para a gestão do ecoturismo da área.
- c) Existência de Associações Comunitárias e de Classe, Conselhos Municipais e Fóruns Gestores de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS nos municípios de abrangência do estuário de rio Formoso: Sirinhaém (fórum em fase de capacitação), Rio Formoso e Tamandaré (fóruns já constituídos).
- d) Os órgãos locais, estaduais e federais não oferecem informações educativas (sistematizadas), atividades educativas que instruem o visitante sobre o comportamento adequado, exceto o "Guia de Conduta Consciente em Ambientes Recifais" (MMA e Projetos Recifes Costeiros) e alguns panfletos informativos sobre a APA-Guadalupe, entregues sem a validação e envolvimento efetivo dos seguimentos organizados / comunidade local.
- e) Municípios com potencial turístico: recursos naturais e culturais diversificados. Existência do complexo estuarino do rio Formoso, considerado uns dos mais preservados de Pernambuco, grupos culturais (teatro, dança), manifestações populares religiosas, profanas, folclóricas e personalidades locais.

- f) O município de Tamandaré foi considerado pela EMBRATUR um dos Pólos de Ecoturismo do Brasil.
- g) Existência da REBIO de Saltinho (Reserva Biológica de Saltinho), APA Estadual de Guadalupe, APA Federal Marinha Costa dos Corais. Apesar do significado ecológico destas áreas protegidas por lei, as mesmas encontram-se muito vulneráveis a impactos ambientais, faltando maior integração / parceria entre a comunidade e os técnicos das Unidades de Conservação.
- h) Municípios (Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros) inseridos na APA-Guadalupe (primeira Área de Proteção Ambiental do Estado de Pernambuco). Estabelecimento pela GERCO/PE – Gerenciamento Costeiro de Pernambuco, Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC).
- i) Municípios (Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré) inseridos no Centro Turístico Guadalupe - CTG - 1º Pólo Turístico do Estado de Pernambuco.
- j) Município de Tamandaré encontra-se na 3ª oficina do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT: implementação ineficiente do programa os resultados previstos, segundo o assessor especial do prefeito, não estão sendo atingidos / trabalhados "conscientizar a sociedade para importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de trabalho / renda, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural". Em Rio Formoso o programa, ainda não foi iniciado.
- k) Existência de infra-estrutura turística: hotéis, pousadas, restaurantes, bares, edificações e locais de interesse turístico, acervo histórico-cultural. Em contra partida falta melhorar a infra-estrutura básica e turística. Falta, ainda, preservação / conservação dos recursos naturais e culturais. Existe carência de estudos e programas voltados para planejamento do turismo na região.
- l) Potencial para o desenvolvimento do turismo no meio rural, náutico, histórico-cultural, ecoturismo, pedagógico e de aventura.
- m) Localização geográfica e acesso rodoviário fácil. Municípios (Rio Formoso e Tamandaré) próximos a capital (Recife) e proximidade com municípios dotados com infra-estrutura Turística (possibilidades de criação de corredor turístico regional).

Cenas da Participação Local



Fotos: Roberta Nunes

Figura 09 - Reuniões, Dinâmicas de Grupo e Entrevistas

Foto 33 - Fórum Desenvolvimento Local - Rio Formoso

Foto 34 - Fórum Desenvolvimento Local - Tamandaré

Foto 35 - Reunião com a Comunidade - Tamandaré

Foto 36 - Reunião com a Comunidade - Rio Formoso

Foto 37 - Dinâmica de Grupo - Rio Formoso

Foto 38 - Dinâmica de Grupo - Tamandaré

Com intuito de aprofundar a análise do potencial da área objeto de estudo foram, ainda, levantados através de entrevistas, observações e incursões náuticas (marcações de pontos utilizando GPS) no estuário do rio Formoso, os seguintes aspectos:

- A relação do homem com a pesca; Modalidades de pesca ; Artefatos de pesca e produtos capturados (Fig. 10). Peixes da Zona Estuarina; Embarcações tradicionais (Fig. 11). Nomeação dos portos e gamboas; Principais pontos de pesca; Comercialização do pescado; Viveiros; Poluição e pesca predatória; Principais problemas de saúde da população ribeirinha.

De forma geral, pôde-se perceber que a comunidade pesqueira pesquisada vem sofrendo mudanças nos seus hábitos, forma de ver a natureza, qualidade de vida e em especial de perceber a atividade turística no estuário.

Alguns entrevistados da colônia Z: 07 de Rio Formoso mostraram-se desejosos em exercerem atividades de condutores de turismo - ambiente estuarino. Mas em geral, a sua única relação com o turismo ocorre através do prejuízo ocasionado pela circulação indiscriminada de lanchas de veranistas, sobretudo, no verão.

O que se propõe nesse estudo, através do programa de interpretação ambiental, é evidenciar o quanto à pesca artesanal é atrativa. Não podendo ser dissociada do turismo de baixo impacto com passeios náuticos educativos, muito menos da história do Brasil. Historicamente, o período inicial da evolução da pesca no Brasil pode ser demarcado pelo espaço de tempo entre o período colonial e a chegada de açorianos e japoneses no país. Neste momento, os índios foram peças importantes por apresentarem um grande conhecimento da atividade pesqueira, apetrechos de pesca (saber tradicional que apresenta suas marcas até os dias de hoje - Fig. 10 e 11). Assim, reconhecendo o enorme potencial da pesca artesanal como atrativo turístico é que se propõe um melhor conhecimento sobre a relação do homem com a pesca e com turismo. Abordagem melhor demonstrada nas páginas 159 a 165 - (Figuras 20 a 23 - “Rota dos Pescadores”).

Artefatos de Pesca



Figura 10 - Artefatos de Pesca

Foto 39 - Eic heiro

Foto 40 - Captura de Crustáceos

Foto 41 - Anzol

Foto 42 - Covo

Foto 43 - Gereré

Foto 44 - Redinha

Foto 45 - Ratoeira

Foto 46 - Rede de Gamboa ou Tapagem

Foto 47 - Rede de Gamboa

Fotos: Roberta Nunes

Embarcações Tradicionais

Fotos: Roberta Nunes



Figura 11 - Embarcações Tradicionais

Fotos: 48,49 e 50 - Baidarras

Foto: 51 e 54 - Jangadas

Foto: 53 - Canoa de um tronco só

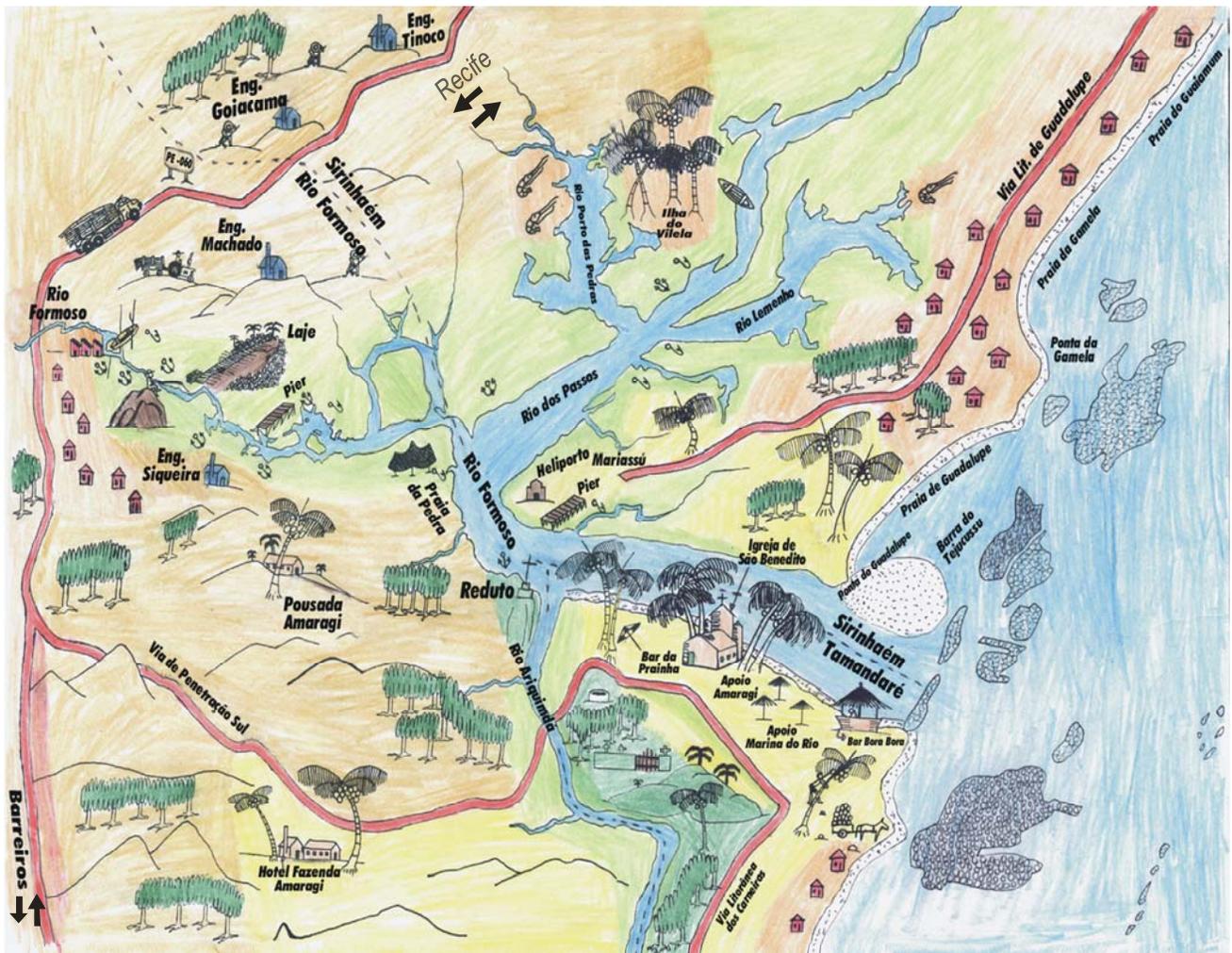
Análise Socioeconômica e Ambiental do CT-Guadalupe

O presente item visa aprofundar informações gerais, levantadas em atividades de campo, sobre a estruturação das atividades econômicas praticadas nos limites do CT-Guadalupe e os principais problemas ambientais observados, sobretudo, no Distrito de Barra de Sirinhaém, nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré (especificamente nas áreas de entorno do sistema estuarino do rio Formoso). Problemas esses que, minimizados e redirecionados, poderão vir a constituir-se em qualidade de vida e desenvolvimento local, com geração de trabalho e renda, diminuindo os aflitivos entraves que a região enfrenta. Tem-se consciência, portanto, que o encaminhamento de soluções para as questões ambientais da APA passa por uma estratégia refletida e amadurecida de gestão que estabeleça, de forma prioritária e efetiva, a participação das lideranças (legítimas) dos vários seguimentos da sociedade, visto que, algumas atividades econômicas e de subsistência clamam por mudanças e por práticas mais condizentes com o desenvolvimento sustentável da região.

As populações das áreas litorânea, rural e urbana da APA-Guadalupe vivem, em sua maior parte, da agricultura (essencialmente cana e lavouras de subsistência), e/ou da pesca e veraneio, do cultivo do coco, do pequeno comércio fixo (supermercados, armazém de construção, mercadinhos, frigoríficos, bares, barracas fixas, restaurantes, pousadas) ou ambulante (vendas de artesanatos, pescaria, frutas, verduras, barracas na praia em fins de semana), da prestação de serviços públicos e como autônomos, assim como do trabalho remunerado nas fazendas e sítios de coco e como caseiros nas residências de veranistas (Fig. 12 - Mapa Figurativo das Atividades Socioeconômicas e Ambientais da Área de Estudo e Fig. 13 a 16 - Cenas da Economia Local).

As áreas de entorno do complexo estuarino do rio Formoso, de uma forma geral e do ponto de vista natural, estão marcadas por ecossistemas associados e faunas correspondente: manguezais, restinga, mata atlântica, áreas de salgado. Do ponto de vista espacial e de ocupação, estão delimitadas por alagados e manguezal, morros e colinas, terraços marinhos atuais, margens de rodovias, como ainda, desenhadas por engenhos, sítios de coco e fazenda (hotel), pousada, marina, bares, píeres, portos, sítios históricos, viveiros de camarão, planície costeira bordejada por gamboas, áreas de expansão urbana planejada - loteamentos e espontânea – invasões.

Figura 12 - Mapa Figurativo das Atividades Socioeconômicas e Ambientais do CTGuadalupe



Como será demonstrado a seguir (Figuras 13 a 19 – Cenas da economia local), a pesca e a agricultura são as principais atividades econômicas exercidas na região. Além do veraneio e do cultivo do coco.

Cenas da Economia Local



Figura 13 - Agricultura - Cultivo da Cana-de-Açúcar - Rio Formoso
Fotos 55 e 56 - Trabalhadores rurais - corte da cana-de-açúcar
Fotos 57 e 58 - Colheita - Transporte da cana-de-açúcar

Fotos: Roberta Nunes

Cenas da Economia Local



Figura 14 - Atividades - Pesca e Veraneio - Praia dos Carneiros - Tamandaré

- Foto 59 - Atividades Náuticas
- Foto 60 - Bar e Restaurante Bora Bora
- Foto 61 - Pescado no samburá
- Foto 62 - Pescador Ambulante
- Foto 63 - Pescaria na Jangada

Fotos: Alex Fafe

Cenas da Economia Local



Fotos: Roberta Nunes

Figura 15 - Agricultura - Cultivo do Coco - Tamandaré

Foto 64 - Trator

Foto 65 - Caseiro - Tirador de coco

Foto 66 - Tirador de coco com a peia e facão

Foto 67 - Carroça - Tração animal

Fotos 68, 69 e 70 - Armazém de coco

Foto 71 - Sítio São José

Foto 72 - Sítio São José - Cultivo do coco

Cenas da Economia Local



Figura 16 - Comércio Fixo e Ambulante

Foto 73 - Pescador - Rio Formoso

Foto 74 - Venda de Sii - Porto de Rio Formoso

Foto 75 - Venda de guaiamum - Sede de Rio Formoso

Foto 76 - Venda de Frutas (Ambulante) - Sede de Rio Formoso

Foto 77 - Venda de Macaxeira (Ambulante) - Via Litorânea dos Carneiros - Tamandaré

Foto 78 - Comércio de Frutas - Distrito de Barra de Sinhaém

Fotos: Roberta Nunes

O resultado da combinação desse conjunto de características é a convivência conflituosa entre os veranistas e os pescadores, ecossistemas existentes e o uso e ocupação do solo que se dá, em que na maioria dos casos, como a atividade turística, sem planejamento e gestão.

Em face disso, os municípios de Sirinhaém (Barra de Sirinhaém), Rio Formoso e Tamandaré tem como principais problemas de ordem ambiental e social: a falta de sustentabilidade dos recursos naturais (esgotáveis), falta de saneamento básico, presença de pobreza (pessoas sem trabalho), moradia precária, baixos índices de educação formal e informal (educação de base) e saúde, sobretudo a população ribeirinha, fenômenos esses que tendem a ampliar-se com a continuidade do uso indiscriminado e predatório dos recursos naturais juntamente com a ocupação inadequada do solo e falta de estratégias para agregação de renda a pesca artesanal, sendo o ecoturismo uma alternativa possível.

Uma das formas de minimizar os conflitos citados acima, defendida por esse estudo e, portanto específica, é levar a comunidade a refletir sobre as potencialidades do lugar para o desenvolvimento de um programa de interpretação ambiental, sobre os agravos ambientais vividos no contexto do seu entorno de moradia, no local onde retira o seu sustento (estuário), possibilitando meios para que problematize a sua existência cotidiana. Para isso, na ocasião do trabalho de campo, foram estruturadas ações voltadas a comunidade local para estimular uma dinâmica de co-responsabilidade da comunidade na prevenção e "minimização" da degradação ambiental, informando e orientando-a através de palestras, oficinas e campanhas educativas (Fig. 17 - Cenas da Participação Local).

Neste sentido, busca-se a percepção de que a comunidade também responsável pelas soluções de seus problemas e melhoria da qualidade de vida. Dessa forma, o compromisso individual e coletivo pode então ser resgatado. A questão da responsabilidade do Poder Público passa então a ser complementar à prática social e não excludente.

Participação Local

Cenas da



Fotos: Roberta Nunes



Figura 17 - 1º Ciclo de Atividades Educativas para Limpeza do Manguezal de Rio Formoso

Foto 81 -Palestra Experiência de Sucesso -EMLURB

Foto 80 - Oficina: Maquete Pontos Turísticos de Rio Formoso

Foto 81 - Feira de Oportunidades Locais -Artesanato

Fotos 82 a 86 - Campanha Educativa: Limpeza do Manguezal de Rio Formoso

Infra-estrutura e Serviços

De acordo com os usuários / visitantes a área "atende as suas expectativas", pois "procuram um ambiente preservado e primitivo sem um fluxo intenso de pessoas". Os entrevistados só apontaram a necessidade de maior sinalização e melhoria do acesso entre a via litorânea dos carneiros (ainda em construção) e o Bar da Prainha, devido aos ônibus de turismo ficarem, freqüentemente, atolados na areia fofa do caminho que dar acesso ao bar.

A partir das observações realizadas nas atividades de campo foi possível identificar, ao longo da área delimitada para estudo, infra-estruturas de apoio turístico (Anexo - Mapa de Localização da Infra-estrutura): rodovias (PE-060, Via Litorânea de Guadalupe, Via de Penetração Sul e Via Litorânea dos Carneiros), engenhos (Siqueira, Machado, Goiacana e Tinoco), hotéis (Fazenda Hotel Amaragi, Resort Praia dos Carneiros), Bar Píer da Pedra, píeres, portos e ancoradouros, ponto de pesca, entrada de gamboas (registrando os seus respectivos nomes), Marina do Rio e Heliporto de Guadalupe. Uma recente infra-estrutura (equipamentos turísticos) se estende, também, as margens da praia dos Carneiros empreendida, em sua maioria, pelos proprietários dos sete sítios de cocos à beira mar que integram os seus 5 km de praia. Próximo à faixa de praia é possível encontrar casas de aluguel para finais de semana e temporada. Além do aluguel de casas, dois proprietários construíram em seus sítios bares: Bar da Prainha (Sítio da Prainha), Bar Bora Bora (Sítio Rosário) e os proprietários do Sítio Gameleiro e Manga Rosa construíram Chalés tipo Bangalôs (bem estruturado e com a arquitetura integrada ao ambiente). Está integrada a paisagem, também, a Igreja de São Benedito no Sítio Boa Esperança que dispõe, também, de casas para alugueis e pretende organizar um circuito de trilhas em sua propriedade. Seguindo a faixa de praia, é possível encontrar, ainda, um Ponto de Apoio (bar/restaurante) que pertence aos proprietários do Hotel Fazenda e Resort Praia dos Carneiros (município de Rio Formoso). Estes empresários empreendem, também, passeios náuticos (desprovidos de programas interpretação ambiental) realizados em parceria com a Marina do Rio que disponibiliza de um pequeno apoio anexo (ao apoio Amaragi). Mais recentemente, no final do ano de 2002, foi aprovado e está em execução a construção de um resort, "Resort dos Manguinhos" no Sítio Manguinhos.

Marinas

Em número de cinco, as marinas surgiram na área a partir de 1990. Concentram-se no município de Tamandaré, entre as Praias de Tamandaré e das Campas, excetuando-se apenas a Marina do Rio, situada à margem do rio Ariquindá. Fora deste município localiza-se somente a Marina de Santo Aleixo, no distrito de Barra de Sirinhaém (Fig. 19 - Infra-estrutura de Tamandaré – Formulário de entrevista, anexo).

Com capacidade que varia de dez a oitenta vagas, as marinas são, na realidade, garagens de embarcações. Constam de um galpão grande com estrutura em madeira, peças premoldadas ou alvenaria e cobertura de telha de amianto. Na parte externa, em geral, possuem uma rampa para descida dos barcos até a praia. Na parte interna, além da dependência destinada à guarda das embarcações, possuem oficina, depósito e escritório. Contam, entre os equipamentos, com lava-jato, guincho, compressor, carregador de bateria, telefone e rádio para comunicação. Complementando as instalações, existem poço e bomba hidráulica.

QUADRO - MARINAS EXISTENTES NA APA DE GUADALUPE – 2001

NOME/LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE (Número de vagas)	N. DE EMBARCAÇÕES EXISTENTES NA ÉPOCA DA PESQUISA	N. DE EMPREGADOS	
			Na Alta Estação	Na Baixa estação
Marina Sto. Aleixo /Barra do Sirinhaém (Praia da Barra)	50	16	06	04
Marina Alto Mar /Tamandaré (Praia das Campas)	80	59	12	08
Marina Campas 1 /Tamandaré (Praia das Campas)	80	66	10	06
Marina do Rio /Tamandaré (Rio Ariquindá)	6010	50 09	07 04	05 02
Marina Pontal do Maceió / Tamandaré (Praia Pontal do Lira)	50	35	10	05
TOTAL	370	250	55	34

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2001

A quase totalidade dos proprietários das marinas reside em Recife. A clientela é constituída por veranistas de classe média e média-alta, na faixa etária de 25 a 50 anos, a maior parte proveniente de outras cidades (Recife, Caruaru, Garanhuns, Surubim, Santa Cruz do Capibaribe, etc.) e mesmo de outros estados do país.

Dentre as embarcações guardadas, encontram-se lanchas e jangadas de variadas potências, veleiros e jet ski. As marinas dispõem de embarcações para socorro e aluguel e prestam serviços de guarda, guinchamento, lavagem, lubrificação e abastecimento das embarcações sob seus cuidados. Os serviços de reparo que exigem mão-de-obra especializada são, em geral, terceirizados.

O pessoal ocupado na atividade divide-se em fixo e temporário e varia com o porte da marina e a época do ano, oscilando, em média, de 30 a 50% entre a alta e a baixa estação. A mão-de-obra empregada inclui vigilante, marinheiros (habilitados pela Marinha) e pessoal de manutenção, sendo a maior parte residente na própria localidade.

Os problemas detectados na atividade foram: construção irregular na faixa de praia; infiltração da água de lavagem no solo arenoso, comprometendo o aquífero raso; falta de sinalização de segurança na área de praia; degradação dos *recifes*, em decorrência da atracação de barcos nos mesmos; e lançamento de lixo no mar e pisoteio e retirada de corais pelos usuários das embarcações. Faltando, ainda, roteiros náuticos com caráter educativo e preventivo.

Instituições Científicas, Tecnológicas e de Pesquisa (Fig.19 - Fotos)

- a) APA-Guadalupe - Centro de Visitação e Escritório.
- b) Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste – CEPENE.
- c) Projeto Recifes Costeiros.

Tamandaré Infra-estrutura

Fotos: Roberta Nunes



Figura 19 - Infra-estrutura - Tamandaré

Foto 87 - Marina Pontal de Maceió

Foto 88 - Barracas Padronizadas

Foto 89 - Marina Alto Mar

Foto 90 - Marina das Campas

Foto 91 - Sede do Centro de Visitação da APA- Guadalupe



Foto: site IBAMA - PE

Procedência e Perfil do Visitante

(Para quem? Perfil do público)

A partir dos dados obtidos através de entrevistas semi-estruturadas, diagnóstico participativo e observação, com a finalidade de conhecer e traçar o perfil dos visitantes, estima-se preliminarmente que o número de visitantes que chegam ao município de Tamandaré (grande receptor de visitantes da APA- Guadalupe na alta estação) que conta com uma população local de um pouco mais de 18.000 habitantes, nos períodos de veraneio chega, muitas vezes, a receber em torno de 40.000 pessoas.

A maior parte da população flutuante é composta por veranista e passantes, grupos familiares e de amigos procedentes: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Recife e Região Metropolitana. Sendo esse quantitativo acrescido por grupos de hóspedes do Hotel-Fazenda Amaragi e do Resort Paraia dos Carneiros - Rio Formoso (que se concentram, para as atividades de lazer, na praia dos Carneiros), procedentes da Europa, destacando-se Portugal, seguido de excursões provenientes das agências Look Turismo e Sevagtur, procedentes de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, etc. A faixa etária é bastante diversificada variando entre jovens e terceira idade; o grau de escolaridade oscila entre 1º, 2º e 3º graus.

Os dados, preliminares (sem apresentação de dados percentuais), acima sinalizam que o público que frequenta, especificamente, a praia dos Carneiros (Tamandaré) possui condições sociais e educacionais que lhes permitem um acesso "mais fácil" à informação, quando comparados àquele de nível social e escolar mais baixo. Portanto, era de se esperar que apresentasse maior conhecimento e maturidade em relação às questões ambientais.

Entretanto a realidade investigada sugere que o perfil do usuário / visitante, está um pouco distante de se integrar em processo maior de conservação ambiental, haja vista que grande parte deles são usuários de lanchas que circulam de forma indiscriminada, outros, uma grande maioria, não sabe o que significa uma Unidade de Conservação, nem mesmo tem conhecimento que estão em uma (APA) área de proteção ambiental. Além disso, declararam que não participam de qualquer atividade ou ação em favor da natureza. Fato que indica a pertinência da elaboração de programa de

interpretação ambiental. Quando questionados quanto ao motivo da procura pela área, muitos declararam que "buscavam uma maior aproximação com a natureza", sugerindo que apesar dos fortes hábitos urbanos existe uma grande necessidade, por parte das pessoas, de contato com um ambiente natural conservado. No entanto, observa-se que esta não é uma prática refletida, uma conduta conservacionista e sim uma mera intenção (palavras desprovidas de ação).

Outra manifestação do perfil do visitante é a sua receptividade e interesse por passeios (programados) náuticos e terrestres que visem à proteção ambiental, uma vez que a grande maioria considerou a estruturação de trilhas interpretativas uma iniciativa interessante e muito importante. Um programa de interpretação ambiental traçado a partir de conteúdos educativos e na relação pessoal e direta com o visitante é a integração dele para com as necessidades ambientais da área.

Frequência às Áreas

Os dados obtidos através de entrevista com os proprietários da área e de equipamentos turísticos, objetivando identificar os níveis de frequência do visitante, indicam ser os finais de semana e feriados os dias em que há maior visitação. De forma geral, esta visitação ocorre mais intensamente nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Em março a circulação de pessoas já começa a diminuir, acentuando-se, apenas, no feriado da semana santa.

Identificação do público (conclusão)

Com base nas observações, pesquisas e entrevistas em campo sobre a procedência e perfil do visitante / perfil do público desejado, a área de estudo apresenta como público (existente e potencial), a seguinte classificação de visitantes:

- ➔ Visitantes em excursões (grupos),
- ➔ Visitantes individuais de um dia (day-use);
- ➔ Praticantes de atividades náuticas e mergulhadores;
- ➔ Estudantes;

- Pesquisadores;
- Fotógrafos amadores e profissionais;
- Esportistas;
- Compradores de souvenirs.

Proposta de Trilhas Interpretativas

Em consonância com caracterização da área de estudo, com os objetivos, a pesquisa de campo, entrevistas com a comunidade e o perfil dos visitantes, foram selecionados para esse estudo, três trilhas com potencial interpretativo: Rota dos Pescadores; Trilha Mané Bê e Trilha Pedra do Mero.

Trilha 1. ROTA DOS PESCADORES

- **Tema Central:** O Homem e a Pesca
- **Roteiro / Pontos e Paradas:** Fig. 20 a 23 – Croqui e Fotos.
- **Localização:** o estuário do rio Formoso, situa-se a jusante da cidade de mesmo nome e a, aproximadamente, 90 km da cidade do Recife. A sua bacia hidrográfica abrange uma área de 2 724 ha, localizada no litoral dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré.
- **Acesso:** BR-101 / Sul, PE-60, Sede do Município de Rio Formoso
- **Meio de locomoção:** auto-passeio / ônibus urbano ato Rio Formoso. Para realizar a Rota dos Pescadores, e possível utilizar embarcações artesanais conduzidas por pescadores da região Os pescadores são grandes conhecedores do ambiente estuarino e da cultura da região.
- **Extensão da trilha:** A distância entre a cidade e a foz do rio Formoso, é de aproximadamente 10, 5 km.

ZONA 1: Zona Estuarina Superior, inicia nas proximidades da cidade do Rio Formoso e vai até a sua desembocadura no leito do rio dos Passos (**percurso - 4,8 Km**). Apresenta morfologia muito complexa, tendo as suas margens colonizadas por manguezais e bancos areno-lamosos na baixa-mar. A Profundidade média inferior é de 2 metros.

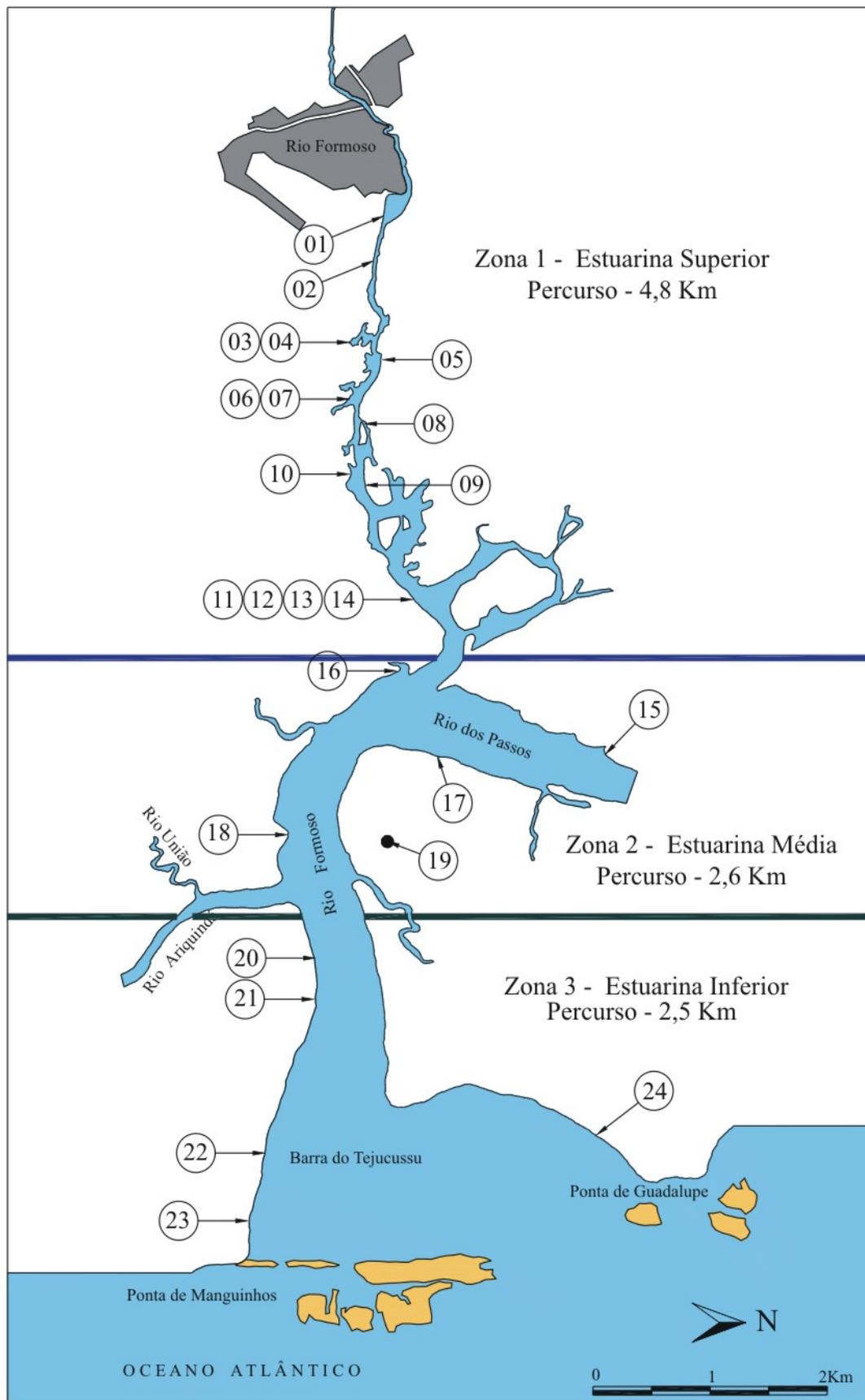
ZONA 2: Zona Estuarina Média, compreende ao trecho entre os canais dos nos dos Passos ao Ariquindá (**percurso - 2,6 Km**) Neste estudo, ampliaremos a extensão da área, ou seja, adentraremos no canal do no dos Passos ato o Ponto de Pesca na Ilha do Vilela e no canal do no Ariquindá, ate o Mané Bê (integração hidrográfica / terrestre). Forma de U com abertura para o mar. Presença de sedimentos lamosos na margem esquerda contra acumulações arenosas na margem direita. Profundidade média de 5 metros. Canal principal ancorado na margem direita. Rio dos Passos, paralelo a linha de costa, com 9 km de extensão e com largura variando entre 200 e 600 metros.

ZONA 3: Zona Estuarina Inferior, compreende ao trecho entre a Ponta de Guadalupe e a desembocadura do Rio Ariquindá (**percurso - 2,5 Km**). É o trecho mais largo do estuário onde destaca-se a presença de dois canais, um de fluxo e outro de refluxo, situados próximos às margens e divididas por um pequeno banco arenoso. O canal da margem esquerda tem 5 metros e o da direita 3m de profundidade (Fig. 20).

Grau de dificuldades: leve

- **Pontos de atração** (temáticos / interpretativos): formação da bacia do rio Formoso: rios Formoso, dos Passos, Lemenho, Pedras e Ariquindá; sistema associados e fauna correspondente de manguezais, restinga. Mata Atlântica, áreas de salgado; planície costeira bordejada por gamboas e portos / ancoradouros; sítio históricos (reduto, igreja de São Benedito, engenhos; desenvolvimento de atividades produtivas: pesca artesanal, agricultura (cultivo da cana de açúcar) e frutas tropicas; infra-estrutura (Fazenda Hotel, pousada, pousada, chalés, bares e marinas).
- **Serviços de apoio:** Bar de D Maria do Siri (Porto de Rio Formoso), Píer da Pedra (bar / restaurante), hotel Fazenda e Resort Amaragi, Marina do Rio, Bar da Prainha, hotéis e pousadas na sede do município (Rio Formoso) e Chalés c Casas para aluguel (praia dos Carneiros).

- **Recomendações:** sinalizar a trilha demarcada monitorá-la periodicamente, conservar o acesso, confeccionar materiais educativos, contendo especificidades de todos os pontos de atração. Na Rota dos Pescadores deve-se privilegiar os percursos (zona estuarina 1 e 2 – Fig. 20) que privilegie os principais pontos de pesca e portos / gamboas da região que foram tradicionalmente nomeados (oralmente) pelos pescadores mais antigos da região. Destacar a rotina dos pescadores nos seguintes aspectos: relação do homem com a pesca, modalidades de pesca e comercialização do pescado, peixes da zona estuarina, artefatos de pesca e produtos capturados e tipos de embarcações. Sendo importante refletir, também, sobre a poluição e pesca predatória.



Trilhas, Veredas para Discussão do Turismo nas APA'S
O Caso APA - Guadalupe

Fig. 20. Croqui da Rota dos Pescadores - Estuário do Rio Formoso

Fonte: Lira *et al.*, 1979- Adaptado, 2003

Estuário do Rio Formoso Rota dos Pescadores



Fotos: Roberta Nunes

Figura 21 - Rota dos Pescadores - Estuário do Rio Formoso

Foto 01 - Ponto de Pesca - Anzol

Foto 02 - Pedra Grande - Antigo Canal de Viveiro de Peixes

Fotos 03 e 04 - Porto Manoel Cardoso

Foto 05 - Laje

Fotos 06 e 07 - Porto João Aleixo

Foto 08 - Fier

Estuário do Rio Formoso

Rota dos Pescadores



Fotos: Roberta Nunes

Figura 22 - Rota dos Pescadores- Estuário do Rio Formoso

Foto 09 - Eoi - antigo Porto das Barças

Foto 10 - Porto do Demanda

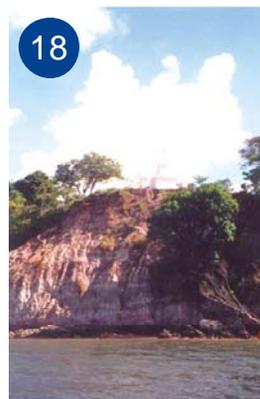
Fotos 11 a 14 - Atividade de Ostricultura

Foto 15 - Ilha do Vilela

Foto 16 - Fier e Restaurante da Praia da Pedra

Estuário do Rio Formoso

Rota dos Pescadores



Fotos: Roberta Nunes

Figura 23 - Rota dos Pescadores - Estuário do Rio Formoso

Foto 17 - Rio dos Passos

Foto 23 - Bar Bra Bra - Ponta dos Manguinhos

Foto 18 - Cruzeiro do Reduto

Foto 24 - Praia de Guadalupe

Foto 19 - Heliponto de Guadalupe

Foto 20 - Bar da Rainha

Foto 21 - Igreja de São Benedito

Foto 22 - Ponto de Apoio Amaragi

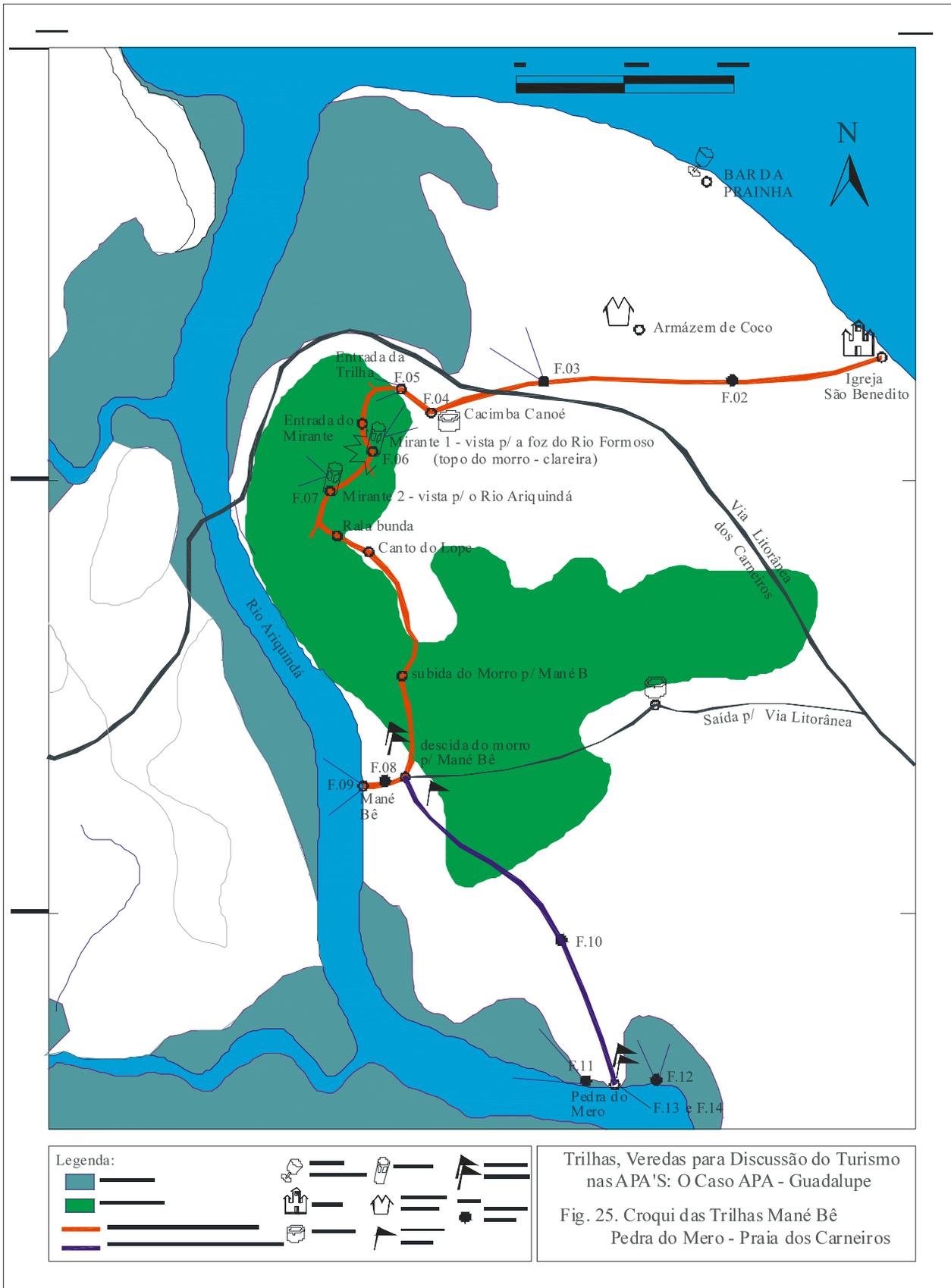
TRILHA 2. TRILHA MANÉ BÊ (Terrestre e Náutica)

- **Tema Central:** Comparando Ecossistemas
- **Roteiro / Pontos e Paradas:** Fig. 24 a 26 – Croqui e Fotos.
- **Localização:** Sítio Bela Vista e Boa Esperança – praia dos Carneiros / Tamandaré
- **Acesso:** a praia dos Carneiros encontra-se em área particular e seu acesso é feito pela PE-60 – PE-76 – Sede do Município de Tamandaré – após 9 km, toma-se a Via Litorânea dos Carneiros. Sua acessibilidade pó se dar, ainda, por caminhada a partir da praia de Campas, sentido norte e trilha náutica (estuário do Rio Formoso).
- **Meio de locomoção:** auto-passeio / ônibus urbano até Tamandaré. A trilha pode ser percorrida a pé, parte dela pode ser feita de bicicleta ou a cavalo (trecho Igreja de São Benedito e Cacimba Canoé e/ou Mané Bê / Via Litorânea).
- **Extensão da trilha:** 2,3 km
- **Grau de dificuldade:** misto (caminhada intermediaria e pesada)
- **Ponto de atração (temáticos / interpretativos):** sítios antigos, igreja, armazém de coco e artefatos utilizados no cultivo, mirantes natural, diversidade de ecossistema que apresentam cenários absolutamente distintos que se estendem desde a linha de costa, águas marítimas, mata de restinga, manguezal, remanescentes mais antigos de Mata Atlântica e rio, formando um misto de paisagens naturais, culturais, fatos históricos com rico potencial interpretativo.
- **O Serviços de apoio:** Bar da Prainha, Ponto de Apoio Amaragi (bar, restaurante e passeios náuticos), Chalés e Casas para aluguel
- **Recomendações:** sinalizar a trilha demarcada, monitorá-la periodicamente, conservar o acesso, confeccionar materiais educativos, contendo especificidades de todos os pontos de atração Destacar a diversidade de ecossistemas (mar, restinga, mangue, mata e rio) como atrativo principal problematizando de forma interpretativa a interdependência e a necessidade de preservação dos recursos

naturais. Como curiosidade preparar um breve histórico do antigo morador "Mané Bê", pescador / agricultor que viveu vários anos nas proximidades do rio Ariquindá. Devido a proximidade, a Trilha Mané Bê poderá fazer uma ligação (misto) com a Trilha do Mero, possibilitando a integração interpretativa de aspectos ambientais "terrestres e náuticos".

TRILHA 2.1. TRILHA PEDRA DO MERO (Terrestre e Náutica)

- **Tema Central:** Observando as Águas
- **Roteiro / Pontos e Paradas:** Fig. 24 a 26 – Croqui e Fotos.
- **Localização:** Sítio Manguinhos - praia dos Carneiros / Tamandaré.
- **Acesso:** Praia dos Carneiros, estuário do rio Formoso e no Ariquindá.
- **Meio de locomoção:** auto-passeio / ônibus urbano até Tamandaré. A trilha pode ser percorrida a pé (acesso pelo sítio Manguinho) ou embarcações náuticas (rio Formoso e no Ariquindá).
- **Extensão da trilha:** 1,2 Km
- **Grau de dificuldades:** misto (leve e intermediária).
- **Pontos de atração (temáticos / interpretativos):** o rio ariquindá que encontra-se despolido, sítios antigos, mirante natural, afloramentos formando esculturas naturais, manguezal, tipos de moradia.
- Serviços de apoio: Bar Bora Bora, Ponto de Apoio Amaragi (bar, restaurante e passeios náuticos). Chalés e Casas para aluguel.
- Recomendações; sinalizar a trilha demarcada, monitorá-la periodicamente, conservar o acesso, confeccionar materiais educativos, contendo especificidades de todos os pontos de atração Destacar o ecossistema manguezal (função e importância) e o no ariquindá. Como curiosidade preparar um breve histórico das principais características das espécies (peixes, moluscos e crustáceos) que ocorrem no manguezal e que são exploradas comercialmente.



Praia dos Carneiros/Tamandaré Trilhas Terrestres e Náuticas



Fotos: Roberta Nunes

Figura 26 - Trilha Mané Bê

Foto 01 - Igreja de São Benedito

Foto 02 - Caminho para a Trilha Mané Bê - Praia dos Carneiros

Foto 03 - Cemitério Sítio Boa Esperança

Foto 04 - Cacimba Canó

Foto 05 - Subida para a Trilha Mané Bê

Foto 06 - Estuário do Rio Formoso

Foto 07 - Rio Arinquidá

Praia dos Cameiros/Tamandaré Trilhas Terrestres e Náuticas



Figura 27 - Trilhas Mané Bê / Pedra do Mero

Foto 08 - Descida para a Trilha Mané Bê

Foto 09 - Mané Bê

Foto 10 - Caminho náutico para a Pedra do Mero



Fotos: Roberta Nunes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de tecer as considerações finais e provisórias desse estudo citando, mais uma vez, Guimarães Rosa. Agora fazendo alusão ao significado dado, por esse escritor, no seu livro "Grande Sertão: Veredas", as veredas. Em seu livro, as veredas têm importância transcendental de elemento construtor. As veredas são férteis, nelas há sempre o buriti. De longe, a gente avista os buritis, e já sabe: lá se encontra água.

E as trilhas, podem ser planejadas como elemento construtor? Sendo elas caminhos existentes ou estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos e larguras, com potencial de aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando seu entretenimento e educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos, com todas essas possibilidades, conclui-se que sim. As trilhas podem ser trabalhadas como “campos férteis”.

Como já foi definido, através dos fundamentos desse estudo, as trilhas são caminhos de penetração desde descobrimento, passando pelas peregrinações religiosas, viagens comerciais, indo até a urbanização e ao turismo. Com toda essa trajetória, as trilhas têm potencial para ser tema de várias pesquisas. Mais uma semelhança, como as trilhas, as veredas brotam sem premeditação, e são conduzidas livremente, com longos desvios ao sabor das associações momentâneas...

Para efeito do planejamento das atividades turísticas, as trilhas podem ser desenhadas em quase todos os tipos de ambientes e, sobretudo, em áreas protegidas, depende da criatividade e nível de conhecimento do profissional (planejador) e/ou interprete. Isso quer dizer que o planejador pode desenhar uma trilha tanto numa área protegida, como no recinto de um hotel se os recursos a serem interpretados o permitirem. Devendo os administradores das áreas protegidas conhecer bem os procedimentos para elaboração do programa de interpretação ambiental específico para sua realidade.

Diante da realidade levantada no estudo sobre as “Trilhas, Vereda para discussão da Gestão do Turismo nas APA`s: O caso APA-Guadalupe”, conclui-se que para o

desenvolvimento efetivo do ecoturismo, especificamente nos municípios foco desse estudo - Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré, algumas ações precisam ser priorizadas, entre elas o delineamento de diretrizes e regulamentos para a gestão turística, planejamento e elaboração de trilhas interpretativas.

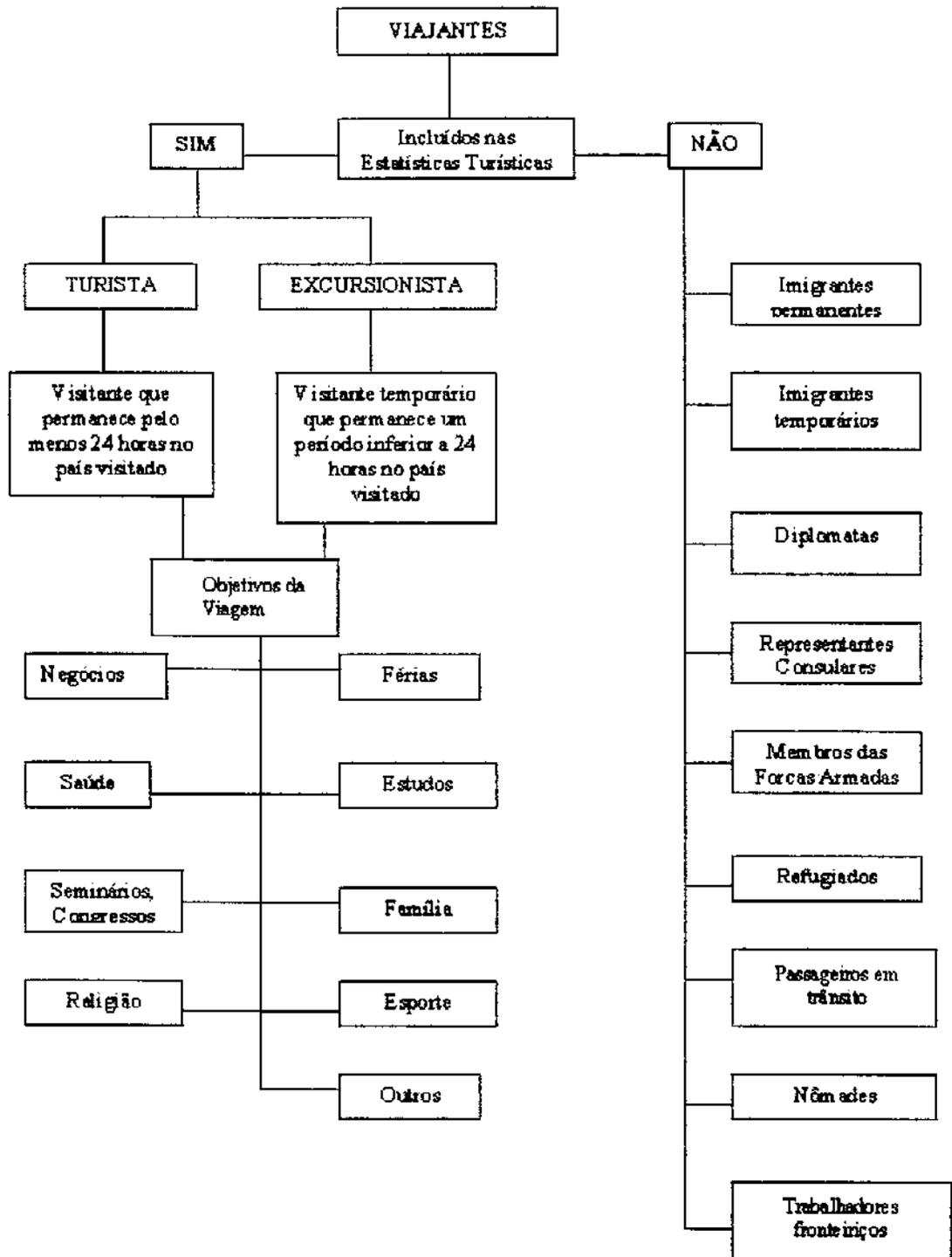
É válido, ainda, ressaltar a necessidade da organização social dos atores potenciais em modalidades do turismo de baixo impacto, ecoturismo, identificados para fins didáticos, como empreendedores em turismo e pescadores, pequenos produtores de alimentos e bebidas, artesãos, artistas, etc.

Além das necessidades acima citadas, para o desenvolvimento do ecoturismo, deve-se, ainda, orientar e incentivar a organização social dos empreendedores, como forma de aumentar a capacidade de solução de problemas comuns da comunidade, como degradação ambiental, falta de infra-estrutura básica, lixo, alta sazonalidade das atividades produtivas praticadas, a fim de oferecer um produto turístico mais diversificado, ambientalmente correto, portanto mais atrativo aos turistas e visitantes.

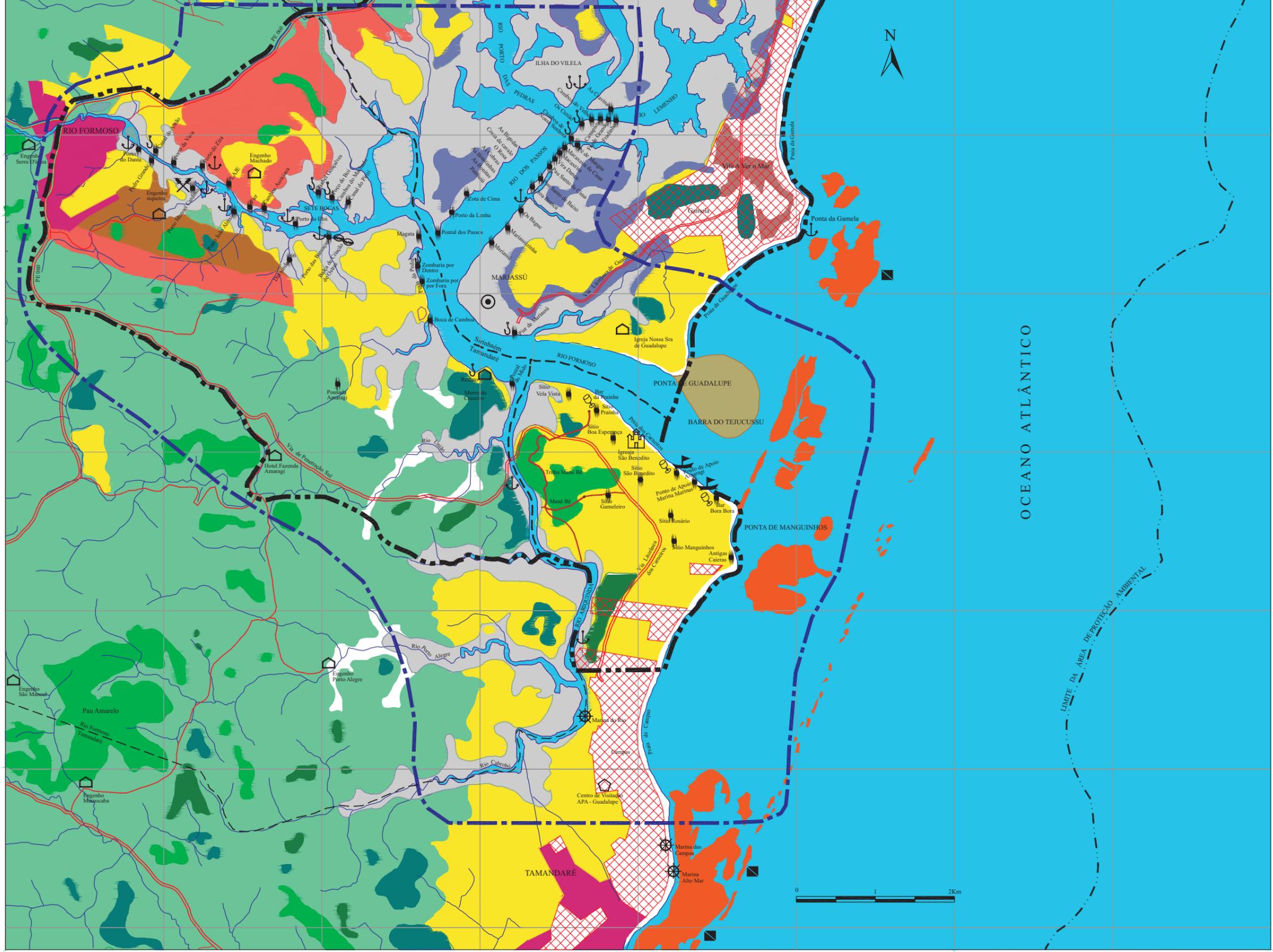
Sendo assim, a interpretação ambiental como ferramenta para o turismo veio para atuar como parceria, em todas as formas e modalidades do turismo, sobretudo, no ecoturismo, com o único objetivo de aproveitar para que os visitantes em busca de novas experiências se integrem na “estratégia” de reconstruir nexos entre homens, e entre eles e o mundo que os rodeia. Não significa com isso que o turismo não se tenha comprometido com essa preocupação, mas será ainda mais eficiente quando permita que seu público descubra, através dos fundamentos da interpretação, o quanto é importante ter o privilégio de participar de atividades integradas a áreas naturais. Neste sentido, empresas turísticas e administrações das áreas públicas podem formar importante parceria para interpretar os recursos dessas áreas, muitas vezes remotas e despojadas de orçamento suficiente para construir programas de interpretação ambiental, sobretudo, os que integram técnicas complementares como painéis, letreiros, folhetos, exposições.

ANEXOS

CLASSIFICAÇÃO DOS TURISTAS



26200 26400 26600 26800 27000 27200 27400 27600 27800



Legenda

- Mata em Bom Estado de Conservação
- Manguezal
- Manguê Salgado
- Policultura
- Área Urbana Consolidada
- Mata em Estado regular de Preservação
- Mata em Pêssimo Estado de Preservação
- Povoados, Aglomerados Rurais
- Expansão Urbana
- Fazendas, Granjas e Chácaras
- Cana-de-açúcar
- Coqueiral
- Bar / Restaurante
- Pontos de Mergulho
- Marina
- Rodovia Pavimentada
- Trilha mané B
- Limites Municipais
- Área do Centro Turístico de Guadalupe
- Limite da Área de Estudo
- Ponto de Apoio
- Sede de Engenho Sítios Históricos
- Igreja
- Ponto de Pesca
- Colônia de Pescadores
- Porto
- Ponto / Gamboas
- Heliporto
- Centro de Visitação

Trilhas, Veredas para Discussão do Turismo nas APA'S: O Caso APA - Guadalupe

Fig. 11. Mapa de Localização, da Infra-estrutura e dos Aspectos Socioculturais da Área de Estudo

Fonte: Mapa de Uso e Ocupação do Solo (Diagnóstico Ambiental da APA Guadalupe) CPRH / 1998.

9042000
9040000
9038000
9036000
9034000

OCEANO ATLÂNTICO

LIMITE DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



Roteiro de Entrevista
(Caminhos e trilhas - moradores locais)

- 1) Há quanto tempo o Sr (a) reside em -----?
 De 3 a 5 anos
 De 6 a 10 anos
 Há mais de 10 anos _____
- 1) O Sr (a) trabalha? Faz o quê?
- 2) Sua família?
- 4) Quais os caminhos, trilhas que o Sr (a) mais gosta de utilizar?
- 3) A Sr (a) conhece muitos caminhos, trilhas nessa região?
- 5) Usa atalhos? Quais?
- 6) Antes da construção de casas, estradas o que era possível encontrar aqui?
- 7) Quais as dificuldades e vantagens de morar nessa região?
- 8) De dez anos pra cá, o que melhorou e o que piorou? Em que e porque?
- 9) O que é fácil encontrar nessa região que dificilmente tem em outro lugar?
- 10) Qual local o Sr (a) acha que um turista gostaria de visitar?
- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> praia ----- | <input type="checkbox"/> comunidade----- |
| <input type="checkbox"/> estuários ----- | <input type="checkbox"/> matas----- |
| <input type="checkbox"/> engenhos ----- | Outro. Qual? _____ |
- 11) Você considera que o município tem condições de receber turista?
- 12) Qual a sua opinião caso fosse incentivado o desenvolvimento turístico do Município?
- | | |
|----------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Péssimo | <input type="checkbox"/> Ótimo |
| <input type="checkbox"/> Ruim | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Regular | <input type="checkbox"/> Não soube responder |
| <input type="checkbox"/> Bom | |
- 13) O que deveria ser feito no município para receber bem um turista?
- Melhorar acesso à cidade

- Melhorar a infra-estrutura de atrativos naturais
- Melhorar o nível dos restaurantes
- Melhorar o nível das hospedagens
- Está tudo ótimo para receber bem os turistas

14) Em sua opinião, Que tipo de benefícios os turistas podem trazer à cidade?

- Mais empregos
- Mais renda para a cidade
- Progresso mais rápido para a cidade
- Melhoria na infra-estrutura
- Não traz nenhum benefício para a cidade

15) A Prefeitura contribui o suficiente para o desenvolvimento da atividade turística no Município?

16) Faixa etária:

- de 16 a 30 anos
- de 31 a 49 anos
- 50 anos ou mais

17) Sexo:

- Masculino
- Feminino

Data: _____

Roteiro de Entrevista (Proprietários de sítios - Praia dos Carneiros)

As perguntas seguintes foram formuladas com os seguintes objetivos:

- Identificar a situação atual do turismo na Praia dos Carneiros e na região, dentro da ótica de seus proprietários;
- Conhecer as reais expectativas dos proprietários em empreender o turismo ou outra atividade em suas propriedades e o nível de planejamento dessas intenções;
- Identificar as possibilidades e o interesse dos proprietários no estudo/implementação de um circuito de trilhas interpretativas em sua propriedade;
- Complementar o conhecimento sobre as potencialidades, infra-estrutura, dificuldades a enfrentar para disciplinar o uso dos atrativos da propriedade, a fim de consolidá-los como produto turístico.

- 1) Propriedade /Área Total:
- 2) Área por proprietário:
- 3) Qual a história de sua propriedade? É herdeiro?
- 4) Qual a atividade produtiva atual? Dá lucro?
- 5) Como analisa o Projeto Costa Dourada / CT- Guadalupe (processo de implementação e resultados)?
- 6) Sua propriedade constitui-se num atrativo turístico?
- 7) Que atrativos merecem ser destacados?
- 8) Pretende empreender o turismo ou outra atividade em sua propriedade? Qual o nível de planejamento de suas intenções?
- 9) Existe, em sua propriedade, algum serviço/atividade para receber o visitante?
- 10) Que tipo de público visita sua propriedade?
- 11) Quais os caminhos, trilhas mais utilizados a propriedade?
- 12) Quanto ao estudo/implementação de um circuito de trilhas interpretativas em sua propriedade. Qual a possibilidade? Existe interesse?

Roteiro de Entrevista (Marinas com trilhas náuticas)

- Iate () - Marina () - Garagem Náutica () - Locadora de Automóveis ()

1. Nome:

Proprietário:

Gerente:

2. Endereço:

Praia

CEP:

Fone:

FAX

Horário de funcionamento:

3. Ano que iniciou o funcionamento _____

4. Funcionamento (horário, dias da semana, época)

5. Área _____ m²

6. Capacidade

Vagas em seco _____ vagas

Vagas em bóias (poita) _____ vagas

Vagas em *pier* _____ vagas

7. Disponibilidade de vagas

Sim () _____ vagas

Não ()

8. Existe sazonalidade na procura de vagas e serviços? Qual a época de maior procura?

9. Atende embarcações em trânsito?

Sim ()

Não ()

Quantas em média no mês? _____

10. Instalações (descrever)

11. Equipamentos

Tratores () Guindastes ()

Bóias () Rádio ()

Outros (descrever)

12. Serviços

Tipos e número de embarcações / cavalos / quadriciclo, etc.

Material para divulgação dos serviços (tabelas c/ os itens descritos, álbum c/ fotografias)

Outros (descrever)

13. Preços praticados (solicitar ou verificar tabela)

14. Principal origem dos locatários

15. Demanda Potencial (indagar sobre número de solicitações não atendidas, lista de espera, caso haja).

16. Número de funcionários

Fixos _____ funcionários

Na temporada _____ funcionários (fixos + temporários)

Descrição das atividades:

17. Como os funcionários são treinados?

No dia-a-dia ()

Cursos internos com instrutores externos ()

Cursos externos ()

Quais

18. Parceiros para realização dos serviços

19. Avaliação

Como você avalia os serviços e a estrutura atual da marina? O que precisaria ser melhorado?

	<i>Bom</i>	<i>Médio</i>	<i>Ruim</i>	<i>Não Existe</i>
Conservação				
Limpeza				
Operacionalização				
Infra- Estrutura				

20. Roteiros programados

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. C. A. Ria do Rio Formoso. Resúmenes de la Unión Geográfica Internacional Congreso Internacional de Geografía. Rio de Janeiro, 1996.

ANDRADE, José Vicente. Turismo fundamento e dimensões. São Paulo: Ática, 1999.

ANDRADE, W J e ROCHA, L. M Planejamento, implantação e manutenção de trilhas. Conservação florestal brasileira Campos do Jordão. Anais (3), 1990

ANDRADE, Manoel Correia Área do Sistema Canavieiro. Recife: SUDENE, 1988.

_____ e ANDRADE, Sandra Maria Correia. A Cana-de-Açúcar na Região da Mata Pernambucana Recife: Editora Universitária, 2001.

BARRETO, C.X.P. Os primitivos colonizadores nordestinos e seus descendentes. Rio de Janeiro: Melso, 1960

BASTOS, 1994 - A utilização dos recursos naturais pelo homem pré-histórico na Ilha de Santa Catarina. Dissertação de mestrado na UFSC.

BENI, M.C., 1998 - Análise estrutural do turismo. São Paulo: Senac, 1998

BOO, Elizabeth. Ecoturismo Potenciales y escollos. Washington: World Wildlife Fund & The Conservation Foundation, 1990.

BRASIL, Ministério da Indústria, Comércio e Turismo/Ministério do Meio Ambiente. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. (Coord. Sílvio Magalhães Barros II e Denise H.M. de Ia Penha) Brasília: Embratur/Ibama, 1994.

COMISSÃO MUNDIAL. SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO Nosso futuro comum 2 ed Rio de Janeiro fundação Getúlio Vargas, 1991

CALDAS ANDRADE, J.V. Turismo fundamento e dimensões São Paulo: Ática, 1999

CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. Tourism, ecotourism, and protected areas. Gland and Cambridge: IUCN/Commission of the European Communities, 1996.

CONDEPE - Instituto de Planejamento de Pernambuco. Série monografias municipais.

Rio Formoso. Recife, 1992.

_____, Monografia Mesorregional. Microrregiões da mata setentrional, da mata meridional e de Vitória de Santo Antão. Recife, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. Turismo e Organização espacial em Fortaleza espaço aberto. Geografia - Temas para Discussão, A GB, Fortaleza, 1989.

_____, Turismo e desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e Cidadania, São Luiz do Maranhão, n° 13, 1994.

_____, Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, A. I. Turismo: impactos sócio-ambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Da sedução do turismo ao turismo de sedução. In: RODRIGUES, A. A. B. Turismo modernidade e globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____, Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. In: Turismo com ética. Fortaleza: UECE, 1998

COSTA, F.A.P *Anais Pernambucanos* Recife: FUNDARPE, 1983 v 4.

CPRH Diagnóstico Sócio-Ambiental & ZEEC - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - Litoral Sul de Pernambuco CPRH/GERCO, 1999

_____, Diagnóstico Sócio-Ambiental da APA-Guadalupe 1998.

DIAS, G. F. Educação ambiental Princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.

DUMAZEDIER, J. A Revolução Cultural do Tempo. São Paulo: Nobel/Sesc, 1994

EMBRATUR. Pólos de Ecoturismo - Planejamento & Gestão, 2000.

EMPETUR e Governo de Pernambuco - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes Investa no Paraíso - Centro Turístico de Guadalupe. Recife: AD / Diper, 2000

FRANÇA, J. L. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 2.ed. rev. e aum. Belo Horizonte Editora UFMG, 1992 (Coleção APRENDER).

GANDIM, D. *A prática do planejamento participativo; na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental.* Petrópolis: Vozes, 1994

GALVÃO, S.V. *Dicionário chorográfico. histórico e estatístico de Pernambuco.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908-27.

HAM, S.H. Interpretacion ambiental. Uma guia práctico para gente com grandes ideas y Presupuestos Pequeños: Colorado North American Press - Editor Fulcrum, 1976.

IBGE. <http://www.ibgegov.br>, consulta on-line, 10/05/1999

- KRIPPENDORF, J Sociologia do Turismo; Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1989
- LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. (editores), Ecoturismo um guia de planejamento e gestão. São Paulo editora SENAC, 1995
- LIRA, Luiz; ZAPATA, Maria Consuelo e FONSECA, Verônica Gomes. Aspectos da Dinâmica de Rio Formoso Caderno Omega UFRPE. Recife jan/dez. 1979.
- MACIEL, J. A. Questões de toponímia municipal pernambucana. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1984.
- OLIVEIRA, Fátima. Análise histórica e arquitetônica - projeto de restauração e revitalização da Fortaleza de Santo Ignácio de Tamandaré. [s.n.t.]
- OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento. Planejamento e desenvolvimento. 2 ed., São Paulo: Ática, 2000.
- OMT. Embratur. Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais. Brasília: MICT, 1996
- OMT, Introducción ai turismo (Madri: OMT, 1998).
- PAGANI, Maria mês, SCHIAVETTI, Alexandre ; MORAES, Mana Eugênia Bruck;
- TOREZAN, Fábio Henrique. As Trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, Amalia Inês Geraiges. Turismo. Impactos sócioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MICT/SETS/EMBRATUR/BB/SEBRAE/SENAC/AMTUR Brasília, 1994.
- REJOWSKI, Miriam Turismo e pesquisa científica. Campinas: Papirus, 1996
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene O planejamento e a proteção do meio ambiente. São Paulo: ECA/USP Tese de Doutorado, 1994
- _____ (ORG) Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente. Campinas São Paulo: Papirus (Coleção Turismo), 1997.
- _____.Gestão da capacidade de carga turístico-recreativa como fator de sustentabilidade ambiental In: Turismo; teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1999.
- _____ Turismo e desenvolvimento sustentável. A proteção do meio ambiente. 3. ed. Campinas: Papirus, 1999.
- ROSE, Alexandre Turatti Turismo planejamento e marketing. São Paulo: Manole, 2002
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1994.
- _____ A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo Hucitec, 1996

- SILVA, Liliane Ecologia Manejo de áreas silvestres. Santa Maria UFSM, 1992.
- SILVA, L. L. Ecologia manejo de áreas silvestres. Curso Pós-graduação em Engenharia Florestal. UFSM, MMA, FNMA, 1996
- SILVEIRA, Marcos A T Turismo e natureza. Serra do mar no Paraná. São Paulo: Departamento de Geografia/USP, 1992 Dissertação de mestrado.
- STECK, B., 2000 - Potenciais de Participação em Turismo para Comunidade de Pesca Artesanal nas Áreas Litorâneas - Cooperação técnica Brasil - Alemanha. PRORENDA RURAL, 2000.
- SOUZA, Arminda Mendonça e CORRÊA Marcus Vinicius. Turismo. Conceitos, definições e siglas. 2. ed., Manaus: Editora Valer, 2000.
- TEIXEIRA, P. F. Manual sobre vigilância ambiental. In: BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997
- TILDEN, Freeman Interpreting our Heritage. The University of North Carolina Press, 1957.
- _____ Interpreting our Heritage. The University of North Carolina Press. Chapel Hill, 1969
- _____, Selecciones de Interpretando nuestra herencia. Tumulba, Costa Rica: Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIER).
- TOREZAN, Fábio Henrique As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: TOWER, Jonh Qual é a história do turismo? Tourism Management, traduzido por Karina Toledo Solha-, 1995
- THOMAS, K. O Homem e o mundo natural São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- WCED. Nosso Futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.